

**Ministério da Saúde
Fundação Oswaldo Cruz
Escola Nacional de Saúde Pública**

Tese de doutorado

**A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM SAÚDE EM ESCALA LOCAL:
REPENSANDO A RELAÇÃO ENTRE A INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E A
EXPERIÊNCIA DOS GRUPOS POPULARES**

por

Rosely Magalhães de Oliveira

Orientação:

Prof. Dr. Victor Vincent Valla

Rio de Janeiro - RJ
- Março 2000 -

"(...)

O pai morava no fim do lugar.
Aqui é lacuna de gente - ele falou:
Só quase que tem bicho andorinha e árvore.
Quem aperta o botão do amanhecer é o arãquã.
Um dia apareceu por lá um doutor formado: cheio de
suspensórios e ademanes.
Na beira dos brejos gaviões-caranguejos comiam
caranguejos
Era mesma a distância entre as rãs e a relva.
A gente brincava com terra.
O doutor apareceu. Disse: Precisam tomar anquilostomina.
Perto de nós sempre havia uma espera de rolinhas
O doutor espantou as rolinhas.

À mesa o doutor perereu: Vocês é que são felizes
Porque moram no Empíreo.
Meu pai cuspiu o *empíreo* de lado.
O doutor falava bobagens conspícuas.
Mano Preto aproveitou: Grilo é um ser imprestável
Para o silêncio.
Mano Preto não tinha entidade pessoal, só coisal.
(Seria um defeito de Deus?)
A gente falava bobagens de à brinca, mas o doutor
Falava de à vera.
O pai desbrincou de nós:
Só o obscuro nos centila.
Bugrinha boquiabriu-se."

(Arte de infantilizar formigas -
Manuel de Barros - Livro sobre Nada, 1996)

Resumo

Este estudo busca contribuir para a discussão sobre a "construção compartilhada do conhecimento" nas práticas de educação e saúde no Brasil, a partir da relação entre profissionais e população.

Descreve-se a organização das práticas de educação nos serviços de saúde no Brasil, em diferentes conjunturas sócio-econômicas e sanitárias vividas no país desde metade século XIX, buscando destacar a relação entre técnicos e população. Neste contexto histórico, destaca a emergência de uma crítica da visão tradicional das práticas de educação e saúde, que considera o conhecimento popular sobre os processos de adoecimento e morte.

Recupera-se os eixos teórico-metodológicos da experiência desenvolvida pelo Núcleo de Estudos em Educação, Saúde e Cidadania da Escola Nacional de Saúde Pública (NEESC/ENSP) e pela organização não-governamental Centro de Estudos e Pesquisas da Leopoldina (CEPEL) na região dos subúrbios da Leopoldina, município do Rio de Janeiro.

Para a análise das práticas de educação em saúde, constrói-se um quadro comparativo entre a visão tradicional e crítica sobre a construção do conhecimento, e suas repercussões práticas no campo da educação em saúde.

Conclui-se que a possibilidade de mudança em educação em saúde estaria baseada no conhecimento advindo da convivência e da emoção entre diferentes sujeitos.

Palavras-chave: Conhecimento, Educação em Saúde, Movimentos Sociais, Saúde Pública, Informação em Saúde.

Abstract

This study discusses the "sharing knowledge construction" upon the relationship between the technicians and the people in the Brazilian health services.

It describes the organization of the practices of health services in different social, economic and sanitary contexts since the XIX century, in Brazil, emphasizing the relationship between the technicians and the people. In that historical contexts, it points out the emerging of a critical of the traditional "health education" that considers the popular knowledge about the health-illness process.

It rescues the theoretical and methodological axis of the experience developed by the Group for the Education, Health and Citizenship Studies of the National School for Public Health (NEESC/ENSP) and by the non-governmental organization Centre for the Study and Research of Leopoldina (CEPEL), at the suburban area of Leopoldina, in the city of Rio de Janeiro.

To analyse the health education practices is made a comparative framework of the traditional and the critical point of view of the knowledge construction and their results in the practices of the health services.

It concludes that the possibility of change in health education is based on the knowledge came out from the common living and the emotion between different agents.

Key words: Knowledge, Health Education, Social Movements, Public Health, Health Information.

Agradecimentos

A Dona Lina e Seu Andrade (in memorian), meus pais, pela vida.

Ao Homero e Dudu, companheiro e filho, pela solidariedade, carinho e cumplicidade.

Ao Prof. Victor Valla, pela orientação tranqüila e paciente.

À Marize, grande amiga, pelo incentivo e pelas trocas generosas.

Às amigas Mariza e Sônia Sueli, e todos moradores da Leopoldina, com as quais tive momentos inesquecíveis de aprendizagem sobre a vida.

Aos amigos Carlos Osanai, Hélia Kawa, Ziadir Coutinho, Zezé e Rosália pela generosidade, incentivo e arrumação das angústias.

Aos colegas Carlos Tobar e Paulo Sabroza, professores do Departamento de Endemias pelas oportunidades.

Aos colegas do Centro de Estudos e Pesquisas da Leopoldina (CEPEL) e do Núcleo de Estudos Locais em Saúde (ELoS), pela convivência e acolhimento.

À Sônia Acioli, Delson e Valdenir, colegas do Departamento de Endemias, pela solidariedade.

A Nair, Amâncio, Carla e Cris, da secretaria do Departamento de Endemias, pela ajuda nos trâmites burocráticos.

Aos colegas do Departamento de Comunicação e Saúde do CICT/FIOCRUZ, em especial à Neide e ao Jeremias pela ajuda nos toques finais para cópias e encadernação.

SUMÁRIO

	Página
Lista de gráficos, quadros, tabelas e figuras	i
Lista de apêndices	iii
Introdução	1
Capítulo I - A prática da educação e saúde e o pensamento intelectual sobre as classes populares no Brasil: buscando pistas na história	12
1.1. A prática de educação nos programas de serviços de saúde no Brasil: antecedentes históricos	13
1.2. O pensamento intelectual sobre as classes populares	28
Capítulo II - Articulando educação, saúde e cidadania: uma experiência em movimento	35
2.1. A crítica à educação sanitária e a construção de uma nova proposta: o cenário de criação do NESC/ENSP e do CEPEL	36
2.2. Um pé na academia e outro na sociedade civil	41
2.3. Uma proposta de controle social da situação de saúde: a "capacitação técnica" e a "construção coletiva do conhecimento"	47
2.4. Buscando um caminho de pesquisa e ação: a "investigação científica do ponto de vista popular"	54
Capítulo III - Construindo um sistema de informações sobre condições e experiência de vida no nível local	60
3.1. Um olhar sobre as favelas da Região da Penha (XI Região Administrativa do município do Rio de Janeiro)	67
3.2. Analisando as informações: a experiência popular de conquista de um lugar na cidade	87
3.2.1. O processo de formação e evolução das favelas	87
3.2.1.1. Momento de origem	90
3.2.1.2. A formação dos primeiros núcleos de favela	91
3.2.1.3. A expansão das favelas na XI RA: da Penha ao Jardim América	94
3.2.1.4. A era das remoções e dos conjuntos habitacionais	99
3.2.1.5. Em tempos de conflito: integração e exclusão	107
3.2.2. As Associações de Moradores e o movimento comunitário	111
3.2.2.1. As atividades desenvolvidas pelas Associações de Moradores	115

Capítulo IV - Convivendo e aprendendo: a emergência da epidemia de dengue e sua relação com problemas de saneamento em escala local	124
4.1. A epidemia de dengue no Grande Rio: informações que não se cruzam	125
4.2. A emergência da mobilização social: o movimento "Se Liga Leopoldina" e seus desdobramentos	128
4.3. Um olhar sobre a situação de saneamento básico nas favelas, as estratégias de vida dos moradores e a produção da dengue	134
4.3.1. Vivendo e aprendendo com a falta de água	135
4.3.2. O lixo nosso de cada dia	149
Capítulo V - A produção do conhecimento em saúde: repensando a relação entre a investigação científica e a experiência dos grupos populares.	158
5.1. Valorizando a experiência de vida no processo de construção do conhecimento.	166
5.2. Repensando o papel da informação no processo de construção do conhecimento.	174
Bibliografia	186
Apêndices	195
Apêndice 1	195
Apêndice 2	217

LISTA DE GRÁFICOS, QUADROS, TABELAS E FIGURAS

	Página
Figura 1- Mapa esquemático do município do Rio de Janeiro, com destaque para a região da Leopoldina, e distribuição das favelas segundo bairros da XI RA (Penha)	69
Quadro 1 - Distribuição das favelas na XI RA (Penha), região da Leopoldina, município do Rio de Janeiro, segundo bairros - 1991.	70
Quadro 2 - Desenvolvimento histórico das favelas na XI RA (Penha) segundo eixos de análise.	78
Gráfico 1 - Distribuição proporcional de favelas da XI RA (Penha), segundo período histórico.	88
Tabela 1 - Número de Comunidades formadas na XI RA (Penha), segundo bairros, por período histórico.	89
Gráfico 2 - Número de Comunidades formadas na XI RA (Penha), segundo bairros, por período histórico.	89
Tabela 3 - Crescimento proporcional da população residente favela-município do Rio de Janeiro e regiões administrativas da Leopoldina 1980/83, 1984/87.	109
Tabela 4 - Contribuição em termos de crescimento absoluto e relativo da população residente em favelas nas 5 RAs de maior índice, 1984/1987.	110
Tabela 5 - Distribuição absoluta e realtiva das associações de moradores por período de formação, XI RA, município do Rio de Janeiro.	113
Gráfico 3 - Número de associações de moradores nas favelas da XI RA (Penha) em 1991, por ano de fundação	114
Gráfico 4 - Distribuição de Associações de Moradores na XI RA (Penha) e município do Rio, segundo período histórico.	115
Tabela 8 - Situação do serviços de abastecimento de água nas favelas da região da Leopoldina, município do Rio de Janeiro, em 1991, segundo classificação do IPLANRIO.	137
Gráfico 5 - Situação do serviços de abastecimento de água nas favelas da região da Leopoldina, município do Rio de Janeiro, em 1991, segundo classificação do IPLANRIO.	138
Gráfico 6 - Situação do serviços de abastecimento de água nas comunidades do Complexo da Maré região da Leopoldina, município do Rio de Janeiro, em 1991, segundo classificação do IPLANRIO.	144

Gráfico 7 - Situação do serviço de coleta domiciliar de lixo nas favelas da região da Leopoldina, município do Rio de Janeiro, em 1991, segundo classificação do IPLANRIO.	150
Tabela 10 - Situação do serviço de coleta domiciliar de lixo nas favelas da região da Leopoldina, município do Rio de Janeiro, em 1991, segundo classificação do IPLANRIO.	151
Gráfico 8 - Situação do serviço de limpeza pública (vias públicas) nas favelas da região da Leopoldina, município do Rio de Janeiro, em 1991, segundo classificação do IPLANRIO.	151
Tabela 11 - Situação do serviço de limpeza pública (vias públicas) nas favelas da região da Leopoldina, município do Rio de Janeiro, em 1991, segundo classificação do IPLANRIO.	152
Quadro 14 - A construção do conhecimento: buscando uma crítica à visão tradicional	175

LISTA DE APÊNDICES

	Página
APÊNDICE 1:	195
Quadro 3 - Comunidades surgidas na XI Região Administrativa (Penha) até 1930, segundo características de relevo, origem do primeiros moradores e propriedade da terra.*	196
Quadro 4 - Comunidades surgidas na XI Região Administrativa (Penha) - 1931/1945, segundo características de relevo, origem do primeiros moradores e propriedade da terra.*	197
Quadro 5 - Comunidades surgidas na XI Região Administrativa (Penha) - 1946/1964, segundo características de relevo, origem do primeiros moradores e propriedade da terra.*	198
Quadro 6 - Comunidades surgidas na XI Região Administrativa (Penha) - 1965/1980, segundo características de relevo, origem do primeiros moradores e propriedade da terra.*	199
Quadro 7 - Comunidades que sofreram ameaça de remoção - XI R.A.- 1960/80	200
Tabela 2 - Crescimento populacional nas favelas da XI RA (Penha), região da Leopoldina, município do Rio de Janeiro - período 1980/1991.	201
Quadro 8 - Movimento comunitário (iniciativas comunitárias, lutas e reivindicações) nas favelas da XI RA (Penha), região da Leopoldina, município do Rio de Janeiro - 1981.	202
Quadro 9: Situação do abastecimento de água nas favelas da XI Região Administrativa (Penha)- Região da Leopoldina- Município do Rio de Janeiro -1981 e 1991.	206
Quadro 10: Limpeza pública em favelas da XI Região Administrativa (Penha) - Região da Leopoldina- Município do Rio de Janeiro 1981 e 1991.	208
Quadro 11: Situação do Esgotamento Sanitário nas favelas da XI Região Administrativa (Penha)- Região da Leopoldina- Município do Rio de Janeiro --1981 e 1991	210
Quadro 12 : Drenagem Pluvial nas favelas da XI Região Administrativa (Penha) - Região da Leopoldina- Município do Rio de Janeiro 1981 e 1991. ¹	212
Quadro 13: Serviços e Projetos Sociais existentes nas favelas da XI RA (Penha) , região da Leopoldina, município do Rio de Janeiro - 1981.	214

APÊNDICE 2:	217
Tabela 7 - Domicílios, por serviços de abastecimento de água, Regiões Administrativas e Bairros da Região da Leopoldina - 1991	218
Tabela 9 - Domicílios, por de coleta de lixo, segundo Regiões Administrativas e Bairros da Região da Leopoldina- 1991	219
Figura 2 - Lixo no Conjunto "Salsa e Merengue" - Complexo da Maré	220

INTRODUÇÃO

Este é um trabalho sobre a relação entre investigação científica e grupos populares organizados em escala local. Busca contribuir para uma discussão de questões decorrentes da articulação de projetos e propostas de educação popular em saúde e da sua relação com os movimentos e grupos populares organizados.

Tem como preocupação central recuperar e discutir os eixos teórico metodológicos norteadores de uma experiência de investigação científica e assessoria a grupos populares organizados na região da Leopoldina, município do Rio de Janeiro. Essa experiência é parte integrante de um projeto mais amplo de investigação sobre as condições de vida na região, desenvolvido através da integração de profissionais da Escola Nacional de Saúde Pública, especialmente dos Departamentos de Endemias e de Ciências Sociais, e da organização não-governamental Centro de Estudos e Pesquisas da Leopoldina (CEPEL)¹.

Pretendo trazer para a apreciação crítica de outros pesquisadores uma forma de trabalho que possa apontar percursos e ferramentas que possam servir de instrumentos de avaliação de experiências da mesma natureza e ampliar o debate sobre elas.

O que se segue é o percurso que adotei ao estudar a relação entre grupos populares organizados da Leopoldina e profissionais, técnicos e outros agentes de mediação que militam na educação popular em saúde na área.

¹ O CEPEL é uma organização não-governamental (ONG) que desenvolve estudos e assessoria a grupos populares organizados na região da Leopoldina. No capítulo III é apresentada uma descrição de seus objetivos e atividades.

O ponto de partida: um encontro na trajetória de vida

Após terminar o curso de graduação em Engenharia Sanitária, na Universidade Federal de Mato Grosso, passei na década de 80 por uma experiência profissional nas Secretarias Municipal de Saúde e Promoção Social de Rondonópolis, em Mato Grosso, e na Secretaria Estadual de Saúde e Bem-Estar Social do Paraná. Em ambas estive desenvolvendo atividades ligadas ao setor de Vigilância Sanitária. No Estado do Paraná me dediquei, mais especificamente, ao setor de saneamento básico e ambiental.

Em 1991, ingressei no curso de mestrado em saúde pública na ENSP, na área de concentração em saneamento ambiental. Recém-chegada de um serviço que tem como característica "normatizar, vigiar e punir", e que tem uma história de ações extremamente autoritárias, principalmente na relação com as camadas mais pobres da população, trazia diversos questionamentos sobre a prática da saúde pública.

Dentre os diversos conflitos vividos nessa experiência, certamente um dos que mais me causava incômodo era o fato do serviço de vigilância em saúde tratar de forma indistinta uma população extremamente desigual. Sua eficiência se restringe a alcançar aqueles cidadãos que encontram-se inseridos no mercado consumidor - a "vigilância da abundância"². No caso específico da situação da população que encontra-se excluída do acesso, em quantidade e/ou em qualidade dos serviços de saneamento básico e ambiental, o que os serviços de saúde podem fazer? Além de algumas ações marginais desenvolvidas na área rural, de implantação de micro-sistemas de abastecimento de água e de módulos sanitários, muito pouco se faz em termos de promoção e prevenção de doenças relacionadas à precariedade e/ou ausência de serviços de saneamento básico e ambiental - ficávamos muito limitados ao aconselhamento de medidas preventivas

². A noção de "vigilância da abundância" é discutida no Capítulo II.

restritas ao indivíduo através da educação em saúde. A cada ação mais ampla, para se discutir a questão da aplicação de recursos públicos para o saneamento básico, nos deparávamos com diversas limitações de ordem institucional e política no âmbito da estrutura dos órgãos de governo. Ficou evidente a necessidade de constituir uma articulação dos profissionais de saúde com a sociedade civil.

Tendo em vista estes questionamentos, o mestrado, que cursei entre 1991 e 1993, foi uma oportunidade de se elaboração de um estudo sobre metodologias de avaliação das condições de saneamento básico e ambiental que permitisse identificar e atuar sobre problemas ambientais que colocam em risco a saúde da população.

Naquele mesmo período organizava-se no município do Rio de Janeiro movimento "Se liga Leopoldina", que foi uma experiência de mobilização popular em torno da epidemia de dengue ocorrida na cidade entre os anos de 1986 e 1991 na cidade.

Na convivência com outros alunos e professores da pós-graduação da ENSP pudemos trocar impressões sobre o dilema da definição do nosso objeto. Nesta rede de apoio que se estabelece em função de uma experiência comum de angústias da escolha/definição do estudo, obtive a informação sobre a existência daquele movimento que juntava professores e pesquisadores do Departamento de Ciências Sociais e Departamento de Endemias, professores de escolas públicas, profissionais dos serviços locais de saúde e membros de grupos populares organizados da região da Leopoldina. Esse movimento se articulava em torno do Núcleo de Estudos de Educação e Saúde (NEESC) do Departamento de Ciências Sociais, Departamento de Endemias Samuel Pessoa (DEENSP) e do CEPEL.

Na primeira aproximação com o grupo obtivemos a informação de que conforme deliberações de um seminário, rea-

lizado pelo grupo de pesquisadores/professores, reunindo diversas associações de moradores da região da Leopoldina, definiu-se o saneamento como principal reivindicação dos moradores daquela área. Em função dessa demanda, tinha sido organizado, um Curso sobre Saneamento e Saúde. Com isso, percebi uma convergência de interesses entre o grupo ENSP/CEPEL e o meu desejo de estudo.

Em 1991, havia apenas três anos que estava residindo na cidade do Rio de Janeiro e conhecia muito pouco de sua realidade. O encontro com o grupo de pesquisadores, além de possibilitar o desenvolvimento de um estudo mais próximo dos meus desejos, me levou à oportunidade de conhecer um outro Rio de Janeiro: aquela parte da cidade, onde o povo tem muita fé, mas para a qual o Cristo Redentor está de costas. Era uma realidade que havia "experimentado" apenas através dos meios de comunicação de massa e que proporcionava muito pavor: as informações disponíveis se referiam apenas à "violência".

O processo de elaboração da dissertação de mestrado propiciou um feliz encontro. Tivemos a oportunidade de realizar um estudo onde a convivência com grupos populares organizados da região estudada, foi um dos principais norteadores da sua forma e conteúdo. Naquele momento me inseria num grupo que tinha como preocupação básica "o registro e divulgação de informações que possam subsidiar a ação política dos movimentos populares da região, na luta coletiva pela melhoria da qualidade de vida" das camadas populares menos favorecidas." (Oliveira, 1993:9)

Com a elaboração desse trabalho, e de muitos outros que passei a realizar junto a esse grupo de cidadãos/pesquisadores, acreditava, em consonância com o grupo de investigação e assessoria, que as informações coletadas, sistematizadas e divulgadas, enquanto conhecimento produzido a partir da realidade vivida pelas classes populares,

poderiam ter "a capacidade potencial de apoiar a ação dos sujeitos envolvidos, no sentido da transformação da sua realidade de saúde." (Oliveira, 1993:9).

Apesar de todos os objetivos acadêmicos listados em nossa dissertação de mestrado, o que no fundo pretendíamos como produto final era sistematizar e divulgar informações que subsidiassem o processo de decisão/mobilização em torno das questões de saneamento básico da região.

O primeiro contato com um morador da Leopoldina ocorreu no final de 1991, quando fui procurada pelo simpático Fernando que era morador da Vila Cruzeiro, localizada no Complexo de Favelas da Penha. Era um dos maiores entusiastas da mobilização popular em torno das reivindicações por melhores serviços de saneamento. Participava da pesquisa sobre qualidade dos serviços básicos nas comunidades da Vila Cruzeiro e na Nova Holanda. Fernando trazia uma proposta para assessorá-los na elaboração de um questionário a ser aplicado em 10% das casas daquelas comunidades. Chegou muito tímido e aparentemente bastante temeroso a respeito do tratamento que iria receber de um estudante de mestrado de uma instituição. Durante o tempo que permaneceu como integrante da equipe do CEPEL/ENSP e , até hoje, nos contatos que mantém com membros da entidade, Fernando não se cansa de "cobrar" uma postura de maior engajamento político dos pesquisadores na busca de soluções para os problemas de saneamento e outros na região.

Em primeira visita ao CEPEL, no mesmo ano, fui apresentada à Dona Creuza - integrante da organização Sementinha Serviços Comunitários composta por mulheres moradoras do Complexo de Favelas da Penha. Fui apresentada como uma pesquisadora que estava chegando para fazer uma investigação sobre a situação de saneamento na região. O Morro da Merendiba, onde Dona Creuza reside, era uma das comunidades da Leopoldina onde a falta de água era uma constante. As-

sim, naquele momento, a Dona Creuza certamente seria uma das "informantes" da investigação. No momento da apresentação, Dona Creuza foi logo questionando se eu não seria mais um daqueles pesquisadores que "faz a gente subir e descer o morro" para levantar dados e depois nunca mais aparece. Um outro questionamento, não raro de se ver nos "coxixos" em algumas reuniões ou em ambientes informais para o qual sempre estive atenta era o seguinte: "Eu ainda não entendi para que tanta pesquisa".

Essas falas e muitos gestos e silêncios foram imagens que permaneceram como um incômodo, colocando-me diante de um problema ético que sempre fez parte de minhas preocupações enquanto profissional e cidadã.

Esses momentos, apesar de não ter previsto, deram início a uma longa história de interação com moradores da região e um grupo de profissionais que agora reflete-se nesta Tese de Doutorado.

Ao longo de quase 10 anos de convivência tive a oportunidade de conhecer muitos Fernandos e Donas Creuzas na região da Leopoldina. Seus gestos e suas falas, algumas de forma mais explícitas que outras, se repetiram nas falas e gestos de muitos outros moradores, quando esses se referiam à relação com os profissionais com os quais conviveram ao longo da suas histórias de organização política. Sempre fizeram comparações entre aqueles profissionais que mais gostavam e aqueles em que a relação era/é mais difícil. Percebemos, ainda, que a cada lugar que se faziam presente e de acordo com o cenário e o interlocutor, suas falas e gestos eram completamente distintos (Oliveira, 1996). Me chamava atenção, ainda, o fato de diversas falas de moradores durante reuniões em que entravam em contato com novos profissionais que estes sempre iniciavam suas conversas contando um pouco de suas histórias de vida e de suas comunidades. Durante o processo de divulgação dos resultados das inves-

tigações produzidas ao longo dessa experiência, foi me chamando atenção o fato de que o que mais mobilizava os moradores locais era a parte que falava das histórias das favelas e como seus moradores foram construindo suas estratégias de vida. Expressando-se como sujeitos criativos, o diálogo fluía com mais facilidade.

Os anos de convivência com pessoas que de alguma forma “militam” em torno do movimento popular pela saúde na região da Leopoldina, me possibilitaram repensar algumas questões que tínhamos como verdades e, que norteavam as concepções e ações do grupo de pesquisadores. Com certeza a mais intrigante de todas é aquela ligada ao papel dos “mediadores” nos movimentos sociais pela saúde. Optamos então por desenvolver em nosso doutorado, um estudo que uma análise da relação entre investigação científica e saber popular nesses movimentos, com especial destaque para as concepções sobre o processo de construção do conhecimento para a ação política.

O doutorado trouxe a oportunidade de re(viver) essa experiência, buscando refletir sobre as categorias, conceitos, mitos e crenças que nortearam o meu trabalho nos últimos anos de experiência profissional.

É na experiência prática e reflexiva que temos capacidade de construir conhecimento. Portanto rever essa trajetória significou procurar reconhecer erros e equívocos os quais não podemos ter consciência durante o processo de construção do conhecimento. Pois como afirma Maturana (1998:44):

“A palavra erro faz alusão a uma coisa muito diferente de mentira. Quando digo “cometi um erro” (erro ou equívoco), o que estou dizendo é que no momento em que fiz a afirmação a que me refiro, ao dizer que cometi um erro, aceitava honestamente que ela era válida, mas agora sei que não é assim. O equívoco, o erro ocorre

sempre a posteriori. Nós nos equivocamos sempre depois da experiência que dissemos que foi um equívoco, porque o equívoco ou o erro é uma experiência desvalorizada por referência a outra experiência, que se considera indubitavelmente válida."

"Não podemos distinguir, na experiência, entre ilusão e percepção. Ilusão e erro são qualificativos que desvalorizam uma experiência a posteriori por referência a outra experiência que se aceitou como válida: a pessoa não equivoca quando se equivoca."

Neste trabalho falarei, portanto, como uma engenheira sanitária que, ao longo de seu percurso de vida de profissional de saúde, e na vida social, se viu diante de dilemas estudados no campo das ciências sociais. Falarei como engenheira porque foi a partir do estudo da distribuição dos serviços de saneamento básico entre distintos grupos da população que me deparei com a necessidade de estudar a relação entre a investigação científica e o saber popular.

A parada nesta estação não se deu primeiramente através da imersão preliminar em teorias das ciências sociais (*stricto sensu*). Isso ocorreu secundariamente, a partir da prática de engenharia, no campo da vigilância e da educação em saúde. Diante de problemas colocados pela prática/teoria estava diante de uma escolha ética, na medida que as reflexões do campo das ciências sociais fazem parte da compreensão dos problemas de vigilância e de educação em saúde, sejam elas efetuadas no âmbito dos órgãos de governos ou por entidades da sociedade civil. Evitar discuti-las seria recusar avançar no trabalho. Portanto, procurei percorrer um caminho onde a discussão teórica caminha lado a lado com a prática (experiência ao longo do tempo).

Os caminhos percorridos

Ao longo do Capítulo I, faço uma recuperação histórica das práticas de educação em saúde nos serviços de saúde no Brasil, buscando destacar seu papel em cada conjuntura sócio-econômica. Ao lado dessa recuperação histórica levanto alguns aspectos do pensamento intelectual sobre as camadas populares desde a Primeira República, que considero fazer parte de imaginário social e intelectual desse grupo da população.

Antes de pretender fazer um estudo aprofundado sobre esta questão, com esse primeiro capítulo busquei localizar historicamente o surgimento das críticas à prática dos serviços de saúde, em especial àquelas voltadas para a educação e saúde e, em que contexto histórico apareceu a proposta de trabalho da equipe ENSP/CEPEL.

No Capítulo II, busquei recuperar o contexto em que surgiu a proposta de investigação desenvolvida pelo grupo de pesquisadores do NESC/DEENSP/ENSP e CEPEL, destacando os principais fios condutores de seus estudos e de atividade de assessoria a entidades da sociedade civil de caráter popular na região da Leopoldina. Para tanto analisei diversos documentos produzidos pelo grupo, entre eles artigos publicados em livros e revistas científicas, relatórios de pesquisa, artigos publicados no Jornal SE Liga no SINAL e outros constantes do Centro de Documentação do CEPEL. Além disso, muitas informações coletadas e questões levantadas resultaram de minha vivência junto ao grupo, partir de 1991.

Em seguida, no Capítulo III, apresento os resultados da investigação que buscou aprofundar o trabalho de organização do Sistema de Informação de Nível Local. Este capítulo se baseia, fundamentalmente, na pesquisa que tive o prazer de coordenar juntamente com a pesquisadora Marize Cunha, durante os anos de 1996/1997 e que procurou avançar em direção à proposta de organização de um sistema de in-

formação sobre condições e experiências de vida na região da Leopoldina. Além de discutir os conceitos e eixos condutores da investigação, apresento uma análise do processo de ocupação das favelas que compõem a região da Penha, destacando a experiência popular no processo de ocupação da cidade do Rio de Janeiro, especialmente na região da Leopoldina.

Com o objetivo de refletir sobre a aplicação prática dos pressupostos que nortearam as atividades de assessoria e de investigação científica, no Capítulo IV procuro recuperar o processo de mobilização popular ocorrida na região da Leopoldina e de atividades de pesquisa e de assessoria, desencadeadas a partir da emergência da epidemia de dengue na cidade, ocorrida entre os anos de 1986 e 1991. Apresento, ainda uma síntese dos resultados da investigação em torno de questões de saneamento básico nas favelas da Leopoldina, a partir de problemas levantados por representantes da população que integraram o movimento popular em torno da epidemia de dengue.

À luz das categorias e conceitos que nortearam as atividades da equipe de pesquisa, no quinto e último capítulo, busco repensar o papel da investigação científica na sua relação com o conhecimento prático produzido pelos grupos populares. Além da experiência por nós acumulada, a análise apresentada neste capítulo buscou apoio em alguns estudos que trazem como preocupação o papel dos intelectuais no processo de construção do conhecimento e da ação social.

Apesar dos diversos obstáculos, esta tarefa se faz bastante prazerosa, na medida que representou, também, uma oportunidade de rever uma trajetória profissional dentro do campo da saúde coletiva, revisitando nossos fracassos e sucessos, encontros e desencontros neste caminho imprevisto. Estive, portanto, diante de uma tarefa em que o rigor cien-

tífico teve que permitir a consciência da paixão e do desejo, sem perder o pé crítico da realidade.

Acredito que experiências como a que apresento, possa contribuir para a reflexão, avaliação e recriação das "artes de fazer" a relação entre grupos populares organizados/movimentos sociais e agentes mediadores que militam no campo da saúde coletiva. Para crescer é necessário trocar com nossos parceiros e interlocutores nem sempre presentes ao nosso lado no dia a dia.

CAPÍTULO I

A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE E O PENSAMENTO INTELECTUAL
SOBRE AS CLASSES POPULARES NO BRASIL:
BUSCANDO PISTAS NA HISTÓRIA.

1.1. A prática de educação nos programas dos serviços de saúde no Brasil: antecedentes históricos.

Pode-se afirmar que foi no terceiro quarto do século XIX que se organizou no Brasil uma idéia de pedagogia higiênica. A "população alvo" dessa prática eram as famílias de extração elitista. A partir dessa época:

"a família dos grandes proprietários começou a ser incisivamente definida pela higiene social como incapaz de proteger a vida da criança e do adulto. Valendo-se dos altos índices de mortalidade infantil e das precárias condições de saúde dos adultos, a educação higiênica impôs às famílias da elite dominante uma educação física e moral, intelectual e sexual, inspirada nos preceitos de moralidade sanitária. Esta educação dirigida às crianças, modificou os costumes familiares, induziu o culto à saúde e alterou os velhos hábitos coloniais." (Costa, 1984: 12)

Para a outra parcela da população de singularidades étnicas distintas da elite e/ou pela marginalização econômica e social, restavam os instrumentos de coerção da polícia, do recrutamento militar ou dos espaços de segregação higiênica como prisões e asilos. Tendo eleito como alvos principais de controle o ambiente da cidade colonial e a educação sanitária das elites, não interessava alterar o padrão sanitário das camadas de "desclassificados". Não constava ainda dos interesses das classes dominantes o controle sanitário e a "educação moral e higiênica" das camadas populares. (Costa, 1984)

No período 1870-1930, caracterizado economicamente como capitalismo molecular competitivo, o país era essencialmente rural, com economia basicamente agrária, exportador de matérias-primas e importador de manufaturados. A sua organização sócio-econômica se configurava a partir de unidades produtivas isoladas que eram, a um só tempo, lugar de

produção e de reprodução da força de trabalho, com fraca integração mas com forte competição entre elas. A ocorrência de doenças ficava circunscrita, tanto no tempo como no espaço a focos bastante delimitados. As instituições de saúde organizavam-se a partir de experiências dos serviços de saúde dos exércitos coloniais, sob a forma de campanhas, mantendo a estrutura e o modo de operações militares. Esta organização estava voltada para a atuação em focos localizados de doenças através da disciplina militar, frequentemente financiados pelos capitalistas interessados diretamente em minimizar os efeitos econômicos de certas doenças. As ações eram locais e contribuíram para a consolidação do capitalismo, sem interferir diretamente nas condições de vida dos trabalhadores. (Sabroza et al., 1995)

Pautados na concepção biologicista, legitimada pelas descobertas médico-sanitárias do final do século XIX e início do século XX, as instituições desconsideravam as relações entre doenças e condições de vida.¹

No início do século XX, em meio à crise sócio-econômica e sanitária provocada sobretudo pela febre amarela, o discurso da higiene deu sustentação às ações da polícia sanitária. Os explosivos efeitos sobre a economia cafeeira se faziam sentir tanto pela higidez da mão-de-obra, e especialmente dos imigrantes que substituíam os escravos como pelos prejuízos para a exportação do café através dos portos do Rio e de Santos. Assim a ideologia sanitária da época serviu de suporte à reestruturação urbana, principalmente das cidades portuárias, impostas pelas necessidades reais de criação, concentração e acumulação do capital.

Um fato marcante desse época foi a Revolta da Vacina Obrigatória² contra a varíola que mobilizou significati-

¹ . Vale lembrar que entre 1880 e 1900 foram realizadas 21 descobertas de microorganismos e correspondentes doenças por eles provocadas. (Costa, 1985)

² Importantes estudos sobre a Revolta da Vacina foram realizados por Carvalho (1987), Chalhoub (1996) e Benchimol (1982)

vos segmentos sociais e que foi amplamente criticada pela opinião pública. As campanhas sanitárias empreendidas durante o Governo Rodrigues Alves, procuraram acabar com a péssima imagem que a capital da República na época, desfrutava no exterior, sendo considerada uma das áreas mais insalubres dos trópicos³. Desde meados do século XIX, em decorrência das epidemias que vinham ocorrendo no Rio de Janeiro, vários navios mercantes, sob bandeiras estrangeiras, vinham deixando de fazer escala no Porto da cidade e dirigiam-se para outras praças nacionais ou, passavam ao largo das costas brasileiras, aportando diretamente em Buenos Aires. (Pantoja, 1986).

As instituições de saúde atuaram, principalmente no sentido de executar o saneamento dos portos através de campanhas sanitárias circunscritas. O controle de algumas doenças de grande magnitude, com caráter epidêmico e alta letalidade, contribuíram para a legitimação das campanhas como políticas sociais, mas de grande eficácia (Sabroza et al., 1995).⁴

Até o início da década de 20, a estrutura sanitária brasileira era caracterizada pela criação de unidades especializadas para fazer frente a problemas específicos. Já eram evidentes o impacto das ações focais dos serviços de saúde, no controle de algumas doenças como a malária e a febre amarela. No entanto, o êxito das campanhas sanitárias não era o mesmo quando o problema dizia respeito às doenças menos agudas, como a tuberculose e outras doenças transmis-

³. Segundo Carvalho (1987), o médico Oswaldo Cruz que foi encarregado da Diretoria Geral de Saúde Pública em 1903, passou a enfrentar as epidemias que grassavam a cidade através de Brigadas Sanitárias compostas de mata-mosquitos, operários de limpeza pública, geralmente acompanhadas de soldados da polícia. Essa equipe “percorria as ruas e visitavam as casas, desinfetando, limpando, exigindo reformar, interditando prédios, removendo doentes. Os alvos preferidos das visitas eram, naturalmente, as áreas mais pobres e de maior densidade demográfica.. As epidemias, alvo de Oswaldo Cruz eram a febre amarela, a peste bubônica e a varíola.”

⁴ Sabroza et al. (1995) avalia que “essa característica de modelo das doenças transmissíveis, implantado no início do século XX nos países periféricos o tornou fundamentalmente diferente do que se concretizava na sede dos impérios, onde o nível de organização dos trabalhadores fazia com que políticas sociais mais abrangentes fossem propostas de modo a minimizar as crises” (p. 182)

síveis, que estavam amplamente distribuídas em diferentes segmentos da população.

Fazia-se sentir a estreita relação entre a magnitude dos agravos e as condições de vida, tornando-se necessária a adoção de uma nova organização dos serviços de saúde. No novo modelo de organização,

"a higiene e a educação sanitária contribuíram de modo decisivo para a elaboração de discursos e práticas que tinham como objetivo normatizar o modo de vida daqueles segmentos da classe trabalhadores envolvidos nos setores econômicos que precisavam ter sua produtividade protegida." (Sabroza et al., 1995 : 183)

Assim, emerge nos anos 20 uma nova concepção de serviços de saúde denominada de Saúde Pública. Junto com essa concepção de Saúde Pública emerge, também, uma prática de educação voltada para a saúde denominada de "educação sanitária". A partir dessa época a estrutura sanitária brasileira passa a ser influenciada decisivamente pela estrutura sanitária norte-americana. A educação sanitária, ao lado da criação dos centros de saúde, passa a fazer parte das ações preventivas que poderiam incorporar enormes camadas da população nos caminhos estreitos do progresso nacional e na formação do "novo homem brasileiro". (Cardoso de Melo, 1984)

"a educação sanitária seria a base da ação sanitária, sendo reduzido ao máximo o poder coercitivo da polícia sanitária" (Mascarenhas apud Cardoso de Mello (1984: 28)

Essa nova proposta de ação sanitária de influência norte-americana, acompanhou a presença e influência econômica dos Estados Unidos da América que se consolidou após a Primeira Guerra Mundial em toda a América Latina. (Agudelo, 1984)

Lançava-se, assim, as bases para a estruturação dos serviços de saúde que se consolidariam a partir de 1930 com a ditadura Vargas.

Com a quebra da hegemonia da economia agrícola e a dinamização da indústria nacional, acelerando os fluxos migratórios rural-urbano, a partir de 1930, colocava-se em evidência a transformação do mundo urbano em espaço de luta política e afirmação cultural das classes subalternas.

A partir dos anos 30, o Estado aparece como instância mediadora dos conflitos entre capital/trabalho e entre capitalistas. Estruturou-se, economicamente, o capitalismo monopolista de Estado, configurando-se uma nova organização do "território nacional". Espacialmente, os locais de produção separam-se dos locais de reprodução social e o espaço dos conflitos sociais, não é mais o lugar e sim o território, que passa a ser definido por critérios político-administrativos. As grandes vias de comunicação e não mais os portos e estradas, passam a ser os principais articuladores entre as diversas unidades (sub-espacos) que passam a constituir o território. (Sabroza et al., 1995)

A crescente industrialização nos grandes centros urbanos, especialmente no Rio e São Paulo, provocou um grande impacto na vida das camadas populacionais neles atuantes. O novo espaço urbano, também espaço industrial, trouxe consigo novas condições de vida e de trabalho e, com elas os acidentes, a subnutrição e a emergência de outras doenças.

Nesse contexto, passaram a assumir importância a necessidade de controle de doenças como a malária, a esquistossomose, as verminoses, Chagas, tuberculose, lepra, tracoma, boubá e a desnutrição. O enfoque, que até então

era voltado para as "doenças pestilenciais", volta-se para as "doenças de massa"⁵. (Luz, 1979)

O importante crescimento demográfico e as grandes diferenças regionais, resultantes do rápido processo de industrialização, inicialmente limitado ao Rio e São Paulo, com manutenção de domínios políticos conservadores praticamente inalterados, possibilita uma visão dualista dividindo o país em moderno/desenvolvido X atrasado/subdesenvolvido.

Com a criação do Ministério da Educação e Saúde, no início dos anos 30, passaram a se desenvolver campanhas permanentes, com forte organização burocrática, com atuação potencial em todo o território nacional⁶. Essas campanhas, no entanto, eram bastante distintas das campanhas higienistas do período anterior. Na avaliação de Sabroza et al. (1995), as campanhas:

"Deixaram de ser a resposta eficaz às crises localizadas que limitavam a expansão dos negócios e passaram a expressar, por meio de novas práticas, formas de organização dos serviços e modelos de explicação das causas das enfermidades, a estratégia de controle das doenças transmissíveis dentro de um projeto político de desenvolvimento capitalista tardio." (p. 184)

O controle social passou a ser exercido pelo aparelho (burocrático) de Estado e, os serviços de saúde foram partes integrantes (importantes) de sua consolidação. Não era mais apenas o controle da doença que interessava, mas, também a presença do Estado.

A organização das instituições de saúde, a partir de 1930, é reflexo de um duplo movimento. De um lado é res-

⁵. "O conceito de doença de massa foi utilizado para incluir também os problemas de saúde de grupos sociais urbanos que não conseguiram ser integrados no processo de industrialização, objeto de determinadas políticas sociais mas privados dos direitos de cidadania." (Sabroza et al., 1984 : 187)

⁶. Até 1930, as atividades de saúde pertenciam ao âmbito do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Luz, 1979)..

posta às reivindicações dos movimentos sociais da década de 20 e de outro é resposta de um sistema de poder que tentará a realização do processo de industrialização da sociedade brasileira com o mínimo de transformações sociais que impliquem em repartição de riqueza e das decisões. (Luz, 1979)

Com o projeto de saúde organizado pelo Estado voltado para o aumento da capacidade produtiva da força de trabalho, inicia-se também o período áureo da educação sanitária.

Até metade dos anos 40, a educação sanitária era introduzida na sociedade pelo interior da saúde pública - através dos Centros de Saúde e das Campanhas Sanitárias; ou no interior da educação - através do ensino formal.

Segundo Costa (1984), até meados dos anos 40, as ações de educação sanitária foram mediadas pelas tentativas de regularização da vida cotidiana através de dispositivos higiênicos pautados na ideologia do eugenismo⁷. Utilizando-se de um discurso cientificista, de superioridade genética, os eugenistas buscavam justificar a posição social das classes "superiores" que se viam ameaçadas pelos protestos socialistas que defendiam o igualitarismo social.

Com o fim do regime autoritário do Estado Novo e a derrota mundial do fascismo, em meados dos anos 40,

"a educação higiênica procurou transformar-se em dispositivo 'técnico apolítico' (...) e os intelectuais da higiene, diante dos ventos democráticos optaram de imediato pela ideologia do sanitarismo" (Costa, 1984 :26).

⁷. *Originária de países capitalistas europeus, em fins do século XIX e início do século XX, a ideologia do eugenismo visava impedir a reprodução dos seres humanos considerados indesejáveis, prevenir a "degenerescência", impedir a multiplicação dos inaptos e favorecer a reprodução dos mais aptos. (Costa, 1984)*

É nesse mesmo período que surge a noção de "participação" da população nos programas de governo. Esta noção está ligada, possivelmente, a essa interpretação de necessidade de modernização e à idéia de que em lugares muito pobres e do interior, onde a população não conhece as formas modernas de vida seria necessário que técnicos de saúde, de educação, de habitação, de agricultura - levassem conhecimentos técnicos que seriam capazes de transformar as pessoas para a construção de uma nova sociedade. Acreditava-se, portanto, que na medida que os pobres e interioranos tivessem acesso a esses conhecimentos "modernizantes" poderiam transformar sua realidade e passariam a ter uma vida com mais saúde (menos doença). (Ramos, 1986)

Na América Latina esta prática se intensificou enormemente a partir da II Guerra Mundial, quando houve verdadeira invasão de técnicos americanos que chegavam para ensinar "métodos modernos" em diversas áreas de conhecimento. A "modernização" da América Latina fazia parte dos interesses políticos estratégicos dos EUA contra os "perigos do comunismo". Segundo seu entendimento o "povo ignorante e atrasado" seria facilmente "aprisionado" pelos ideais comunistas e era necessário chegar antes nesta corrida/disputa.

"No período pós-Segunda Guerra Mundial a ONU caracterizada pela hegemonia dos países do Primeiro Mundo, sugere o desenvolvimento comunitário como forma explícita de mobilizar as populações carentes contra a miséria e, implicitamente como forma de conter o avanço do comunismo." (Valla et al., 1981, p1)

Sob diversas denominações, como Desenvolvimento Comunitário, Organização da Comunidade e finalmente Desenvolvimento e Organização da Comunidade, intensificou-se uma prática de "ajudar" as populações mais pobres a reconhecer suas necessidades de modernizar-se e também de assumir res-

ponsabilidades cada vez mais crescentes na resolução de seus problemas.⁸

Com esse movimento, técnicos se espalharam pelos quatro cantos do país, proporcionando muita transferência e consumo de tecnologia agrícola, médica, de educação, de engenharia, etc.

No campo da saúde pública, cabe destacar a importância da criação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) em 1942. Como parte integrante de acordo com os EUA para a exploração da borracha e de minérios em solo brasileiro, o SESP foi criado com o objetivo de instalar a infra-estrutura médico-sanitária que possibilitasse essa exploração. Com o SESP foram sendo introduzidas, interior adentro, inovações metodológicas e novas técnicas de educação sanitária - a educação de grupos, recursos audiovisuais e do Desenvolvimento e Organização Comunitária (DOC) (Cardoso de Melo, 1984).

Cardoso de Melo (1984) assinala que nesse período, áureo da educação sanitária no Brasil, a Fundação SESP foi responsável não apenas pela introdução da ideologia de desenvolvimento da comunidade, da participação comunitária e da educação de grupos. Acabou por imprimir mudanças na própria formação dos profissionais que atuavam em educação sanitária. Na análise da situação de saúde os "fatores sociais, econômicos e culturais" são incorporados na maneira de perceber e explicar o binômio saúde/doença. A educação sanitária devia considerar esses fatores que seriam "barreiras" para a ação educativa. A doença era percebida apenas como fenômeno individual e não como expressão de uma situação coletiva. Era preciso vencer essas "barreiras" sociais, econômicas e culturais e até psicológicas que as populações

⁸. Como aponta Valla et al. (1981), as atividades voltadas para o Desenvolvimento Comunitário, fazem parte de um conjunto de ações de educação extra-escolar, desenvolvidas e apoiadas pelo Estado, que incluíram também a alfabetização de adultos e os cursos profissionalizantes.

atrasadas ofereciam às necessidades de "modernização da sociedade".

Com a preocupação de educar o homem rural e do interior e outros "marginalizados", a educação ganha uma nova dimensão: a educação de adultos. Acompanhando essa tendência, a educação sanitária ganha um novo espaço para além do interior dos centros de saúde e do ensino formal: o espaço comunitário.

Assim, a partir da década de 50, o discurso da higiene se fez presente nas justificativas para as ações exercidas pelo Estado e pela sociedade civil, visando enquadrar as camadas populares e grupos marginais urbanos.

Vale citar como exemplo a experiência de educação popular, voltada para o desenvolvimento comunitário, desenvolvida pela Fundação Leão XIII, ligada à Igreja Católica, nas favelas cariocas. Foi uma experiência que, em consonância com as políticas estatais para as favelas, destinava-se explicitamente, a dar assistência material e moral, propondo soluções para os problemas de moradia e também a mudança de normas e hábitos de higiene.⁹

No entanto, no mesmo processo histórico que gerou uma educação para o "desenvolvimento e integração nacional" também surgiu a educação popular, onde pessoas aliadas aos interesses da "classe trabalhadora" procuraram atuar dentro e fora do espaço da educação formal, buscando contribuir para a criação de uma educação numa perspectiva "popular", possibilitando a organização da população em torno de seus interesses e necessidades (Valla, 1981; Valla, 1986). Assim, o surgimento da educação popular pode propiciar de um lado, uma capacitação e organização da população trabalhadora na conquista de seus direitos e, por outro lado, sendo

⁹. Para maiores detalhes ver Valla (1986).

fruto do sistema capitalista, propicia também formas indiretas de acumulação de capital (Valla, 1981).

O discurso da educação sanitária articulada à proposta de desenvolvimento e organização comunitária, participação e integração dos setores "atrasados" no desenvolvimento nacional atravessa os anos 60. No entanto, já a partir de meados dessa década, com a instalação do regime autoritário, altamente repressivo, centralizador e concentrador de renda, as questões sociais passam para a ordem da segurança nacional. A possibilidade de socialização da política é controlada, via o fechamento de diversos partidos e de entidades representativas dos trabalhadores e tanto a educação como a saúde são descobertos como um setor de investimento. (Sabroza et al., 1992)

A modernização capitalista imposta pelo projeto autoritário, a partir de 1964 promoveu, simultaneamente a integração do espaço nacional, através das redes rodoviárias e de comunicação e a implantação de condições necessárias ao modelo de planejamento centralizado. Fortaleceu-se, assim a possibilidade de centralização de decisão de uma burocracia especializada.

A repressão política, que por mais de uma década impediu a organização da sociedade civil de carácter popular e as reivindicações por melhores condições de vida, passou a ter as suas estruturas abaladas a partir dos meados dos anos 70. O fim do "milagre econômico" abalou a pouca legitimidade do regime militar.

A insatisfação política da população com o regime ficou evidente com os resultados das eleições de novembro de 1974, com a vitória do MDB - único partido de oposição que estava autorizado a se organizar.

No mesmo período, começa a ganhar força na organização dos serviços de saúde, a proposta dos sistemas nacio-

nais de informação. São criados o SIM (Sistema de Informação sobre Mortalidade) e o SIVE (Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica.) A informação começa a ganhar importância dentre as ações de controle social. Começa a se generalizar pelos países do Terceiro Mundo, a predominância dos meios técnico-científicos¹⁰, mas é somente no início dos anos 80 que se consolida.

Embora esses sistemas (SIM e SNVE) tivessem sido organizados dentro dos limites de prioridades definidas pelo Estado, permitiram um melhor conhecimento da distribuição dos agravos e de sua magnitude, por parte da burocracia especializada (Sabroza et al., 1995).

A urbanização acelerada e a introdução de novas tecnologias que permitiram o uso intensivo do capital no campo, ao lado da manutenção de uma política econômica altamente concentradora de renda e da terra sob domínios conservadores, foram determinantes importantes do aumento do desemprego e da desvalorização do salário real.

Chegou-se ao limite da incorporação dos migrantes nos processos econômicos formais, evidenciado pelo aumento dos contratos informais de trabalho, mobilidade no emprego, ausência de seguridade social, insuficiência de investimentos públicos em bens de consumo coletivo e precarização das habitações.

Nesse cenário favoreceram-se condições para a criação de um conjunto de características ambientais, sociais e comportamentais que permitem a reprodução de novas doenças e de sua manutenção, aumentando a probabilidade de introdução de doenças numa dada área espacial. Nas grandes cidades

¹⁰. Santos (1993), assinala que a partir da Segunda Guerra Mundial se generaliza pelos países do Terceiro Mundo a partir da década de 60 o período técnico científico. Neste período "a informação ganha mais profundidade, uma nova amplitude, e o conhecimento do mundo se torna possível graças a satélites e a outros meios. A informação se torna instantânea e os objetos, eles próprios, ganham conteúdo em informação" (p 10) Para o autor o período técnico-científico se caracteriza por grandes dados como: ciência, técnica, informação e organização.

brasileiras passaram a ganhar importância as doenças de transmissão pessoa-pessoa. As epidemias de meningite meningocócica que eclodiram em diversas cidades brasileiras entre 1973-1976, ao lado do aumento da mortalidade infantil nas áreas periféricas de diversas capitais, contribuíram para colocar em xeque a legitimidade do projeto de desenvolvimento capitalista dependente (Sabroza et al., 1995).

A censura da divulgação de informações sobre a emergente epidemia de meningite, foi uma tentativa de acalmar a opinião pública. No entanto, com o crescente número de casos, o Estado foi obrigado a efetivar a vacinação de milhões de pessoas, em todo o país, em caráter de urgência. Essa medida, ao mesmo tempo que possibilitou o controle da doença, limitando-a em áreas muito restritas, serviu para colocar na pauta do dia a discussão sobre as condições de vida de amplos setores da população, que estavam submetidos a um elevado grau de desgaste do processo de reprodução da força de trabalho. (Barata, 1988)

Colocava-se, cada vez mais por parte dos conservadores, a necessidade de viabilização de políticas sociais compensatórias que permitissem, ao mesmo tempo, a reprodução da força de trabalho e a minimização da insatisfação popular. No campo da saúde a rede de atendimento foi bastante ampliada, seja através de implantação direta de serviços ou através da contratação da rede privada. Com isso a atenção à população passa cada dia mais a ser concentrada na medicalização dos problemas de saúde e ainda pode proporcionar enormes lucros para os interesses privados.

Ao lado dos movimentos populares urbanos que eclodiram no final dos anos 70, emerge também a insatisfação de diversos profissionais da rede e serviços e de intelectuais que estavam encurralados nos espaços acadêmicos.

Passou a ser necessário produzir uma reacomodação na forma de organização das políticas sociais. Com o processo de "abertura" política, elaboraram-se novas estratégias de atuação nos serviços de saúde. Inicia-se o processo de descentralização dos programas, primeiramente através da articulação entre equipes do nível central do Ministério da Saúde com coordenações nas Secretarias Estaduais de Saúde e, mais tarde para os municípios.

No auge do período autoritário, especialmente a partir de 1967, as práticas de educação voltadas para a saúde, receberam a denominação de "educação em saúde"¹¹. As equipes de educação em saúde passaram a ser constituídas por diversos profissionais de saúde e não só de educadores. As ações de educação em saúde passaram a ser estruturadas em diversas Secretarias Estaduais de Saúde e tinham forte influência das ações desenvolvidas pela Fundação SESP (Cardoso de Melo, 1984).

Entre o final dos anos 70 e início dos anos 80, os problemas de saúde priorizados pelo Estado não eram mais aqueles de distribuição focal nem aqueles considerados doenças de massa. O que interessava eram aqueles problemas/doenças que podiam ser amplamente disseminados entre as camadas da população mais integrados economicamente e de produzir impacto na opinião pública (Sabroza et al., 1992).

Em quase cinquenta anos de ação direta do Estado nas políticas de saúde, as doenças infecciosas, caracterizadas como de áreas subdesenvolvidas, foram diminuindo acentuadamente, aumentando significativamente as ditas doenças crônico-degenerativas. Acreditava-se que com o desenvolvimento os óbitos ocasionados doenças cardiovasculares, as neoplasias (cânceres) e por causas externas passariam a ser motivos de preocupação dos serviços.

¹¹ Em Cardoso de Mello (1984) podemos verificar uma evolução dos termos para designar ações de educação voltadas para a área da saúde.

Parecia que a ação do Estado estava sendo suficiente para acabar com as "doenças do atraso". A idéia de transição epidemiológica, importada de países desenvolvidos, previa que com o processo de desenvolvimento e urbanização ocorreria a diminuição da importância das doenças infecciosas e parasitárias e o aumento das crônico-degenerativas. No entanto o que se verificou, foi uma diminuição das doenças infecciosas em função do aumento da rede de serviços que possibilitou manter essas doenças em áreas restritas sem contudo diminuir a capacidade potencial para a sua produção.

Assim, no final de quase 50 anos de ação estatal direta na saúde no Brasil, passam a coexistir lado a lado as doenças infecto-parasitárias e as crônico degenerativas. Com um agravante a população excluída das políticas públicas, é obrigada a conviver simultaneamente com os dois tipos de agravos, caracterizando uma situação de profunda desigualdade social e de desgaste corporal (Possas, 1989). Emergem "novas" e "velhas" doenças transmissíveis que se acreditava estar sob controle. As epidemias de dengue em vários estados, a urbanização da malária, a reintrodução do cólera e a permanência e aumento da tuberculose e da hanseníase, ao lado da pandemia de AIDS voltam a fazer parte do cenário da saúde no Brasil.

A partir da década de 80, o país passou a viver uma profunda crise econômica, caracterizada pela recessão econômica com descontrole da inflação, conseqüência do endividamento externo e depois do ajuste econômico imposto pelo sistema financeiro internacional. Essa crise teve enormes repercussões sobre as condições de saúde da população, agravando as condições de vida, aumentando o desemprego, a desnutrição e a mobilidade dos grupos sociais menos protegidos socialmente.

Os critérios de investimentos de recursos adotados pelo modelo de desenvolvimento que se esgotava, privilegiou os centros urbanos mais dinâmicos, não foi capaz de eliminar as desigualdades entre diferentes grupos sociais e diferentes regiões do país.

No início dos anos 80 é notificado o primeiro caso de AIDS, que pode ser caracterizada como a doença símbolo do novo período econômico que passou a se configurar, o capitalismo pós-industrial. A necessidade de integração total da economia, imposta pela nova forma de organização capitalista, coloca novas condições para ocorrência de doenças. A integração total da economia possibilita também uma dinâmica populacional bastante complexa e, com ela a emergência de novos processos de produção de doenças.

Com a nova dinâmica imposta pelo novo tipo de configuração sócio-econômica que emerge nos anos 80, diversos atores sociais têm buscado respostas para os desafios e os novos processos sociais daí advindos. De um lado surgem respostas de representantes de interesses do mercado, denominado genericamente de neoliberalismo. Lançam um conjunto heterogêneo de diretrizes econômico-político-ideológicas para a reorganização do capitalismo em escala mundial e para se adequar aos desafios da globalização da economia. De outro lado, existem os movimentos sociais, associações civis, ONG's e cidadãos que constituem coletivamente a sociedade civil, encaminhando respostas no sentido de criar espaços alternativos de atuação, enfrentamento e busca de soluções aos problemas gerados pelos processos de globalização (Sherer-Warren, 1999).

1.2. O pensamento intelectual sobre as camadas populares

No breve relato sobre o pensamento intelectual sobre as camadas populares desde a Primeira República, que

apresentamos a seguir, podemos notar que uma característica que é comum a todos os momentos históricos das práticas de educação em saúde desenvolvidas pelo Estado e também por outros agentes sociais: uma mesma imagem de ausência e de carência daquelas camadas da sociedade. Essa imagem torna-se mais evidente no interesse permanente dos agentes em "levar" uma idéia de civilidade que "falta" aos grupos populares e, supostamente, poderá livrá-los das condições que favorecem o adoecimento.

Estudo realizado por Sader & Paoli (1986) sobre as classes populares no pensamento sociológico brasileiro, aponta que foi no pensamento político gestado durante a Primeira República que apareceu pela primeira vez, uma representação sistemática e substantiva sobre os trabalhadores, os pobres, os dominados da sociedade brasileira - o "povo brasileiro". Assinala-se que, neste período, o pensamento político, interessado em oferecer soluções para os problemas que atingiam o país durante a Primeira República, estava voltado para a interpretação da Nação. A sociedade brasileira era vista como atrasada e fragmentada. A sua integração e a sua homogeneização eram apontados como elementos fundamentais para a Ordem e o Progresso da Nação. De posse dessa "verdade", apresentava-se uma outra "verdade": a única entidade capaz de reorganizar o "povo brasileiro" e integrá-lo nacionalmente era o Estado.

Essa representação do "povo" e do "caráter popular" brasileiro "inventou uma fórmula que fez eco por todo o pensamento intelectual do século" (Sader e Paoli, 1986: 42).

Sader e Paoli (1986) avaliam, ainda, que em certos aspectos, essa imagem se mantém presente nas interpretações políticas e acadêmicas posteriores, resistindo inclusive às novas conceituações que se seguiram aos novos campos simbólicos gerados e à posterior precisão dos instrumentos ana-

líticos de conhecimento. Os autores ressaltam como alguns traços que perduraram na figura construída a respeito das camadas populares:

- a heterogeneidade de sua composição, como obstáculo para qualquer construção ordenada sobre sua identidade como povo único e singular;
- o efeito nefasto que essa heterogeneidade provocaria sobre a capacidade de ação política coletiva popular, exigindo uma intervenção de fora que incorporasse e organizasse este povo disperso;
- a falta crônica de aptidão para a coletivização que este povo sofreria, pois os grupos que o compõe seriam carentes de integração entre si e com o resto da sociedade, portanto, sem vocação para a solidariedade e para a universalidade

Embora assumindo outras dimensões, nem o pensamento de esquerda teria ficado imune da incorporação desta interpretação na sua militância. Aquilo que mais particulariza a sociedade brasileira que é a diversidade de práticas culturais no meio da população é apresentado como obstáculo social e político para os projetos dos agentes externos. Assim, pode-se afirmar que a interpretação sociológica, sobre as classes populares da época está condicionada por um desejo final (externo) ou de construir a Nação da Ordem e Progresso ou de fazer a Revolução.

Neste sentido, a representação sobre as camadas populares estiveram mediadas por uma idéia de falta/ ausência/carência de algumas - ou de todas - as características, que segundo os agentes externos (intelectuais ou não), poderiam facilitar o alcance de seus projetos. Os projetos e desejos dos grupos sociais populares, mesmo quando reconhecidos, eram desqualificados. Para impor/introduzir o desejo

dos agentes externos era preciso tirar/arrancar os traços culturais que mais caracterizavam os indivíduos que compunham as camadas populares. Para executar o seu projeto era necessário eliminar o sujeito.

Com a intervenção do Estado Getulista, intensificou-se a idéia de se alcançar o progresso através da construção de um povo homogêneo e também o esforço de eliminar a diversidade interna das camadas populares. De outro lado, o Partido Comunista, que lutava pelo poder simbólico que o Estado adquiria, colocava a questão da identidade popular como o elemento que poderia aglutinar as camadas populares para a transformação social.

Foi, no entanto, somente nos anos 50 que as classes populares tornaram-se objeto de estudos acadêmicos que se voltavam para a compreensão do processo de transição da sociedade agrária rural "atrasada" para a sociedade industrial urbana "moderna". Mais uma vez a imagem das camadas populares aparece associada a existência heterogênea, a falta de identidade social e política coletiva. No entanto, diferentemente do pensamento político da Primeira República, tais representações são fundamentadas por um referencial teórico que conjugava o modelo de industrialização clássica dos países centrais, o instrumental analítico da sociedade industrial americana e as proposições marxistas da classe operária. Articulado aos problemas colocados pelas mudanças sócio-econômicas, a herança destas novas referências trouxe para a reflexão sobre as camadas populares temáticas como: a urbanização, a marginalidade urbana e o impacto da experiência urbana sobre os migrantes, alienação e a consciência de classe (Cunha, 1993).

Neste cenário, a temática da marginalidade passou a influenciar fortemente a produção de uma imagem das camadas populares marcada pela negatividade: *falta* de integração e de sociabilidade no universo urbano-industrial, *ausência* de

valores culturais que permitissem a integração a este universo, *falta* de consciência adequada de classe e impossibilidade de organização coletiva. Era preciso integrar os marginalizados.

Como assinalam Sader & Paoli (1986), a partir dos anos 70 verifica-se uma alteração no modelo de interpretação da história da sociedade brasileira. Condicionada pelas mudanças políticas e sociais que marcaram o país a partir do golpe militar de 1964, especialmente os acontecimentos políticos de 1968, inaugura-se um processo de crise e reavaliação do pensamento político acadêmico e de esquerda no Brasil.

Evidencia-se que as análises são direcionadas para a dinâmica de dominação do Estado e do capital. A experiência da repressão do Estado lança uma parcela dos intelectuais para o território dos vencidos, juntamente com o proletariado.

Sendo dominados por um Estado "onipotente" e subjugados pela lógica do capital, os intelectuais e as classes populares passam a ser representados como sendo dominados pelas estruturas e não existe espaço para a dimensão da experiência de vida e das representações humanas que constituem os processos histórico-sociais. O sujeito da história é a lógica do capital. Passa a predominar o discurso economicista e as análises macro-estruturais.

Vale destacar que, apesar de desconsiderar o sentido criador e relacional da experiência de vida, as análises avançaram na reflexão a respeito do Estado e da produção ideológica. (Sader e Paoli, 1986)

A decepção com o Estado autoritário, instaurado a partir dos anos 60, num primeiro momento veio fortalecer a imagem das camadas populares como despreparadas e aliena-

das, diminuindo a importância da capacidade de articulação das classes dominantes e o papel de repressão do Estado.

Ao mesmo tempo que, no Brasil se experimentava a repressão do Estado autoritário, pensadores e militantes marxistas de diversos países europeus questionavam a experiência do "socialismo real", possibilitando a emergência de leituras e interpretações que colocavam um reposicionamento teórico e prático frente as discussões e ações a respeito do Estado e da democracia. Assim, a reflexão teórica tanto no Brasil como no exterior, mediada pela experiência dos intelectuais possibilitou a construção de novos modelos de interpretação.

Emerge, então, nos anos 70 uma série de estudos que dão ênfase para os "novos movimentos sociais" (Doimo, 1995). Surgem investigações sobre os movimentos sociais urbanos, em diversas correntes das ciências sociais. Os primeiros estudos tomaram como referência paradigmas originários de países europeus, com matrizes no marxismo, particularmente a corrente denominada de estruturalista. Manuel Castells, Jordi Borja e Jean Lojkine foram autores que serviram de referência básica para essas investigações.¹²

Ainda na década de 70 surgem estudos sobre os movimentos sociais urbanos influenciados pela corrente culturalista. Essa abordagem, com pouca ou nenhuma relação com o marxismo, predominou no montante da produção brasileira da década de 80.

A abordagem de cunho estrutural-marxista enfatiza o papel ou a missão significativa de um sujeito na história (a classe operária); pressupondo a existência de uma racionalidade do sistema, preocupa-se sempre com a totalidade mais ampla, cheia de contradições e onde é possível captar

¹² . No Brasil, esses trabalhos foram publicados através das seguintes referências: Castells (1974), Borja (1975) e Lojkine (1981). .

uma lógica de determinações destas contradições: sua preocupação central é descobrir as desigualdades. Já a abordagem de cunho culturalista se preocupa com os atores sociais, enquanto representantes de papéis em determinados momentos precisos e em acontecimentos específicos; tendo sempre um caráter localizado, de estudo interno de um fenômeno por suas próprias manifestações e não por suas determinações externas (Gonh, 1992).

Independentemente das divergências existentes entre as distintas correntes, cabe ressaltar a mudança no sentido de buscar o rompimento com a representação de classe "atrasada", "despreparada", "subdesenvolvida", "alienada".

É nesse contexto dos movimentos sociais no Brasil e também do pensamento intelectual sobre as camadas populares que também emerge a crítica das práticas de educação sanitária e da educação em saúde. Certamente a experiência de alguns intelectuais dentro do "campo dos vencidos" possibilitou o encontro com outro campo de possibilidades de pensamento e ação que não só aqueles, até então prescritos como corretos.

CAPÍTULO II

ARTICULANDO EDUCAÇÃO, SAÚDE E CIDADANIA:
UMA EXPERIÊNCIA EM MOVIMENTO.

2.1. A crítica à educação sanitária e a construção de uma nova proposta: o cenário de criação do NEESC/ENSP e do CEPEL

Entre meados dos anos 70 e início dos anos 80, passou a configurar no Brasil um novo contexto histórico para os movimentos populares/sociais e para o pensamento intelectual sobre as camadas populares. Foi um momento também para elaboração crítica das práticas de educação sanitária dentro dos programas de governo e também daquelas desenvolvidas por outros agentes de mediação¹. Assim, podemos afirmar que a experiência e a reflexão sobre essas práticas, possibilitada pela convivência mais permanente entre profissionais e grupos populares organizados, dinamizada pelo contexto sócio-político da época, possibilitaram a emergência de uma revisão crítica sobre os equívocos dessas ações.

Desenvolveram-se, de forma voluntária e isolada, diversas experiências de aliança entre profissionais e população no sentido de conduzir as discussões para o âmbito da relação entre condições de vida e situação de saúde da população. Com o tempo tais experiências foram se tornando conhecidas nos diversos fóruns de organização do governo e da sociedade civil, possibilitando a ampliação do debate por um número cada vez maior de profissionais, membros de organizações civis e comunitárias. Devem ser destacadas as experiências desenvolvidas pelas Comunidades Eclesiais de Base, ligadas à Igreja Católica, que atuam no campo progressista. (Doimo, 1995)

O movimento, gerado a partir da crítica dos programas oficiais de saúde, inicialmente se colocava frontalmente contra o Estado e, defendia a tese de que era necessário desenvolver e estimular um trabalho alternativo, paralelo ao sistema oficial. Devemos lembrar que o cenário político existente no país nesta época era o da ditadura militar,

com um excessivo controle das liberdades individuais e sociais e , avaliava-se que desenvolver qualquer atividade, mesmo que de forma alternativa dentro do sistema oficial, significaria reproduzir os esquemas perversos de dominação.

No cenário político brasileiro, no final dos anos 70 e início dos 80, os movimentos sociais urbanos , especialmente o ciclo grevista de 78/80, propiciaram uma (re)interpretação a respeito do alcance político desses "novos" movimentos que trazia um novo impacto no cenário social e político brasileiro. Foi um período de criação de diversos grupos de trabalho no campo acadêmico, voltados para o estudo dos movimentos sociais urbanos. Em diversas universidades brasileiras, especialmente no eixo Rio/São Paulo, intensificou-se um trabalho de articulação junto à população "marginalizada". Diversos profissionais e estudantes de alguns cursos universitários se aglomeraram em torno da proposta. Muitos deles, mais tarde passam a integrar o corpo de intelectuais da burocracia estatal. (Sader e Paoli, 1986)

Os anos 80, em termos políticos representaram, antes de tudo, o esforço da sociedade brasileira para a criação de um Estado verdadeiramente democrático, após duas décadas de ditadura. No início da década de 80, mais precisamente no ano de 1982, após longos anos de ditadura militar com restrições de direitos políticos e civis, realizam-se eleições diretas para governador em todas as unidades federadas do país.

No campo da saúde pública, diversos profissionais, que vinham convivendo com os embates em torno da questão da democratização do Estado, passaram a integrar a rede oficial de saúde dos estados e dos municípios, do Ministério da Saúde, do Ministério da Previdência Social e outros que, de alguma forma continuaram tendo uma convivência com o ambi-

¹ . Estamos denominando aqui, de agentes de mediação às instituições e ou entidades cuja atuação esta-

ente de debates sobre propostas "alternativas" de programas de saúde, visando a construção de uma nova proposta para o setor. Esse processo, que ocorreu em diversas cidades e estados, foi se constituindo no que mais tarde políticos e profissionais da área de saúde convencionaram chamar de Movimento pela Reforma Sanitária Brasileira.

A organização de profissionais de saúde que se colocavam ao lado dos movimentos populares por melhores condições de vida, desembocou na realização, em 1986, da VIII Conferência Nacional de Saúde. Pela primeira vez na história das conferências de saúde se contava com expressiva presença de grupos de setores populares: foi a primeira vez que setores sindicais e de associações de moradores, bem como outras entidades representativas da sociedade civil se fizeram representar neste tipo de evento.² No processo de realização da VIII Conferência foram discutidos e traçadas estratégias para a chamada Reforma Sanitária Brasileira.

É justamente neste contexto que foi criado, em 1986, na Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), o Núcleo de Estudos sobre Educação, Saúde e Cidadania (NEESC), organizado por alguns professores, pesquisadores e estudantes de saúde pública que freqüentavam o Departamento de Ciências Sociais (DCS). Apontava-se:

"o avanço da Reforma Sanitária Brasileira só é possível através da construção de uma aliança entre os setores populares e profissionais comprometidos com os interesses da classe trabalhadora." (Valla & Stotz, 1994:8)

Ao mesmo tempo que integravam o movimento pela Reforma Sanitária, o grupo de profissionais e estudantes de nível superior que integravam o NEESC/ENSP, ao lado de ou-

ria voltada para o apoio aos grupos populares organizados da sociedade civil (Martins, 1992)

² *Segundo Madel Luz, até então, as conferências de saúde eram periodicamente realizadas pelo Ministério da Saúde e nela tomavam parte apenas funcionários graduados do setor e representantes da medicina privada e previdenciária. Na verdade, a tese da "participação da população" já havia sido aprovada durante a V Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1975. (Luz, 1994)*

tros grupos de estudos que se constituíam em outras universidades brasileiras, elaboravam uma crítica interna ao próprio movimento. Criticava-se os limites da proposta da Reforma Sanitária, que havia sido elaborada por um grupo de intelectuais, na maioria integrantes/militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB)³.

Para os membros do NEESC/ENSP, e seus parceiros em outros locais, apesar das boas intenções que pudessem mover os integrantes daquele grupo que coordenava o movimento, a sua prática ainda era bastante centralizadora. Na sua leitura, a Reforma Sanitária proposta pelos integrantes do PCB e seus parceiros, além de ter sido elaborada de "cima para baixo", se limitava a uma reforma administrativa onde a questão central era buscar uma racionalização financeira para o setor. A população, representada pelas lideranças dos movimentos sociais/populares/comunitários/sindicais estava sendo chamada a participar do movimento, apenas no sentido de legitimar/aderir a uma proposta que já passara a existir na prática.

Na concepção dos integrantes do NEESC/ENSP, as condições de vida e de trabalho que, em última instância, determinavam a situação de saúde da população não poderiam ser resolvidos apenas com uma reforma administrativa. Como resultado da observação das experiências dos grupos populares no cotidiano dos serviços de saúde, os profissionais apontavam que as queixas e sofrimentos que as pessoas apresentavam nos postos de saúde ou nos setores de emergência dos hospitais públicos tinham origem nas condições de vida e trabalho da população.

Apesar de não haver divergência com o grupo hegemônico da Reforma Sanitária, na análise sobre a origem das queixas e sofrimentos da população que freqüentavam os ser-

³. O centro produtor e irradiador da proposta da Reforma Sanitária foi o Centro Brasileiro de Estudos sobre Saúde, cuja hegemonia estava com intelectuais ligados a partidos de esquerda, especialmente ao PCB (Partido Comunista Brasileiro)..

viços de saúde, havia uma divergência a respeito dos encaminhamentos das soluções na sociedade. Pode-se afirmar que o grupo de estudo constituído no NEESC/ENSP, faz parte, de uma forma mais ampla, de uma corrente dentro da saúde coletiva que se contrapõe à concepção "biologiscista"/conservadora sobre o processo saúde/doença⁴. No entanto, apresenta uma proposta de encaminhamento distinta da hegemônica dentro da própria corrente.

No entendimento de parte do grupo do NEESC/ENSP, esta prática hegemônica dentro do campo progressista na prática da saúde pública, apesar de apresentar uma proposta de participação social, encaminha as soluções para os problemas de saúde, preferencialmente para a reorganização das estruturas burocráticas dos serviços.

Na tentativa de explicação para essa relação entre condições de vida e trabalho e situação de saúde, os intelectuais que compunham o NEESC/ENSP, integravam um conjunto de estudos de inspiração histórico-materialista que vinha se desenvolvendo na América Latina naquele período. Dentre eles destacam-se os trabalhos de Laurel (1976), Arouca (1975), Tambelini (1975) e, Breil & Gandra (1980).

Apesar de compor esse universo de idéias, os intelectuais do NEESC/ENSP entendiam que a solução para o problema deveria ser procurada no fortalecimento das entidades da sociedade civil, como os sindicatos de trabalhadores, as associações de bairro e outras organizações populares, e não no fortalecimento do aparelho de Estado, via a ocupação de pontos/cargos estratégicos em órgãos públicos.

Sob influência do pensamento de Antonio Gramsci, crítico do comunismo soviético, o grupo interpretava que

⁴ . Essa concepção foi hegemônica desde o final do século XIX até durante grande parte do século XX. Na visão crítica dessa nova corrente, a concepção biologicista provocou resultados contraditórios: "por um lado tornou possível uma significativa diminuição das mortes causadas pelas epidemias, através dos programas de vacinação e do combate dos vetores das doenças. Por outro lado constituiu uma visão de

havia uma necessidade de fortalecer a sociedade civil. Gramsci havia trazido uma reelaboração e ampliação dos conceitos marxistas sobre a sociedade, a cultura e o Estado moderno e propunha uma via democrática ao comunismo. Como aponta Coutinho (1999), diversos pensadores e militantes de esquerda sofreram influência do pensamento gramsciano e cada um a seu modo o interpretou de acordo com seus interesses.

Os escritos de Gramsci traziam uma interpretação que apontava que a partir da segunda metade do século 19, principalmente na Europa, havia surgido uma nova esfera na sociedade capitalista: o mundo das auto-organizações, que ele denomina de "aparelhos privados de hegemonia". Para ele tudo aquilo que resulta de uma crescente "socialização política" - os partidos de massa, os sindicatos, as diferentes associações - constitui a "sociedade civil", uma importante arena de luta de classes. É na sociedade civil que as classes lutam para conquistar "hegemonia", ou seja a direção política, capacitando-se para a conquista e o exercício do governo. No processo de luta pela conquista da hegemonia os intelectuais cumprem importante função histórica (Gramsci, 1968).

Ao dar o nome e definir essa "nova" esfera, o pensador italiano adotou uma nova concepção de Estado. Para ele, o Estado continua a ser um Estado de classe, mas não é apenas um simples "comitê executivo da burguesia" como era apresentado no Manifesto Comunista. Graças a inclusão dessa nova esfera - a sociedade civil - o conceito de Estado amplia-se, mudando o modo de exercer o poder de classe, buscando consenso, legitimidade e para tanto levando em consideração outros interesses que não apenas aqueles restritos à classe dominante.

2.2. Um pé na academia e outro na sociedade civil

Tendo em vista as reflexões elaboradas pelo grupo de intelectuais do NEESC/ENSP buscou-se desenvolver uma proposta de pesquisa que pudesse articular investigação e assessoria a entidades de caráter popular da sociedade civil.

O espaço social inicialmente escolhido pelo NEESC/ENSP, para concentrar suas experiências foi a região da Penha, reconhecida área industrial dos subúrbios da Zona da Leopoldina. A escolha da Penha se justificava por ser um espaço representativo do Brasil urbano contemporâneo, por se encontrar ali uma realidade também encontrada em muitas cidades brasileira: a fábrica, a favela, a escola pública e o centro municipal de saúde; representando desta forma os principais eixos de vida da população brasileira: trabalho, moradia, educação e saúde. Desta forma, a Penha representava, uma área heterogênea em termos de condições de vida e de infra-estrutura. Foi escolhida também, pelo fato de ser uma área onde alguns pesquisadores já mantinham alguma relação com profissionais e lideranças de organizações populares (sindicais, associações de moradores locais, pastorais da igreja).

Durante quatro anos (1986/1990) os pesquisadores do NEESC/ENSP desenvolveram pesquisas sobre as condições de vida e saúde na região da Leopoldina. Já no segundo ano de atividades alguns professores e pesquisadores avaliaram que cabia à ENSP não somente formar profissionais de saúde para trabalhar nos serviços públicos, mas caberia também a "formação técnica" das lideranças comunitárias. (Valla, 1998)

Os anos de pesquisa na região, a convivência entre pesquisadores/professores e estudantes que integravam o NEESC/ENSP com as lideranças comunitárias locais e o surgimento de novas formas de organização da sociedade civil

no Brasil, foram elementos importantes para se colocar em prática a idéia de criação de uma Organização Não-Governamental. Assim, da idéia de fiscalizar a aplicação da verba pública, gestada na convivência entre profissionais e membros de organizações populares da Leopoldina, foi fundado em 1988 o Centro de Estudos e Pesquisas da Leopoldina (CEPEL).

"A necessidade de criar um centro de estudos e pesquisas surgiu, inicialmente, entre pessoas ligadas à experiência de luta pela saúde e educação no bairro da Penha e pesquisadores do DCS/ENSP/FIOCRUZ, os quais mantiveram os primeiros contatos em início de 1986" (Se liga no SINAL, junho/1991:4)

Seu objetivo era:

"fortalecer os movimentos através da assessoria, capacitando-os para os assuntos específicos às suas reivindicações" (CEPEL,1990)

A criação do CEPEL foi justificada a partir da interpretação de que o tipo de trabalho que se impunha a partir das relações estabelecidas, na prática da pesquisa, não encontrava ressonância no espaço da academia.

Em dezembro de 1988, o CEPEL organizou um seminário reunindo várias associações de moradores da Leopoldina, quando foi definido "o saneamento como principal reivindicação da área e, conseqüentemente, necessidade de capacitação a que o CEPEL procurou começar a atender, através de um curso de saneamento e saúde" (CEPEL,1990).

Com o intuito de apresentar sua proposta e divulgar suas atividades para um público mais amplo, o CEPEL lança em 1990 o BOLETIM DO CEPEL.⁵

⁵. O Boletim do CEPEL teve apenas duas tiragens em cópias xerografadas e foi o embrião do que mais tarde se transformou no Jornal Se Liga no SINAL.

Um ano e meio mais tarde, mais precisamente no mês de junho de 1990 é lançado o primeiro número de um Jornal tablóide com tiragem de 2.000 exemplares, denominado "Se Liga no SINAL". A proposta de sua criação partiu da convivência dos integrantes do movimento "Se Liga Leopoldina", ocorrido em torno da epidemia de dengue, trazendo ainda uma preocupação em divulgar informações sobre condições de vida na região. A Comissão Editorial já era toda composta por profissionais de nível superior da academia e dos serviços de saúde, por professores de escolas públicas e por estudantes de nível superior.

Nesse primeiro número o jornal apresenta, em seu editorial, a preocupação em *"produzir dados e sistematizar informações na perspectiva de contribuir na luta pela melhoria da qualidade de vida."* (Se Liga no SINAL, junho/1991 : 2)

O SINAL é apresentado como uma

"rede formada por profissionais, entidades civis e por representantes do movimento popular na área da Leopoldina." (Se Liga no SINAL, junho/1991 : 2)

Assim, o CEPEL se originou como mais um lugar na esfera da sociedade civil, onde os pesquisadores, professores e estudantes e outros cidadãos pudessem exercer suas atividades com um pouco mais de autonomia e , colocar suas pesquisas a serviço dos grupos populares organizados da sociedade civil. Além disso, havia uma conjuntura favorável à criação de ONGs, em função de outras que já vinham se estruturando em diversos locais do país e, também, na América Latina.⁶

⁶ No final da década de 80, a pesquisadora Leilah Landim publicou o resultado de uma pesquisa sobre ONGs no Brasil que computava a existência de 1.042 organizações em todo o território brasileiro. Na América Latina segundo Bombarolo, existiriam em 1990 aproximadamente 11 mil organizações não-governamentais (Landm, 1988).

Desta forma, o CEPEL nasce como mais uma organização não-governamental no universo de tantas outras que vinham se constituindo no Brasil e na América Latina.

Apesar de se tornarem mais visíveis, e ganharem espaço no cenário político, somente a partir dos anos 80, o surgimento das ONGs no Brasil é associado à vigência do regime autoritário pós-64, em função dos limites dos mecanismos tradicionais de participação política. Nesse período, a sociedade civil procurava outras brechas para expressar sua reafirmação histórica. (CNPq/IBCT & UFRJ/ECO, 1996),

Pode-se afirmar que a emergência desse tipo de organização no país está relacionada, inicialmente, a uma retomada dos movimentos sociais existentes no período pré-64. Esses movimentos estavam voltados, principalmente, para a luta por uma revolução política e econômica e de transformação da realidade social desenvolvidas pelo proletariado rural e urbano. (CNPq/IBCT & UFRJ/ECO, 1996)

Num primeiro momento as ações das ONGs visavam, predominantemente, a chamada "conscientização das classes populares". Essa expressão demonstrava o desejo de diversos grupos de intelectuais de levar as camadas populares a "despertar" do longo período de adormecimento da luta contra a opressão política e econômica. Os movimentos sindicais, que eram os mais visíveis na época, constituíam o público destinatário dessas ações.

Em sua constituição inicial, as ONGs eram integradas, principalmente por indivíduos/intelectuais ligados aos movimentos sociais ou a lideranças sindicais, pastorais religiosas ou ainda a partidos políticos de esquerda. Pode-se afirmar que a gênese das ONGs no Brasil foi propiciada pelo encontro de indivíduos/intelectuais descontentes/insatisfeitos com os limites e possibilidades da ação de suas entidades de origem, fossem elas a igreja católica, partidos políticos, universidades, sindicatos...

Neste cenário, as ONGs se apresentaram como um novo lugar na sociedade civil onde se podia exercer uma nova forma de atuação e aproximação das camadas populares. Da ruptura com as práticas antigas e da convergência de interesses entre novos parceiros de desejo surge uma nova organização social.

Há que se ressaltar que, nesse processo de busca de inovação, muitas características das estruturas anteriores se conservaram. Vale destacar as mais visíveis: o voluntariado e a militância política. (CNPq/IBCT & UFRJ/ECO, 1996),

No entanto, destacamos que a grande maioria dos agentes que buscaram esse caminho, tinham formação universitária e muitos continuaram a manter seus vínculos com a universidade. Mantinha-se, assim, uma relação de autonomia e dependência em relação às suas instituições/entidades/organizações/órgãos de origem. No caso específico das universidades, ao mesmo tempo que se criticava o isolamento dessa instituição em relação aos problemas reais da sociedade, ainda se mantinha a dependência financeira e institucional.

Ao lado das características de trabalho voluntariado (cristão) e da militância (partidária), as ONGs em sua constituição trouxeram uma carga da tradicional racionalidade técnica característica dos ambientes acadêmicos.

No caso específico do grupo NEESC/ENSP e CEPEL, os profissionais que o compunha traziam essas características de militância, de voluntariado e da racionalidade, propondo-se articular as questões específicas de educação, da saúde e da cidadania. Além disso os membros dos grupos têm que conviver com organizações sociais bastante distintas, em que os participantes têm seu "tempo" próprio, suas exigências de produto, seus mecanismos de controle.

No decorrer do tempo, parte dos profissionais que compunham o NEESC/ENSP passou a ter o CEPEL como mais um espaço de militância política, buscando cada vez mais articular a pesquisa acadêmica com a ação política na sociedade.

2.3. Uma proposta de controle social da situação de saúde: a "capacitação técnica" e a "construção coletiva do conhecimento".

O cenário político existente no final dos anos 70 e início dos anos 80 no Brasil com o "ressurgimento" dos movimentos sociais urbanos, a crise previdenciária e as epidemias de meningite, apontavam para a avaliação de que

"a discussão de educação e saúde que privilegia as condições de vida e trabalho como explicação para uma grande parte das doenças começa a ganhar novamente terreno junto à opinião pública".(Valla & Stotz, 1994 :12)

Tendo em vista esse cenário, o NEESC/ENSP se encaminhou para a discussão da cidadania juntamente com a da educação e saúde. O grupo identificou que, apesar dos avanços da medicina no terreno científico, os problemas de saúde de grandes parcela da população brasileira continuavam presentes e ameaçadores e, o encaminhamento de soluções dependeriam de como os governos realizariam os investimentos públicos em serviços básicos, como saneamento, energia elétrica, transporte público, educação e saúde.

O NEESC/ENSP elaborou a crítica à ideologia e à prática de educação nos serviços de saúde, denominadas inicialmente de educação sanitária e depois de educação em saúde, que se criou e se desenvolveu por quase meio século no país. Refutava a prática que, prescrevendo comportamentos higienicamente saudáveis, responsabiliza os indivíduos

"ignorantes" e "atrasados" pela proteção de sua saúde. Ou seja, elaborada a crítica a uma prática no campo da educação em saúde que, predominantemente, enfatiza a recomendação sobre cuidados pessoais (higiene, alimentação, etc.) que os indivíduos devem assumir para evitar doenças.

O grupo avaliou, também, que a prática conservadora da educação em saúde contribuiu para a construção da imagem de uma classe trabalhadora homogênea, "desqualificada", "bruta", carente", que não consegue compreender os conselhos de prevenção e de cura contra as doenças, constituindo-se um processo de "culpabilização da vítima", onde os indivíduos que compõem os grupos subalternos são responsabilizados/culpados pelo seu estado de saúde. (Valla, 1992; Valla, 1993)

Com essa prática tradicional, teria se desenvolvido, então, uma educação em saúde que desqualifica o saber popular gerado na experiência concreta de vida das classes trabalhadoras e legitima o monopólio do saber técnico, evidenciado pelo discurso de escolaridade formal como parâmetro de competência. Assim, sem acesso a esse saber técnico os grupos populares teriam dificuldades para propor soluções para seus problemas de saúde.

Em contraposição a essa prática se construiu uma proposta que levasse a

"uma melhor compreensão sobre as condições de vida e de trabalho e a saúde e a doença, no sentido de apontar os meios para pressionar os governos a aplicar os recursos públicos mais de acordo com as necessidades da população trabalhadora". (Valla & Stotz, 1994 :13)

Na prática tradicional a saúde deveria ser alcançada através de comportamentos isolados por cada indivíduo, pela diminuição do risco de entrar em contato com os agentes etiológicos das doenças. Na proposta crítica a saúde

deveria ser buscada na ação coletiva, na luta pelos direitos de cidadania. Nesta a realização da saúde:

"depende tanto do montante dos investimentos públicos destinados aos serviços básicos (dentre os quais os serviços de saúde) quanto da capacidade das classes trabalhadoras em modificar a lógica de alocação dos recursos públicos."(Valla & Stotz, 1994 :13)

Na medida em que grande parte dos condicionantes da situação de saúde da população está relacionada ao acesso da população, em quantidade e qualidade, aos serviços básicos que são oferecidos pelo Estado, a proposta de relacionar condições de vida e trabalho e processo saúde-doença, leva a um questionamento das políticas sociais desenvolvidas pelos governos brasileiros.

Verificou-se que, historicamente, os governos brasileiros vinham investindo, majoritariamente, em infraestrutura industrial (reprodução dos meios de produção do capital) em detrimento do investimento em bens de "consumo coletivo" que deveria ser destinado à reprodução da força de trabalho. Para o NEESC/ENSP, exercer o direito de cidadania implica em denunciar as desigualdades de tratamento dos governos para com os interesses capitalistas e para com as necessidades das classes trabalhadoras.

O grupo apontou, também, para a necessidade de se fazer uma distinção da noção que se deve ter de cidadania no Brasil, e na América Latina, e aquela cidadania que se pratica nos países do Primeiro Mundo.

No Primeiro Mundo a idéia de cidadania estaria relacionada à ação dos indivíduos no sentido de vigiar seus governos para que estes lhes garantissem manutenção dos serviços básicos já existentes e abundantes. No Brasil, onde grande parte da população não tem acesso aos serviços básicos, não haveria o que vigiar. Aqui, a população tem que pressionar os governos para que se faça investimento em

bens de consumo coletivo, que deveriam ser objetos de políticas públicas. Enquanto no Primeiro Mundo se pratica a "cidadania da abundância, da vigilância", no Brasil se tem uma cidadania da sobrevivência, da escassez". (Valla, 1993)

Desta forma, no Brasil e na América Latina, o conceito de cidadania estaria relacionado ao conceito de "reprodução da força de trabalho". Portanto, o grau de cidadania de uma população varia de acordo com a sua capacidade de garantir maior ou menor qualidade na reprodução da força de trabalho (Valla & Stotz, 1994).

Na disputa pela verba pública, o discurso competente⁷, produzido pela maioria dos técnicos e das autoridades, ignoraria o conhecimento produzido pelas classes trabalhadoras a partir de suas experiência de vida. A "capacitação técnica" poderia aumentar a capacidade de ação dos movimentos populares na medida que estes tivessem acesso às informações técnicas trazidas pelo subsídio dos profissionais/técnicos aliados, dando maior legitimidade às suas reivindicações.

Com essa capacitação os membros dos movimentos populares estariam se qualificando para desenvolver uma participação popular "efetiva". A participação é "efetiva" quando se pretende ou se consegue modificar o parâmetro estatal, de modo a oferecer os serviços básicos para a população (Valla & Stotz, 1991).

Neste sentido, um dos pontos essenciais de uma participação efetiva da população seria a sua capacidade de apontar as áreas em que julga necessária a intervenção estatal.

Na busca de um modelo ideal de participação social buscou-se retirar a legitimidade de outras concepções de

⁷. "O discurso competente é o discurso instituído. É aquele no qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância" (Chauí, 1980 : 7)

participação social colocada em prática por distintos atores/interesses na sociedade brasileira.

Parte dos integrantes do NEESC/ENSP, passou a assumir a proposta de "investigação científica do ponto de vista popular". Interpretando o estudo de Coraggio (1989) sobre pesquisas urbanas e movimentos populares, apontava-se que esse tipo de investigação se impunha como prática social, em função da constatação de que, em geral, as reivindicações trazidas pelos movimentos sociais carregavam consigo um bom lastro para a discussão política, mas carece frequentemente de "informações técnicas".⁸

Propunha-se, então, relacionar as atividades de investigação científica com as necessidades das organizações populares da sociedade civil. Essas necessidades, estariam apontando, entre outras para o debate sobre as "carências do movimento popular no Brasil, principalmente quanto às suas dificuldades de acesso às informações técnicas necessárias para subsidiar suas reivindicações relativas aos serviços básicos". (Valla, 1993)

Na disputa pela verba pública, entre os setores organizados da sociedade, a investigação científica poderia fornecer seu apoio através de subsídios com informações técnicas. Aqui, os pesquisadores se colocam à disposição da população para suprir essa carência.

A necessidade metodológica, do grupo de pesquisa, de ter uma presença constante junto aos serviços de educação e de saúde, como também junto às organizações populares, fez com que a equipe de investigação estivesse presente em inúmeros encontros/reuniões realizados na região da Leopoldina.⁹

⁸ .A definição da proposta de "investigação científica do ponto de vista popular" encontra-se discutida com mais detalhes no último item desse capítulo.

⁹ . Segundo Valla (1992: 36) "em dois anos, o grupo chegou a acompanhar mais de 200 reuniões/encontros na região".

Essa presença sistemática proporcionou um processo de convivência com os atores em cena, que possibilitou que a equipe de pesquisa expusesse, aos profissionais e representantes das organizações populares, os resultados da investigação e que se discutisse alguns eixos de estudo. Dessa prática, vieram, em seguida, os convites para que o grupo de pesquisa realizasse assessoria técnica para ambos.

Segundo Valla (1992:36):

"O que mais surpreendeu a equipe foi o grande número de pedidos vindos de profissionais de educação e saúde. Supunha-se que as organizações populares fariam pedidos, mas a equipe não esperava tantas solicitações de profissionais."

Com o trabalho de assessoria e depois com a realização de Oficinas de Estudo de Educação e Saúde¹⁰, foi possível perceber que havia mais problemas que apenas necessidade de assessoria. Não eram somente os representantes das organizações populares que buscavam informações que não possuíam; os profissionais também requeriam informações. Segundo avaliação da equipe, os profissionais, no que se referia aos problemas agudos da população trabalhadora¹¹, traziam lacunas em suas formações universitárias. Constatava-se que este problema estaria relacionado ao conteúdo curricular "elitista" dos cursos universitários que passavam ao largo das questões de saúde e educação ligadas às classes trabalhadoras. O grupo NEESC/ENSP e EPEL verificou que:

"Na realidade, o que estava nascendo era um processo de capacitação técnica, envolvendo pesquisadores, profissionais e organizações populares (Valla, 1992 : 36)

¹⁰ . Durante dois anos, a cada dois meses, por um dia inteiro, essas oficinas reuniam profissionais de educação e saúde e representantes de organizações populares da região da Leopoldina e de alguns municípios da Baixada Fluminense. (Valla, 1992)

¹¹ . Problemas de aprendizagem entre crianças das classes populares, vigilância epidemiológica e sanitária, saneamento básico, etc.

O trabalho desenvolvido pelos profissionais do grupo poderia representar a busca de concretização de uma proposta que apontasse para a universidade pública como lugar que não apenas formasse técnicos preparados e críticos para ocupar postos em prefeituras, secretarias estaduais e federais, mas que se preocupa também com a formação crítica dos representantes da sociedade civil de caráter popular (sindicatos, associações profissionais e de moradores, partidos políticos e organizações não governamentais). Elaborou-se uma proposta de investigação científica que buscou produzir subsídios para os serviços públicos e as organizações populares. (Valla & Stotz, 1994)

Assim, o grupo avaliou-se que o que de fato estava acontecendo era a "construção coletiva do conhecimento". Neste processo, reconheceu que os dois participantes do processo - os profissionais e a população trabalhadora - são detentores de um acúmulo de conhecimentos: cada participante precisa de algo dos conhecimentos do outro para poder se comunicar e, no final garantir sua aprendizagem. (Valla, 1993)

Nesse processo o saber popular foi qualificado enquanto fonte importante de informação sobre as suas condições de vida. Os relatos sobre as experiências fariam parte do montante das informações sobre suas condições de vida. Desta forma a identificação dos problemas de saúde/doença e a sua relação com as condições de vida e de trabalho não seriam feitas apenas a partir das informações coletadas pelas estatísticas oficiais ou pelos exames laboratoriais.

No processo de *construção coletiva do conhecimento* a realidade estaria representada pelo somatório de informações científicas com aquelas originárias do saber popular. O diagnóstico das condições de vida seria construído de uma forma mais participativa (Carvalho, 1993). Os procedimentos de investigação são direcionados para somar/juntar informa-

ções advindas do saber popular e do saber técnico. Dessa junção de informações é que seria produzido um *novo conhecimento* sobre as condições de vida na região da Leopoldina.

Vale ressaltar que por traz do trabalho efetuado pela equipe de pesquisadores em questão, se pretendia a melhoria do grau de *consciência sanitária* da população. No entanto a consciência aqui é vista como uma meta a ser alcançada a partir da ação dos sujeitos envolvidos. A noção de consciência sanitária é assim descrita:

"Por consciência sanitária entendo a tomada de consciência de que a saúde é um direito da pessoa e um interesse da comunidade. Mas como esse direito é sufocado e esse interesse descuidado, consciência sanitária é a ação individual e coletiva para alcançar esse objetivo." (Berlinguer, 1983 apud Valla & Stotz, 1994)

2.3. Buscando um caminho de pesquisa e ação: a "investigação científica do ponto de vista popular"¹²

Em 1986, quando o NEESC/ENSP iniciou a pesquisa no bairro da Penha o objetivo da investigação era levantar e analisar como a sociedade civil da região compreendia o fenômeno saúde/doença e demandava cuidados de saúde ao Estado.

A região escolhida favorecia a realização do estudo porque era uma das mais bem equipadas em termos de infraestrutura urbana e de serviços de saúde, mas paradoxalmente, a população apresentava inúmeros problemas no que dizia respeito à possibilidade de acesso e à qualidade dos serviços.

Sendo o binômio saúde/doença resultante das condições de vida e trabalho, sua compreensão não poderia se dar

apenas numa perspectiva puramente individual, fora dos contextos de vida e trabalho na qual a população estava inserida.

Para se estudar as concepções acerca do fenômeno saúde/doença de uma população, bem como as suas estratégias de atuação, seria necessário analisar o contexto de sua produção.

No processo de execução da pesquisa,

“logo se tornaram evidentes as limitações da proposta de pesquisa que, ao tomar a população como objeto de investigação, não contemplava a necessidade que a população tinha de interferir no processo de aquisição de melhores condições de saúde.” (Hollanda, 1993)

As condições de saúde não dependiam de incrementos e melhorias na oferta de serviços, mas remetiam para as condições mais gerais da *reprodução da força de trabalho*.

O grupo levantou, então, o seguinte questionamento: como conjugar as características da pesquisa “tradicional” - que estabelece uma clara demarcação entre o “pesquisador” e o “pesquisado”, tomando a *população como objeto de trabalho*, da qual se extrai a matéria prima para análises puramente acadêmicas - com a necessidade da população de ter parâmetros para a ação, no sentido da resolução de problemas vivenciados no mundo concreto?

A presença e a participação constante de membros do grupo de pesquisa em diversas reuniões do movimento popular na região foram elementos importantes para que representantes das organizações populares e profissionais de educação e saúde demandassem assessoria técnica da equipe do NEESC/ENSP para a discussão de assuntos específicos.

¹². Um bom detalhamento a respeito da concepção de “investigação científica do ponto de vista popular” pode ser encontrada em Hollanda (1993), de onde foi levantada a maioria das informações constantes desse item.

A avaliação da situação que se configurava levou a equipe a tomar outros encaminhamentos de ordem prática e teórica. O primeiro foi a criação de um espaço mais permanente de discussão da equipe com representantes de entidades populares e técnicos da área de educação e saúde sobre problemas ligados às condições de vida e saúde do local onde se desenvolvia o estudo. Foram criadas Oficinas de Educação e Saúde que se reunia a cada dois meses.

O outro encaminhamento, de ordem teórica referia-se à necessidade de avaliação de metodologias alternativas de pesquisa. Já que a equipe era formada numa perspectiva mais tradicional de pesquisa, a prática advinda do trabalho de campo os colocava diante de diversos questionamentos de ordem teórico-metodológica.

Para tanto, procurou-se discutir algumas questões em torno do alcance das metodologias chamadas de "alternativas", levando-se em consideração o contexto do seu surgimento e os limites e possibilidades apontados por outros autores que já vinham experimentando essas metodologias em outros países, principalmente na América Latina. Tratava-se de uma necessidade de refletir sobre a prática da pesquisa e de fazer uma escolha do caminho a percorrer daquele momento em diante.

Essa situação remetia ao exame das vertentes metodológicas de pesquisa alternativa conhecidas como pesquisa ação e pesquisa participante.

A reflexão em torno do andamento da pesquisa apontava para uma convergência com a avaliação de José Luiz Coraggio a respeito das modificações teórico-metodológicas sofridas pela pesquisa urbana na América Latina nos últimos vinte e cinco anos.

Coraggio (1982) apontava que as modificações ocorridas nesse período implicariam uma "série de giros de

180°" no que diz respeito às hipóteses centrais, métodos de pesquisa e propostas de ação contidas no trabalho acadêmico. Substituindo os enfoques tradicionais, haviam ocorrido vários deslocamentos de caráter teórico-metodológico. Do estudo do Estado-governo, do movimento do capital e a política enquanto eixos centrais para a configuração do urbano e origem da possibilidade de uma "cidade distinta" para a ênfase no estudo da sociedade civil. As análises de micro-unidades - famílias, grupos comunitários vinham substituindo a análise dos processos macro-sociais. Em função da crítica aos efeitos negativos da ação estatal sobre os setores populares, a idéia de que era necessário pensar a planificação de processos sociais e econômicos a partir do Estado haviam sido abandonadas. A ênfase das pesquisas vinham recaíndo ao estudo do particular, dos valores, dos comportamentos. As generalizações e os esforços de teorização passavam a ser vistos com reservas. Secundarizou-se, neste contexto, os papéis da teoria do sujeito histórico e de uma visão totalizadora da realidade social. Estabeleceu-se, então, uma polarização entre saber científico e saber popular: o pensamento legítimo sobre a "realidade" - a Realidade Objetiva - estaria expresso pelo saber popular, já o saber científico seria resultado da subjetividade dos teóricos, dos intelectuais.

Na crítica às metodologias alternativas, Coraggio (1982) apontava para uma convergência com a idéia de compromisso social com os segmentos populares. Porém, refutava a idéia de uma ciência popular que pudesse ser comparada epistemologicamente à atividade acadêmica tradicional.

O autor levantava a necessidade de reconhecer que embora os dois tipos de conhecimentos utilizem, em suas constituições, os mesmos processos mentais como a indução e a dedução, existe uma distinção quanto a estruturação e poder de enfrentamento das questões na sociedade. Enquanto o saber popular opera com problemas sociais existentes o saber

científico opera com problemas sociológicos que são construídos. Reconhecer essa diferença, significaria reconhecer uma distinção de discursos e de alcance social de cada um. Assim, aponta-se para a necessidade de reconhecer diferentes sujeitos no processo de construção do conhecimento.

A crítica central que se faz em relação às metodologias alternativas recai em torno das falsas dicotomias construídas pelos seus mentores (estrutura x conjuntura; determinação de última instância X fatores; intelectuais x setores populares).

Na verdade, quando se apresenta as aparentes contradições entre as distintas formas de se fazer pesquisa - características das disputas de poder ao ambiente acadêmico - o que está em jogo, de fato, é a busca de uma síntese entre teoria e prática que ajude a superar os impasses políticos que estariam cerceando o desenvolvimento na América Latina.

Em função da sua experiência e de seus desejos, a equipe se identificou com a proposta de investigação do ponto vista popular, e é nessa direção que parte da equipe do NEEESC/ENSP redirecionou seus trabalhos. Para tanto foram articulados alguns pressupostos básicos em torno da pesquisa urbana, a saber:

- necessidade de definir um sujeito para si - o *sujeito popular* - em função da uma "prática política possível". Esse *sujeito popular*, composto por atores sociais urbanos heterogêneos, contraditórios, não "pré-selecionados", no sentido da fragmentação política existente nos centros urbanos e criar espaços possíveis por sua articulação em prol de uma transformação sócio-política. Esse sujeito sócio-político, com um pé na sociedade outro no Estado, teria sua capacidade transformadora ampliada na medida que se inserisse num movimento mais amplo para a conformação de um sistema hegemônico popular em escala nacional.

- definição de um projeto político incorporado por uma frente popular - o *campo popular* - em oposição à fragmentação dos movimentos sociais que, por princípio atuariam de forma mais isolada. Desta forma poderia se constituir uma frente popular ampla que abrandaria a permanente tensão entre forças sociais que obrigam a construção de amplas frentes políticas, sem base social rígida.

- a alternativa que se coloca não é de ordem da discussão teórico metodológica, mas sim alternativa de poder com vistas a hegemonização de uma nova ordem social, centrada na idéia de um *sujeito popular* e de *campo popular*.

- eleição de *problemáticas comuns* a diversos grupos dentro de um espaço local que os articule. É necessário portanto definir um espaço-local, enquanto campo físico de atuação da proposta.

- o papel do pesquisador, diante dessas questões, recupera em muitos sentidos o trabalho desenvolvido pela pesquisa tradicional.

A diferença em relação à pesquisa tradicional estaria na perspectiva - o ponto de vista popular - e na proposição de sugestões para a solução de problemas comuns a diversos grupos específicos.

O que se evidenciou nessa proposta é o reconhecimento da diversidade de conhecimento como potencializadora do movimento de transformação da sociedade e não como fraqueza.

A denominação de pesquisa do "ponto de vista popular" não significava que o pesquisador deveria tomar o lugar do pesquisado. O ponto de vista popular referia-se à delimitação do problema a ser investigado. O papel do pesquisador seria o de assumir e problematizar as demandas po-

pulares, transformando-as em questões sociológicas em seus estudos.

CAPÍTULO III

CONSTRUINDO INDICADORES SOBRE CONDIÇÕES E EXPERIÊNCIAS DE VIDA EM ESCALA LOCAL

Baseado nas idéias da "capacitação técnica" "investigação científica do ponto de vista popular", o eixo de trabalho da equipe foi direcionado para a sistematização e divulgação de informações sobre as condições de vida na Leopoldina, visando a construção um novo conhecimento sobre as condições de vida na região.

Na evolução do trabalho, articulando os espaços da ENSP e do CEPTEL, foi idealizado um Sistema de Informação de Nível Local (SINAL), que foi organizado na sede do CEPTEL, no bairro de Olaria. O SINAL passou a ser composto pelas seguintes atividades:

- Programa de Investigação sobre as Condições de Vida na Região da Leopoldina: atividade de pesquisa sobre as condições de vida na região, tendo como base problemas levantados por grupos populares com os quais a equipe se relaciona.
- Centro de Documentação sobre as Condições de Vida na Leopoldina (CEDVIDA): reunião de dados e informações sobre condições de vida na região da Leopoldina e sobre políticas públicas no município do Rio de Janeiro, provenientes tanto de matérias publicadas na imprensa, quanto de relatórios de pesquisa, entrevistas, documentos de diversas entidades populares e de instituições públicas, teses, monografias, dissertações, fotografias, etc.;
- Jornal "Se Liga no SINAL": veículo impresso de divulgação, bimensal, de informações sobre as condições de vida na região. Muitas vezes as informações que compõem as matérias do SINAL resultam em pesquisas e vice-versa; e

- Cursos e seminários ministrados pela equipe do CEPEL e da ENSP. É, também, um espaço onde circulam, simultaneamente, informações sobre a conjuntura política e sobre como a população está "se virando" frente a ela.

Este Sistema passou a ser alimentado constantemente com dados e informações produzidas a partir das pesquisas realizadas pelo CEPEL, pela ENSP e por outros grupos que produzem informações sobre a Leopoldina.

Passaram a compor o SINAL, informações registradas durante a participação em eventos locais e conversas informais com membros de organizações populares - moradores da região, profissionais de saúde e educação e também de outros setores dos serviços públicos. Nos primeiros tempos de investigação a equipe de pesquisa participava desses eventos a partir de planejamento prévio mas, com o tempo, também passou a ser demandada.

A criação do SINAL teve como premissa principal a sistematização e difusão de informações a partir de uma rede informal de relações da qual os participantes atuam na condição de cidadãos, produzindo de maneira sistemática dados sobre as condições de vida da população na Leopoldina e que permitem subsidiar a luta do movimento popular por serviços de consumo coletivo de qualidade necessários à sobrevivência da população. Criou-se, então, uma metodologia de organização de um sistema de informação, cujo objetivo é a "construção coletiva do conhecimento". Através dessa metodologia, a produção da informação se dá pela contribuição do conhecimento dos profissionais de saúde e educação e representantes das camadas populares e a sua divulgação é dirigida aos serviços e entidades populares, entre outras.

Ao longo desses anos de pesquisa e assessoria a grupos populares na região da Leopoldina e de reflexão com os diversos parceiros de ação sobre a relação entre o conhecimento científico e o conhecimento prático produzidos pelos sujeitos que vivenciam os problemas concretos da vida, houve uma experiência acumulada. Desta experiência, elaborou-se uma proposta de investigação onde a sistematização dos dados tem como base a “construção compartilhado do conhecimento”¹, compreendendo-a como uma produção onde se inter cruzam três eixos fundamentais de saber:

- a fala pública dentro do processo de luta política → representando o **conhecimento detido, e divulgado, pelos órgãos oficiais** a respeito das condições de vida ;
- as perspectivas de análises teóricas e metodológicas na compreensão do processo de produção da desigualdade e miséria → representando o **conhecimento acadêmico acumulado;**
- as falas e práticas que subvertem e humanizam os dados “técnicos” e permitem a flexibilização e ampliação da teoria → **representando o conhecimento dos sujeitos que experienciam as condições de vida.**

A produção do conhecimento é compreendida, então, a partir de seu caráter dinâmico, considerando que ela não envolve apenas o processamento de informações pela equipe de

¹. O conceito de “construção compartilhada do conhecimento” aqui utilizado encontra-se sistematizado na discussão teórico metodológica do relatório final de pesquisa “Construindo indicadores sobre as condições de vida nos bairros e comunidades da Leopoldina,” desenvolvida, em conjunto, pelo CEPEL e ELOS/ENSP, em 1996/1997. O conceito foi desenvolvido a partir de uma preocupação trazida por Valla (1993a) sobre “construção desigual do conhecimento” e a “construção coletiva do conhecimento”, que sintetizam a relação entre aqueles que desenvolvem trabalhos acadêmicos, tanto quanto profissionais de saúde e de educação, com os setores organizados da população trabalhadora. (Ver CEPEL, ELOS/ENSP/FIOCRUZ, 1997)

investigação. Ela se coloca também no movimento de divulgação, onde aqueles que recebem a informação dela se apropria, interpretando-as e produzindo novos conhecimentos. Pois como nos ensina Chartier (1990 : 26)

"A apropriação do saber implica na produção de um outro saber, construído nas descontinuidades das trajetórias históricas. Deve-se dar atenção então às condições e processos que determinam a construção de sentido operada pelos sujeitos do conhecimento."

Tendo em vista a construção de um sistema de informação que considere o saber acumulado pelos grupos populares, onde eles possam sobretudo se reconhecer enquanto sujeitos, pensa-se ser necessário destacar um eixo de seleção de dados e de análise que **ênfatize as alternativas por eles encontradas para fazer face a suas condições de vida**. Assim, trabalha-se com dois conceitos que se articulam e se complementam na compreensão dos problemas que atingem a população e de suas lutas: **condições de vida e experiências de vida**.²

As **condições de vida** apontam para uma realidade que conforma uma determinada situação social e econômica. São elas que determinam, ao mesmo tempo, o surgimento e o agravamento de problemas nas várias dimensões da vida dos grupos populares: saúde, saneamento, educação, transporte etc. Condições de vida é um conceito imprescindível na avaliação da situação de saúde destes grupos, tendo em vista determinados critérios, muitas vezes acenados pelas próprias política públicas. As condições de vida referem-se, então, ao **campo de ação** onde os atores se movem e atuam, buscando formas de en-

² . As considerações sobre os conceitos de condições de vida e experiência de vida fazem parte do texto elaborado pela pesquisadora Marize Cunha, durante a discussão teórico-metodológica do Projeto de Pesquisa "Construindo indicadores sobre condições de vida nos bairros e comunidades da região da Leopoldina". (ver CEPTEL, ELOS – ENSP/FIOCRUZ, 1997)

frentamento destes problemas e de suas condições como um todo.

No entanto, se restrito apenas às condições de vidas corre-se o risco de desconsiderar as formas como esses grupos *experimentam* estas condições e atuam sobre ela, dando-lhes múltiplas respostas. No limite da análise das condições de vida, tende-se a tratar a "realidade" dos grupos populares como mero "objeto de estudo" e, geralmente isto é feito tendo a dedução de determinadas formas de ação, onde estão postos os nossos referenciais teóricos e políticos de luta. Assim, muitas respostas construídas pelos grupos populares escapam ao nosso entendimento.

Ao incluir as **experiências de vida** na análise, aborda-se uma determinada apropriação da realidade e as **possibilidades de ação** sobre ela. Nessas possibilidades, onde estão colocadas as múltiplas experiências dos grupos populares, tendo em vista seus percursos históricos, seu universo cotidiano, valores culturais e visão de mundo. Na análise da formação da classe trabalhadora inglesa o historiador E. P. Thompson empregou o conceito de experiência de vida. O autor chama atenção para o fato que entre a *experiência determinada* em grande medida pelas relações de produção e o *experimental* desta experiência há um conjunto de mediações que não são menos determinantes à prática histórica e social, uma vez que atravessam as ações dos homens, referenciando o seu agir sobre uma situação determinada. E neste sentido, tais mediações, que remetem ao campo da cultura, podem ser vistas também como instituintes da mudança histórica e social.

Para Thompson:

"Os homens e mulheres retornam como sujeitos, dentro deste termo - não como sujeitos autônomos, 'indivíduos livres',

mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades, interesses e antagonismos, e em seguida 'tratam' essa experiência em sua consciência e sua cultura (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, 'relativamente autônomas') e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (Thompson, 1981 : 182)

"As pessoas não experimentam sua própria experiência como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidade, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral" (Thompson, 1981 : 189).

Consideramos, então, que a experiência dos grupos sociais desenvolve-se dentro de determinadas condições de vida, apresentando características gerais para a totalidade dos grupos populares, *indicando uma experiência comum da exclusão social e econômica.* Vivenciada por estes grupos, a experiência traduz aspectos particulares que revelam percursos históricos diversos e especialmente múltiplas formas de ler e atuar sobre a realidade, *apontando pois para a forma como se experimenta a exclusão social e econômica.* O conceito de *experiência de vida* abre, portanto, possibilidades para uma análise que avança na compreensão da leitura que a população tem de sua realidade e de suas alternativas de sobrevivência.

Propomos , então, um sistema de informação que na sua organização possibilite registrar, organizar e difundir informações que permitam analisar o mencionado **campo de ação** em que os atores sociais se movem, e **as possibilidades de ação**, ou seja, **por que** e **como** os atores sociais se movem, e em que medida o fazem de forma diferenciada, a despeito da identidade de suas condições de vida.

3.1. Um olhar sobre as favelas da área da Penha (XI Região Administrativa)

Dentre as diversas atividades da equipe CEPEL/ENSP, desenvolvemos o projeto de pesquisa denominado "**CONSTRUINDO INDICADORES SOBRE AS CONDIÇÕES DE VIDA NOS BAIROS E COMUNIDADES DA LEOPOLDINA**". Este projeto procurou avançar em direção à proposta de organização de um sistema local de informação sobre as condições e experiências de vida da população da Leopoldina, fundamentado-se em dois eixos de organização de dados:

- sistematização e análise dos dados oficiais existentes a respeito dos bairros, favelas e conjuntos populares da Leopoldina;
- produção de dados sobre as condições de vida na região, a partir de informações fornecidas pela própria população, tendo como base em dados oficiais e no trabalho cotidiano da equipe de pesquisa em relação aos grupos populares, bem como o já material acumulado no Centro de Documentação sobre as condições de vida da Leopoldina (CEDVIDA).

Na delimitação do projeto, escolhemos uma área mais restrita da região da Leopoldina - a XI Região Administrativa (XI RA), que pela divisão administrativa da Prefeitura do Rio de Janeiro congrega bairros e comunidades em torno do bairro da Penha, sede da RA. A intenção do projeto era cobrir todas as Regiões Administrativas que compõem a região da Leopoldina, porém por limitações de recursos, limitamos-nos a o estudo à XI RA. A escolha da XI se justifica pelo fato da XI RA congregar comunidades com as quais a convivência da equipe era mais intensa na época. Outro critério para determinar a escolha da XI RA foi por ser uma área em que grande parte das favelas apresentam problemas de insuficiência de serviços de saneamento básico que, está estritamente relacionado à ocorrência de casos de dengue.³

Na análise da XI RA, baseamo-nos fundamentalmente em dados disponíveis em arquivos da Prefeitura Municipal e de outros documentos constantes do Centro de Documentação sobre as condições de vida na Leopoldina (CEDVIDA).

A primeira parte do estudo voltou-se para o levantamento de dados, tendo em vista uma caracterização geral dos bairros, relevando seus aspectos demográficos e sociais. Tais informações foram fundamentais a uma etapa posterior do projeto, quando foram analisadas comparativamente às informações particulares de cada comunidade, produzidas pelo IPLAN, e também àquelas geradas pela equipe de pesquisa. Basicamente, os dados presentes nesta parte foram organizados a partir do **Anuário Estatístico do IPLANRIO 1993/1994**, divulgado em CD-

³ A escolha da XI Região Administrativa procurou, também, potencializar o trabalho da equipe do CEPEL no sentido de dar suporte informativo para o Projeto "Ações Educativas Locais de Combate a AIDS: As Agentes Comunitárias e a Mobilização Popular", que se desenvolveu em comunidades do Complexo de Favelas da Penha.

ROM. Esses dados encontram-se disponíveis nos arquivos CEDVIDA.

A segunda parte do projeto voltou-se para a sistematização dos dados oficiais referentes às comunidades faveladas localizadas na XI Região Administrativa composta pelos bairros de Jardim América, Vigário Geral, Parada de Lucas, Cordovil, Brás de Pina, Penha Circular e Penha. (Ver Figura 1 e Quadro 1)

Figura 1. Mapa esquemático do município do Rio de Janeiro com destaque para a região da Leopoldina e XI Região Administrativa (Penha)



QUADRO 1: DISTRIBUIÇÃO DAS FAVELAS NA XI RA (PENHA), REGIÃO A LEOPOLDINA, MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, SEGUNDO BAIRROS - 1991.

BAIRROS	COMUNIDADES*
Jardim América	1. Rodolfo Chamberland
Vigário Geral	2. Parque Furquim Mendes 3. Bairro Proletário do Dick 4. Parque Proletário de Vigário Geral
Parada De Lucas	5. Te Contei 6. Parque Jardim Beira Mar
Cordovil	7. Cordovil 8. Chega Mais 9. Bom Jardim de Cordovil 10. Dourados 11. Parque Proletário de Cordovil 12. Pedacinho do Céu 13. Serra Pelada 14. Parque CHP 15. Batuta de Cordovil 16. Vila Cambuci
Brás De Pina	17. Brás de Pina 18. Mangueirinha 19. Morro da Guaíba 20. Vila Pequiri
Penha Circular	21. Frei Gaspar 22. Centro Social Marcílio Dias 23. Morro da Fé 24. Caixa D'Água 25. Morro do Sereno
Penha	26. Laudelino Freire 27. Parque Proletário do Grotão 28. Morro do Caracol 29. Vila Proletária da Penha 30. Vila Cruzeiro (X R.A)** 31. Morro do Cariri /Merendiba (X R.A) **

* O termo comunidades refere-se àquelas localidades registradas como “favelas” no Cadastro da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro.

**comunidades que pela divisão administrativa da Prefeitura Municipal, encontram-se localizadas no bairro de Olaria.

Ao todo, 31 comunidades foram analisadas. Duas delas - Morro do Cariri e Vila Cruzeiro - não encontram-se oficialmente dentro da XI R.A, mas na X R.A (Ramos). No entanto, optamos por inclui-las, considerando que seu desenvolvimento histórico e que suas condições de vida apresentam várias idêntidades com comunidades vizinhas, pertencentes à XI RA. Não menos importante é o fato, identificado em nosso trabalho de campo, de que os moradores destas comunidades se percebem enquanto moradores da Penha, em especial do Complexo de Favelas da Penha (no caso do Morro do Cariri e Vila Cruzeiro). Registramos também que as comunidades tem dificuldades em acessar sua R.A oficial - X RA, muitas vezes recorrendo à XI RA

Esta sistematização procurou desagregar as informações referentes às favelas dos dados mais gerais da RA, de forma a considerar as diferenças existentes no âmbito da região. Nosso objetivo foi, sobretudo, levantar informações básicas de cada comunidade, contribuindo para uma maior visualização da idêntidades e diversidades das condições de vida dos grupos sociais em questão.

Na organização deste documento recorreremos aos dados produzidos pelo Empresa de Planejamento e Informática da Cidade do Rio de Janeiro (IPLANRIO). A seguir identificamos as fontes utilizadas e o tipo de informações coletadas em cada uma delas:

- Anuário Estatístico da Cidade do Rio de Janeiro de 1993/1994: dados populacionais e de domicílio de 1980 e 1991, atualizados pelo IPLAN- Rio segundo o Censo do IBGE de 1991.

- Favelas Cariocas- Alguns Dados Estatísticos, 1993: informações sobre período de ocupação, dados físicos e sobre os serviços de infra-estrutura urbana, atualizados pelo IPLAN.
- Cadastro de Favelas do Município do Rio de Janeiro, 1981/1991:⁴ histórico, formação da propriedade da terra, organização e movimento comunitário, serviços de infra-estrutura urbana e assistência social, segundo o levantamento realizado em 1980, no caso da maioria das comunidades, ou então em datas posteriores - 1985, 1991 e 1992;
- Assistência Comunitária aos Assentamentos de Baixa Renda do Município do Rio de Janeiro /1993 (incluindo a atualização do cadastro por atuação governamental): informações a respeito dos serviços públicos de infra-estrutura urbana e assistência social, de acordo com dados complementados e atualizados pelo próprio IPLAN- Rio, após a data da pesquisa.⁵

⁴ O Cadastro de favelas do Município do Rio de Janeiro destaca como seu objetivo: subsídio à “formulação de políticas de desenvolvimento e melhoria de qualidade de vida das comunidades carentes”. Ele iniciou-se em 1981, e estendeu-se até 1982, atendendo à solicitação da SMDS(Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social) contando com um questionário de 107 perguntas aplicado junto às Associações de Moradores ou lideranças comunitárias. Na época foram cadastradas 377 favelas da cidade do Rio de Janeiro. Posteriormente, a equipe responsável pelo cadastro desenvolveu um projeto Metodologia de Atualização do Cadastro de Favelas , procurando racionalizar o sistema de consulta e reelaborando os formulários de pesquisa de campo que passaram a ter 71 itens. Em 1985, reiniciou-se, com a nova metodologia, a pesquisa de campo, cadastrando-se mais 14 favelas da cidade. Em 1990, unificou-se os cadastros de favelas, loteamentos irregulares e de conjuntos habitacionais através do SABREN - Sistema de Assentamentos de Baixa Renda, e em 1991 foi realizado outro levantamento de campo de cerca de 110 favelas até então não identificadas, além da atualização das 435 existentes. A respeito do Histórico do Cadastro de Favelas, ver Favelas Cariocas- Alguns Dados Estatísticos, IPLANRIO, 1993.

⁵ Vale destacar que a maior parte das comunidades foram cadastradas pelo IPLANRIO, em sua pesquisa de 1980. No caso daquelas em que a pesquisa foi realizada posteriormente, assinalamos no campo de observações o período em que foi realizada.

Os dados e informações e foram organizados em duas etapas:

1^a) A partir dos documentos mais recentes produzidos até então pelo IPLANRIO (Anuário Estatístico da Cidade do Rio de Janeiro de 1993/94, Favelas Cariocas: Alguns Dados Estatísticos). O documento "Assistência Comunitária aos Assentamentos de Baixa Renda do Município do Rio de Janeiro /1993" foi utilizado basicamente para identificar informações relativas aos serviços de infra-estrutura urbana: ano de implantação e avaliação do órgão público, segundo a atualização feita pelo próprio IPLAN.

2^a) Reunião de informações referentes a: histórico (ocupação, crescimento, movimento comunitário); propriedade da terra; pavimentação, abastecimento de água, iluminação, esgoto e coleta de lixo- na época das pesquisas realizadas pelo IPLAN; outras informações (dados referentes aos projetos desenvolvidos e ação de agentes externos, no período do levantamento e também informações sobre outros serviços na comunidade, em 1981 e posteriormente).

As informações foram organizadas primeiramente com dados disponíveis das fontes acima citadas e, em seguida foram acrescentadas informações coleta pela equipe de pesquisa. No Centro de Documentação sobre Condições de Vida na Leopoldina pode ser encontrado a primeira parte do relatório de pesquisa, onde cada comunidade tem disponível uma ficha onde pode ser acessada através de uma numeração.⁶

⁶ . O documento que congrega essas informações encontra-se disponível no CEDVIDA/CEPEL através do Relatório Técnico de Pesquisa "Construindo Indicadores sobre Condições de Vida nos Bairros e Comunidades da Leopoldina – Parte I"

O objetivo do projeto foi sistematizar dados que consideramos fundamentais para a compreensão da realidade dos moradores, tanto no que se refere as suas condições de vida, quanto no que diz respeito às suas experiências e percepções acerca do mundo em que vivem.

A construção de um sistema de informação que inclua o saber acumulado pela população, supõe o trabalho de sistematização e discussão de tal material, trazendo aspectos relativos às comunidades, a partir daquilo que nos dizem seus moradores. Compreendemos que é no aprofundamento deste trabalho que a proposta de construção compartilhada do conhecimento se particulariza e potencializa-se.

Este estudo não expressa todo o trabalho acumulado pela equipe ao longo dos anos de investigação na região da Leopoldina. Ele recupera os dados coletados em algumas comunidades nos anos de 1995 e 1996, trazendo informações sobre dados físico-demográficos, ocupação, propriedade da terra, o movimento comunitário e associação de moradores, serviços públicos e comunitários, articulação com outras comunidades e agentes externos.

O trabalho de investigação nas comunidades seguiu um roteiro básico e aberto, em apêndice, elaborado pela equipe de pesquisa. Em algumas comunidades, pesquisadas em época anterior à elaboração do roteiro, o mesmo não foi utilizado. Ele foi aplicado à lideranças comunitárias e alcançou outros moradores que pudessem contribuir para que tenhamos uma maior compreensão da realidade e visão de mundo existente nas comunidades.

Sistematizadas estas informações, elaboramos um quadro-resumo (Quadro 2) sobre o desenvolvimento histórico das favelas na XI RA, levando em consideração as seguintes categorias:

- A dinâmica econômica e político-social no espaço urbano:
 - ⇒ os processos mais globais de desenvolvimento econômico e político do país e da cidade;
 - ⇒ o desenvolvimento histórico da região da Leopoldina
 - ⇒ os conflitos políticos-sociais que marcam a produção do espaço urbano;
 - ⇒ as políticas públicas e o movimento comunitário na cidade

- Condições do Habitat e transformação espacial
 - ⇒ os condicionamentos da situação físico-geográfica da região da Leopoldina
 - ⇒ as mudanças espaciais na cidade e na Leopoldina
 - ⇒ a produção do espaço de moradia

- A experiência de vida e a dinâmica cultural dos grupos populares:
 - ⇒ a experiência histórica das comunidades
 - ⇒ as estratégias de sobrevivência
 - ⇒ os significados produzidos no âmbito do processo de enfrentamento de suas condições de vida

Para elaboração do Quadro 2, utilizamos diversas fontes bibliográficas a respeito da ocupação e evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro e da região da Leopoldina e efetuamos uma delimitação temporal que evidenciasse o processo de ocupação das favelas assentadas na XI RA. Essas referências encontram-se listadas no final do Quadro 2.⁷

A delimitação temporal foi assim caracterizada:

a) Processo de ocupação:

⁷ Na elaboração desta tese atualizamos informações no quadro-resumo (Quadro 2), a partir de novos estudos que tivemos acesso posteriormente.

1930/45: Era Vargas: desenvolvimento das condições favoráveis à acumulação urbano-industrial; Estado autoritário

1946/64: Decolagem do desenvolvimento capitalista da base urbano-industrial; redemocratização

1965/80: reordenamento do desenvolvimento do capital, através da aliança capital privado nacional e internacional e Estado; Estado autoritário de caráter militar

1980 →: desenvolvimento e avanço neoliberal e reestruturação da esfera pública; redemocratização

Nesta periodização foram considerados os processos mais globais de desenvolvimento econômico e político do país atentando-se para as grandes inflexões ocorridas, com ênfase nas mudanças políticas que favoreceram o crescimento ou reordenamento do padrão de desenvolvimento econômico capitalista e incrementaram novas correlações entre as forças sociais existentes.

b) Movimento comunitário:

1946/64: Período que marca o início da ação do estado nas favelas e de institucionalização do movimento comunitário

1965/75: Desenvolvimento de uma política tecnocrática e autoritária em relação às favelas; Inflexão no movimento comunitário, com tendência a recuo da ação institucional

1975/83: Dinamização da ação coletiva comunitária, sob uma base instituinte; Impasse no desen-

volvimento das políticas públicas em relação às favelas, com a gestação de novas alternativas

1983→: Expansão das políticas públicas nas favelas e retomada do movimento comunitário de caráter institucional

Esta delimitação temporal buscou destacar o conflitos político-sociais que marcam a produção do espaço urbano no país, em especial na cidade do Rio de Janeiro. Considerou-se, ainda, as contradições presentes nos processos mais globais de desenvolvimento econômico e social são aqui relevadas, com especial ênfase as políticas públicas desenvolvidas e o movimento comunitário na cidade, considerado a partir de suas manifestações institucionais e a particularidade do desenvolvimento histórico das favelas no município e em especial na Leopoldina.

3.2. Analisando as informações: a experiência popular na conquista de um lugar na cidade.

3.2.1. O processo de ocupação de favelas na região da Penha (XI RA)

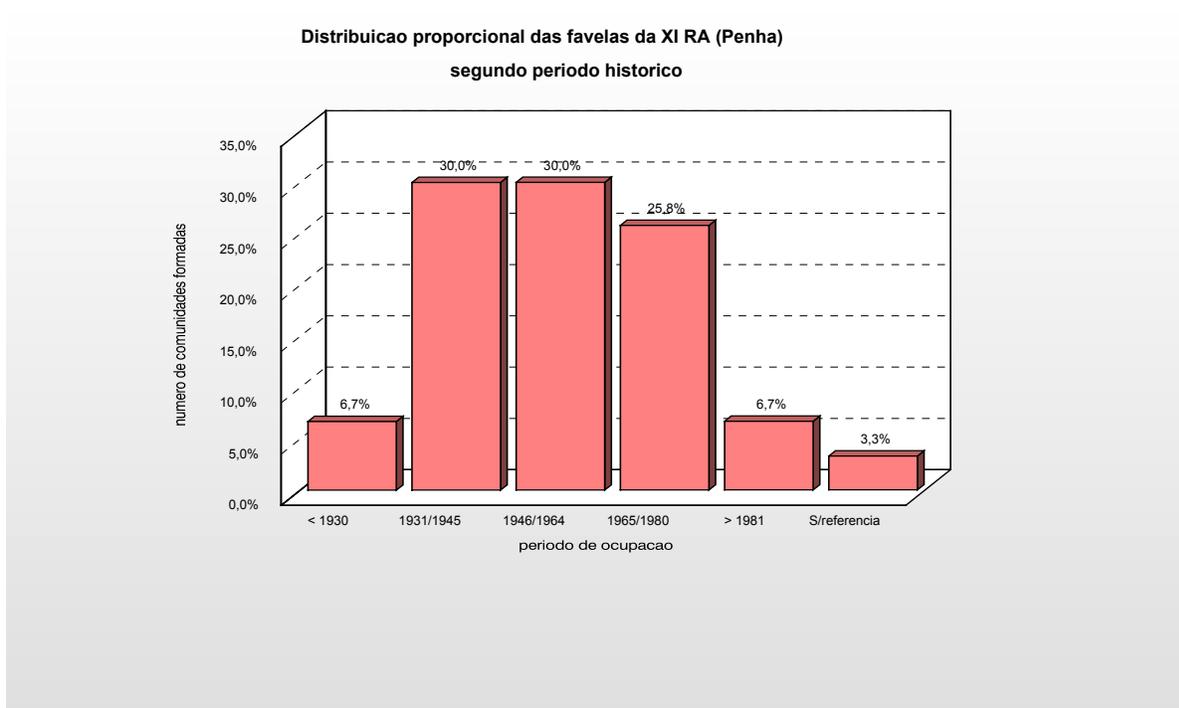
De forma geral, o movimento histórico de expansão das favelas na XI Região Administrativa acompanha a tendência do restante do município. Porém, face às particularidades da região, em determinados momentos esta expansão se configura de forma mais acentuada, apresentando índices de crescimento bastante superiores a outras regiões do município, bem como uma dinâmica relacionada a fatores locais.

Percorrendo a história desta expansão, percebemos que conforme avançamos no tempo, a ocupação das favelas e sua consolidação enquanto forma de moradia popular vai aparecendo mais e mais associada à dinâmica política local e nacional e à experiência de vida de seus moradores e do próprio movimento comunitário. As implicações econômicas e sociais do desenvolvimento urbano-industrial desencadeiam o fenômeno de favelização, mas as alternativas vão sendo definidas de acordo com os desdobramentos das práticas políticas implementadas, públicas e particulares, bem como segundo as experiências comunitárias vividas no percurso de consolidação das comunidades.

As favelas vão, então, surgindo como uma resposta, em escala local, à exclusão econômica e social sofrida no âmbito da expansão de um modelo urbano-industrial de desenvolvimento econômico em escala nacional. Mas vão também consolidando-se enquanto um modo afirmativo de vida no espaço urbano. De reação passam a ação e forjam-se enquanto uma experiência e prática propositiva do viver coletivo na cidade.

No gráfico 1 podemos observar a distribuição das favelas da XI RA por períodos de formação e verificamos que as comunidades se formaram predominantemente em dois períodos seguidos: 1931/1945 e 1946/1964.

Gráfico 1.



A distribuição das favelas nos bairros da XI RA por períodos de formação pode ser observada na tabela 1 e gráfico 2.

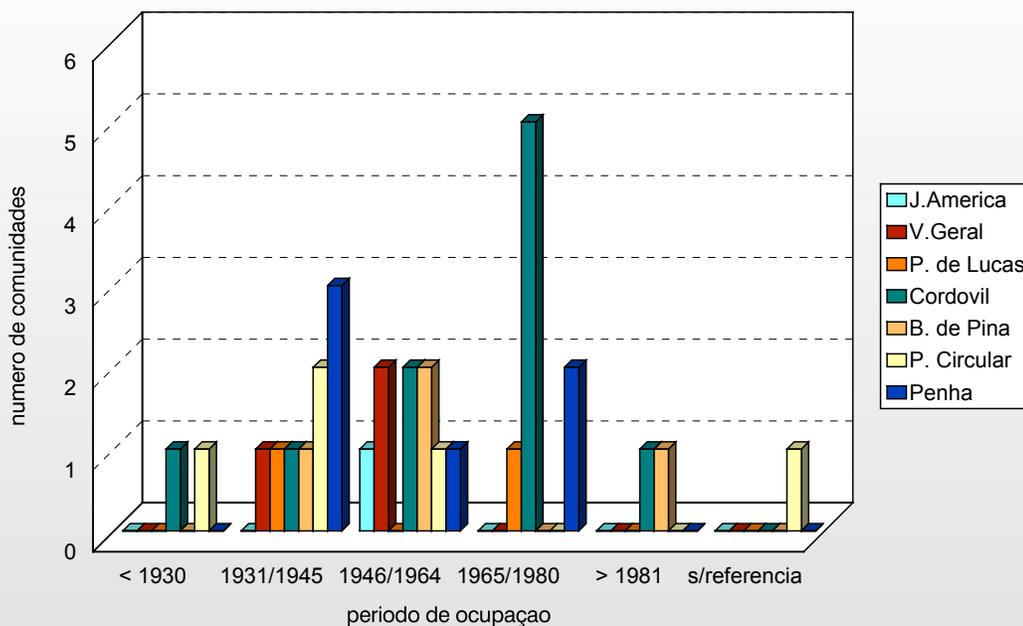
TABELA 1: NÚMERO DE FAVELAS NA XI RA (PENHA), SEGUNDO BAIROS E PERÍODO DE FORMAÇÃO.

BAIRRO	PERÍODO DE OCUPAÇÃO						Total
	< 1930	1931/1945	1946/1964	1965/1980	>1981	s/ referência	
JardimAmérica	-	-	1	-	-	-	1
Vigário Geral	-	1	2	-	-	-	3
Parada de Lucas	-	1	-	1	-	-	2
Cordovil	1	1	2	5	1	-	10
Bráz de Pina	-	1	2	-	1	-	4
Penha Circular	1	2	1	-	-	1	5
Penha	-	3	1	2	-	-	6
Total	2	9	9	8	2	1	31

**Elaborada a partir de dados do IPLANRIO (1993)*

Gráfico 2

Número de comunidades formadas na XI RA (Penha), segundo bairros, por período histórico.



3.2.1.1. Momento de origem

Data de 1921, o surgimento das duas primeiras favelas da XI RA, em diferentes bairros: **Morro do Sereno**, na Penha Circular, e **Dourados**, em Cordovil (Quadro 3 - apêndice 1). No histórico apresentado pelo cadastro de favelas do IPLAN- RIO não constam maiores informações a respeito da ocupação de tais favelas, exceto sobre a condição dos terrenos que estavam então vazios e encontravam-se cercados por macegas⁸. Particularmente, no caso do **Morro do Sereno**, defrontamo-nos com um desencontro de informações já que a primeira moradora do local conta que foi pedir permissão à prefeitura para morar na **Caixa D'água**, morro que, segundo o próprio cadastro, só será ocupado em 1931.

Observando o processo histórico da região da Leopoldina, de forma geral, e tais dados em particular, podemos concluir que, neste primeiro momento, não se anunciava ainda nenhum movimento de expansão concentrada dentro de determinadas áreas da XI RA. Possivelmente a formação destas duas primeiras foi favorecida sobretudo por fatores localizados. No caso do **Morro do Sereno** na Penha Circular, podemos levantar como possibilidade os efeitos trazidos pela instalação do *Curtume Carioca* na região e que exigiu maior contingente de mão-de-obra. De qualquer forma, nos parece que os elementos que levaram a estas primeiras ocupações, não comportavam ainda uma ocupação sistematizada da área.

⁸. As macegas são um determinado tipo de erva daninha comumente encontrada nos morros cariocas na época.

3.2.1.2. A formação dos primeiros núcleos de favelas

Como podemos verificar no Quadro 4 (apêndice 1), a tendência verificada no período anterior aos anos 30 começa a se inverter no período seguinte (1931/1945) quando expande-se o número de favelas na região da Penha Circular, Penha e Olaria.

Das 9 favelas surgidas ao longo destes anos, 5 foram formadas na referida região: **Frei Gaspar, Caixa D'Água, Vila Proletária da Penha, Vila Cruzeiro e Morro do Cariri ou Merendiba**, como é chamado desde a formação da Associação de Moradores, nos anos 80.

Certamente, entre 1931 e 1945, a expansão industrial teve um efeito fundamental nas mudanças operadas no subúrbios da Leopoldina, especialmente por ocasião da Segunda Guerra Mundial quando, face à necessidade de fabricação no país de produtos antes importados, a indústria ultrapassou as áreas então definidas pelo Plano de Zoneamento Industrial de 1937, multiplicando-se as pequenas fábricas entre Bonsucesso e Olaria. Os efeitos do crescimento industrial foram sentidos sobretudo nas obras públicas de infra-estrutura urbana que, ao trazerem recursos fundamentais à instalação das indústrias, transformaram o espaço dos subúrbios, melhorando suas condições de moradia e de acesso. A construção do *reservatório de água da Penha* data deste período, assim como a *introdução da rede de esgoto* no mesmo bairro e também na Penha Circular.

Sob o impacto das mudanças que vem prover particularmente a indústria, a ocupação residencial vai expandir-se também tangenciando a linha da Estrada de Ferro da Leopoldina, principal eixo de integração entre os subúrbios da região, e especialmente destes com os espaços centrais da cidade.

Sem dúvida, estes benefícios urbanos não chegavam às áreas então desvalorizadas pela ocupação industrial, onde pouco a pouco vão se formando as favelas, resultantes apenas do esforço coletivo, e às vezes até individual, dos moradores que iam realizando o desmatamento ou aterro dos terrenos, transformando-os em locais onde pudessem morar.

Porém, a melhoria na acessibilidade dos subúrbios contribuiu para a ocupação de alguns morros da região, o que parece mais evidente, sobretudo, no caso de Olaria, Penha e Penha Circular. Nesta época, o crescimento das atividades comerciais e industriais do bairro possivelmente atuou como um fator de atratividade para moradores residentes em outras áreas da cidade, e migrantes que aqui chegavam, dando início a uma ocupação localizada de favelas nesta área.

Não podemos deixar de pensar também nos elementos locais que levaram as pessoas a se estabelecerem em determinadas áreas das encostas da região, e não em outras. A existência de uma fonte de água na região da Penha Circular, onde atualmente encontra-se o *Parque Ary Barroso*, por exemplo, parece ter contribuído para que lavadeiras que frequentavam o local subissem o morro a fim de residirem próximas à fonte, dando início, então, à formação da **Caixa D'Água**. O nome da favela surgiu do fato de que na região existia uma enorme caixa d'água da CEDAE, exatamente na área onde se iniciou a ocupação. Ironicamente, o morro que tem o início de sua história marcado pela necessidade de acesso à água, e leva em seu nome a referência direta a este abastecimento, é uma das comunidades da Penha que mais sofre com a falta d'água.

É importante considerar que a chegada aos subúrbios foi mediada por um processo industrialização/urbanização que expulsava as moradores de regiões mais próximas do centro e

de antigas áreas residenciais que cederam espaço à expansão do comércio e da indústria. Este parece ter sido o caso da formação da **Vila Proletária da Penha**, que começou a ser ocupada por volta de 1941 por pessoas vindas do Morro da Favela (atual Morro da Providência), no centro da cidade, do Beco do Saci, em São Cristovão, e do Parque Arara, no Caju. Não houve pois, nenhum movimento espontaneísta na forma de ocupação da região. Ao contrário, parece claro que, tão logo começou a dar seus primeiros passos, a expansão industrial e urbana já mostrava sua face excludente, desdobrando-se na segregação do espaço da cidade. Isto torna-se ainda mais claro se considerarmos que o crescimento da **Vila Proletária**, em 1946, deu-se através da remoção de pessoas que viviam na área conhecida como Mamona (armazém 30 do cais do porto), próximo ao centro da cidade.

A região da **Vila Proletária da Penha**, bem como os terrenos vizinhos onde vão se formar as comunidades da **Merediba** e **Vila Cruzeiro** eram de propriedade da *Irmandade de Nossa Senhora da Penha e França*⁹. Já a ocupação na região da Penha Circular, se dá em terrenos particulares, cuja propriedade na maior parte dos casos era ignorada pelos moradores.

Na área mais periférica da Leopoldina, a ocupação ainda se desenvolvia de forma pontual. O **Parque Jardim Beira-Mar**, em Parada de Lucas, foi o primeiro a se formar sobre uma área de mangue, pertencente em sua quase totalidade à Mariinha. O restante do terreno, na parte que tangencia à linha

⁹Quando se deu a formação da Vila Proletária da Penha, a propriedade do terreno onde a favela cresceu já não mais pertencia à Irmandade, e que o havia doado para a Prefeitura para que lá fosse construído um cemitério. Como a Prefeitura não o construiu, a Irmandade tentou recuperar o terreno sem, no entanto, conseguir. Parte da área de Vila Cruzeiro, chamado setor Nestor era de propriedade particular, tendo sido loteada pelo proprietário, que iniciou por volta dos anos 40 a venda dos lotes. Posteriormente é que o setor pertencente à Irmandade foi ocupado através de invasão da área. Possivelmente, considerando o domínio da Irmandade na região, o setor particular- Nestor - chegou a pertencer anteriormente à Irmandade de Nossa Senhora da Penha e França.

férrea, era de propriedade da Rede Ferroviária. Como em outros casos, aqui também foram os moradores que aterraram o terreno, tornando-o habitável. Possivelmente, foi também em uma área da Marinha que surgiu a favela de **Cordovil**, alguns anos mais tarde.

No período 1931/45, a formação de favelas estende-se neste período até Vigário Geral, onde forma-se o **Parque Furquim Mendes**, em terrenos da Prefeitura e da família Bulhões Marcial que possivelmente era proprietária também da área onde posteriormente surgiu o **Parque Proletário de Vigário Geral**.

3.2.1.3. A expansão das favelas na XI RA: da Penha ao Jardim América

Os anos que vão de 1946 a 1964 marcam o período de maior expansão de favelas no Rio de Janeiro. O censo de 1948 contabilizava 105 favelas no até então Distrito Federal. A área suburbana onde localiza-se a Leopoldina já contava com 44% das favelas e 43% da população favelada. A década seguinte, de 1950 a 1960 assistiu a um incremento de 99% na população favelada, sendo que a região dos subúrbios apresentou um crescimento ainda superior: 150% de aumento na Leopoldina, só ultrapassado por Madureira, que chegou a 200%. Já em 1960, a zona censitária da Leopoldina apresentava o maior índice de população moradora de favelas da cidade - 33% - e de número de favelas - 32%.

Na XI Região Administrativa surgiram no período 1946/1964 pelo menos 9 favelas, conforme distribuição apresentada no Quadro 5 (apêndice 1).

Conforme podemos observar (Quadro 5 - apêndice 1), nesta época, a expansão de favelas na RA se deu de forma ampliada no espaço, atingindo quase todos os bairros da região, e configura-se ao longo de todo o tempo demarcado. Deve-se notar, também, que há uma tendência de aumento das favelas na periferia, e que de forma geral, estas surgem nos anos finais do período em questão. Já aquelas que se formam na região da Penha e Penha Circular datam dos primeiros anos do período. Há casos que não podemos definir com clareza o ano em que a ocupação se deu, podendo mesmo ter ocorrido no período anterior quando, como vimos, houve um grande crescimento nos bairros da Penha e Penha Circular. Esta é a situação do **Morro da Fé** que segundo informações do Cadastro do IPLANRIO foi ocupada em 1946 mas segundo informações de moradores, constantes no levantamento feito para o projeto FAVELA BAIRRO, ela se deu em 1944, e em 1949 a comunidade já contava com aproximadamente 200 famílias.

Na verdade, a expansão de favelas neste época ainda encontra-se fundamentalmente ligada ao crescimento industrial e urbano da região da Leopoldina que vai ser beneficiado neste período por uma série de obras públicas, de viação e saneamento, tais como: *Elevatória de Bonsucesso, Trevo das Missões, Viaduto de Ramos, Viaduto de Manguinhos e Avenida Novo Rio, Estação Elevatória de Esgotos na Avenida Postal, saneamento e canalização do Rio Lucas, ampliação do tratamento de esgotos sanitários da Penha, melhoria da canalização do Rio Ramos e construção da galeria pluvial em Parada de Lucas.*

Destaca-se, sobretudo a *Avenida Brasil*, construída no período anterior mas inaugurada em 1946, tornando-se, a partir de então, o principal eixo de ligação da cidade a outras municípios e estados do país. A construção da *Avenida* vinha ex-

pressou a associação entre o Estado e a Indústria, e a forma através da qual o primeiro procurava viabilizar as condições favoráveis ao desenvolvimento industrial. Buscava-se aqui não só diminuir os custos da circulação de produtos mas também incorporar novos terrenos ao tecido urbano, visando a sua ocupação industrial. No entanto, logo a nova Avenida veio revelar também o *outro lado* do processo industrial já que outro tipo de ocupação veio se implantar às suas margens.

"Toda a área próxima à Avenida Brasil foi destinada à localização fabril, além de armazéns, oficinas, garagens, respeitando-se apenas terrenos de propriedade militar. Mas esta ocupação não foi disciplinada a tempo, pois a participação maior do transporte rodoviário no Brasil somente se verificou na década de 1950, tendo havido alguma antecipação pela ocupação de vastos terrenos por favelas...A invasão da área por favelas, atraídas pela ocupação fabril do espaço, impediu a instalação de indústrias em alguns trechos, (notadamente) entre Olaria e Lucas" (Parisse apud Abreu, 1987).

É nas proximidades da nova Avenida, que vão surgindo, no período em questão, a maior parte das favelas, particularmente da periferia. Possivelmente, a ocupação desta área mais periférica da Leopoldina também se deu sob o impacto da abertura da Rodovia Presidente Dutra, ocorrida no mesmo período.

Porém, o caráter altamente excludente com que a industrialização se desenvolvia, não absorvendo vastos segmentos da classe trabalhadora, permite relativizar e analisar com cuidado esta articulação entre o processo de industrialização da área e a favelização ocorrida nesta época. Não temos informações suficientes para afirmar que era a disponibilidade de mercado de trabalho que conduzia ao fenômeno de faveli-

zação nas áreas próximas às indústrias. A atratividade exercida pela ocupação industrial podia estar também relacionada à perspectiva de dispor de algumas das condições de infraestrutura urbana, trazidas a partir da instalação industrial.

A ocupação na área mais periférica da XI RA deu-se sobretudo em terrenos de propriedade pública. As comunidades de **Rodolfo Chamberland** e **Bairro Proletário do Dick** surgiram em áreas da Marinha enquanto acredita-se que o terreno de **Serra Pelada** pertencia à Prefeitura do Município. Algumas propriedades são ignoradas como **Batuta de Cordovil** e **Morro da Guaíba**. Na região da Penha, a área onde nasceu o **Morro do Caracol** era de propriedade particular, tal como a maior parte das comunidades que surgiram na região. O **Parque Proletário de Vigário Geral** provavelmente surgiu em uma área pertencente à família Bulhões Marcial, tendo sido ocupado a partir de remoção de moradores da favela de Cordovil e Morro Santo Antônio que, teriam sido levados em caminhões pertencentes à Prefeitura que, inclusive, teria cedido a madeira e permitido a construção no local.

Neste período, dá-se também o auge do fluxo migratório para a cidade que vinha contribuindo para a taxa de crescimento demográfico da cidade desde os anos 20. Não há referências precisas a respeito da origem dos moradores que ocupavam estas áreas. As informações são diversas mas de forma geral parece que de início havia o predomínio de pessoas vindas de outras áreas do próprio Rio de Janeiro, do interior do estado e de estados vizinhos, nomeadamente Minas Gerais e Espírito Santo. A referência a migrantes vindos do Nordeste também é feita mas possivelmente os migrantes dos estados nordestinos contribuíram mais para a expansão das comunidades do que para sua formação.

É importante também destacar que foi ao fim deste período que começou a desenvolver-se a prática **remocionista** como forma de responder ao problema da habitação popular.

Desde 1947, quando foi criada a Fundação Leão XIII por iniciativa da Igreja Católica e através de Decreto Federal, o fenômeno de favelização foi configurando-se enquanto um problema social urbano, tornando-se objeto de iniciativas mais sistemáticas das políticas públicas e da ação da Igreja Católica. De início, as ações das diferentes instituições voltam-se sobretudo para um trabalho de desenvolvimento comunitário que buscasse adequar a população moradora da favela à dinâmica do desenvolvimento econômico e social e sobretudo, controlá-la socialmente, impondo-lhe padrões da sociedade que então se modernizava.

No início dos anos 60, no âmbito da expansão da especulação imobiliária na cidade e do crescimento de grandes obras viárias, começam a se delinear intervenções mais autoritárias e centralizadoras em relação às favelas. O Governo do então Estado da Guanabara, sob a liderança de Carlos Lacerda foi inovador neste sentido, dando início às primeiras remoções, viabilizadas através da atuação da COHAB (Cooperativa de Habitação Popular do Estado da Guanabara). Esta instituição, fundada em 1962 pelo Governo do Estado e contando com recursos da USAID (Agência para Desenvolvimento Internacional do Estados Unidos), tinha como proposta inicial a assistência às favelas, de forma a promover melhorias e sua urbanização, mas na prática atuou no trabalho social de apoio à remoção, com o objetivo de adequar a população às formas de moradias construídas pela própria instituição.

Foi neste período que, segundo consta, na comunidade da **Caixa D'Água** alguns moradores foram ameaçados de remoção

para regiões distantes dali, como Cidade de Deus e Vila Kosmos. Na mesma época, na **Vila Proletária da Penha** houve também a remoção de moradores para a Vila Aliança, em meio ao processo de urbanização da área promovido pela COHAB que pavimentou algumas das principais ruas da comunidade e instalou a rede de esgoto que não havia sido ampliada até 1981, época do cadastro realizado pelo IPLANRIO.

O Governo Estadual de Carlos Lacerda vem pois anunciar um padrão de intervenção nas favelas que vai predominar no período posterior, sendo adotado pelos órgãos federais voltados para a questão da moradia popular.

3.2.1.4. A Era das remoções e dos Conjuntos Habitacionais

Segundo Oliveira & Coelho (sem data), ao longo dos anos 60 e 70, o desenvolvimento da região da Leopoldina dá-se mediado por dois fenômenos:

- as obras de viação que permitiam uma melhor articulação dos bairros da região entre si e com a Avenida Brasil;
- ocupação dos terrenos ainda vazios, principalmente através da expansão dos conjuntos habitacionais populares vinculados ao BNH (Banco Nacional de Habitação)

A expansão dos conjuntos habitacionais define-se dentro do processo de intervenção do poder público na questão da habitação popular, marcado também pela política de remoção das favelas que configura-se enquanto uma solução tecnocrática e autoritária à questão e dá continuidade a uma prática que, como vimos, já fora anunciada pelo Governo Carlos Lacerda. Em todo o Rio de Janeiro, os conjuntos habitacionais po-

pulares são construídos em regiões distantes do núcleo central da cidade, de forma a abrigar a população removida das áreas nobres e valorizadas. Dentro deste processo foi fundamental a ação da CHISAM (Coordenadoria de Habitação Popular de Interesse Social da Área Metropolitana do Rio de Janeiro), subsidiário ao Ministério do Interior e do BNH, e que de 1968 a 1973, foi responsável pela remoção de 50 favelas da cidade¹⁰ (Valla, 1986). Os dados a respeito dos conjuntos habitacionais, abrangendo aqui um período maior, são igualmente expressivos: de 1962 a 1970 foram construídos 50 deles em todo o município, sendo que 12 estavam localizados na região da Leopoldina. (Oliveira & Coelho, sem data).

O fato de quase um quarto dos conjuntos ter sido construído, sugere que os desdobramentos da política habitacional da época se fizeram sentir na Leopoldina, especialmente em sua área periférica, que mais uma vez vai constituir-se num espaço fundamental dentro da dinâmica de urbanização da cidade.

Mas se seguirmos acompanhando o movimento histórico de formação das comunidades da XI RA ao longo dos anos que vão de 1965 a 1980, perceberemos que os conjuntos habitacionais populares, bem como as práticas remocionistas, não inibiram o processo de favelização. Esta ainda é uma época de intenso crescimento no número de favelas da região, como podemos observar no Quadro 6 (apêndice 1).

Não seria exagero afirmar que estes foram os tempos de expansão favelada no bairro de Cordovil. Das oito favelas surgidas, 5 se formaram neste bairro. No Cadastro de Favelas

¹⁰A execução do programa da CHISAM na esfera social ficou a cargo da Secretaria de Serviço Social do Estado da Guanabara, da Fundação Leão XIII, da Secretaria de Trabalho do Serviço Social do Estado do Rio de

do IPLANRIO consta que, em todas elas, foram moradores de outras regiões do município que deram início à ocupação. Nestes casos a favelização, ao contrário dos outros períodos onde encontra-se também ainda articulada ao fluxo migratório, traduz o empobrecimento da população e possivelmente os desdobramentos da política remocionista que obrigava o deslocamento dos moradores das áreas mais valorizadas da cidade.

Em pelo menos uma destas comunidades nascidas em Cordovil- **Parque CHP** - a formação deu-se mediada pelo processo de remoção dos moradores que viviam anteriormente em Benfica, em uma área que cedeu espaço a duplicação da Rua *Leopoldo Bulhões*, via paralela à *Avenida Brasil*, que liga o bairro a Bonsucesso atravessando a região de Manguinhos. Na verdade, o CHP foi planejado para ser era um conjunto habitacional provisório, com cadastro e venda de lotes realizado pela COHAB, mas com a expansão da comunidade, houve a favelização.

Em outros casos, a ocupação parece se desenvolver ligada ao crescimento dos conjuntos habitacionais, como foi o caso de **Serra Pelada**, formada no ano de 1963, portanto dentro dos marcos cronológicos do período anterior. Segundo o cadastro de favelas do IPLANRIO, a comunidade formou-se a partir da ocupação de um terreno desocupado ao lado do *Conjunto Habitacional Cidade Alta (Cordovil)*, sendo que seu processo de formação deu-se lentamente ao longo de aproximadamente 18 anos. O mesmo conjunto parece ter se configurado enquanto pólo de atração para a formação da comunidade de **Vila Cambuci**, situada em uma área próxima a ele. Conta-se que o primeiro barraco da favela surgiu em início dos anos 70, sendo que sua

moradora viera de Bonsucesso a fim de viver próxima ao filho que construira uma *tendinha* próxima ao *Cidade Alta*.

As possibilidades de acesso a formas de sobrevivência - notadamente, atividades comerciais e construção civil- e aos serviços de infra-estrutura urbana desenvolvidos ainda que de forma precária nos conjuntos habitacionais-, foram elementos fundamentais para a favelização das áreas próximas aos conjuntos já que podem ter atuado com elementos de atratividade para segmentos das classes populares que vão atravessar os anos 70 sentindo os efeitos excludentes do padrão de desenvolvimento econômico do país: o arrocho salarial, o desemprego, o rebaixamento de suas condições de vida, dificuldades de pagar aluguel, dentre outros.

As dificuldades dos moradores em relação ao pagamento das mensalidades de seus apartamentos, e o conseqüente repasse de suas casas, possivelmente contribuiu para a favelização das áreas adjacentes pois muitos deles, quando não podiam voltar a seus locais de origem, provavelmente foram ocupar terrenos vazios próximos aos conjuntos que moravam anteriormente

Na área periférica da Leopoldina, em Parada de Lucas, surgiu também durante este período a comunidade de **Te Contei**. A ocupação deu-se em meados dos anos 70 em um terreno que servia como depósito das ferramentas utilizadas na construção da Avenida Brasil, e seus moradores tinham origem diversas: vinham de diferentes regiões do país e do próprio Rio de Janeiro, neste caso de outras favelas. Havia aqueles também que deixavam suas moradias porque não tinham mais condições de pagar o aluguel. Como vai ocorrer em outras comunidades, a reação à ocupação dá-se através de intervenção policial e

destruição dos barracos que estavam sendo construídos. Só deixaram aqueles que já encontravam-se prontos.

Este tipo de intervenção policial faz parte também do processo de ocupação da comunidade do **Parque Proletário do Grotão**, última comunidade a surgir na Penha, num terreno pertencente a uma pedreira falida que o havia abandonado há então 12 anos. A primeira ocupação foi respondida com a expulsão dos moradores pela polícia. Havia inicialmente cerca de 70 pessoas que procuravam se instalar como podiam, como foi o caso de um morador que ocupou uma antiga caixa d'água. Segundo um dos moradores, "os barracos eram de madeira e o pessoal, quando eles viravam as costas, reconstruíam. Com excessão daqueles que eles botavam fogo"¹¹.

Na verdade, a ação policial ocorrida em **Te Contei** e no **Parque Proletário do Grotão** já na segunda metade dos anos 70 vinha traduzir uma prática repressiva em relação às favelas que marcou sobretudo os anos anteriores através da prática das remoções.

Tal prática se revela no próprio desenvolvimento histórico das comunidades da XI RA, inclusive daquelas que, tendo sido formadas em épocas anteriores, já estavam com sua formação consolidada. Segundo dados do Cadastro de Favelas do IPLANRIO, das 32 comunidades, pelo menos nove delas sofreram ameaça de remoção no período ou em época imediatamente próxima. Excluindo aquelas já citadas, **Te Contei** e **Parque Proletá-**

¹¹Entrevista realizada com Pedro Mendonça, Rio de Janeiro: Núcleo de Educação, Saúde e Cidadania/ENSP-FIOCRUZ, 1987. O documento encontra-se no Centro de Documentação sobre as Condições de Vida na Leopoldina no CEPEL.

rio do Grotão¹², o Quadro 7 (apêndice 1) nos mostra as demais comunidades que enfrentaram o risco de remoção¹³.

O crescimento das ações remocionistas e a experiência vivida pelos moradores atingidos diante da necessidade de garantir a permanência em suas comunidades, foi um dos elementos desencadeadores da formação das Associações de Moradores (AM) em todo o município do Rio de Janeiro. Das 24 comunidades da XI RA onde consta a existência de uma A.M. e seu ano de fundação, 12 foram criadas no período 1965/1980. No entanto, somente em três destas comunidades parece haver uma estreita relação entre a questão da posse da terra e a formação da Associação: o **Parque Proletário do Grotão**, cuja A.M. foi criada em 1980, pouco depois da ocupação em meio à luta pela permanência no local; o **Morro da Fé**, que em 1979 organizou sua associação no âmbito do processo de garantia da terra e do **Estatuto da Comunidade**; e **Parque Furquim Mendes** que criou uma A.M. provisória em 1974, mesma época em que enfrentou problemas com a Companhia Água Nascente.¹⁴

Ao que tudo indica, a formação das A.M. na XI RA ao longo deste período esteve mais associada às exigências institucionais das entidades públicas e privadas que atuavam na favela e à necessidade de enfrentar a luta institucional pelos serviços de infra-estrutura urbana. Este fato demonstra que a luta dos moradores pela urbanização das favelas, bem como a proposta de políticas públicas que tomassem tal dire-

¹²Além de sofrer várias intervenções policiais no início da ocupação, a comunidade do **Parque Proletário do Grotão** enfrentou um longo processo judicial de despejo, cujo desfecho só deu-se durante o primeiro governo Brizola que desapropriou a área para fins de interesse social e concedeu à comunidade a cessão de uso da terra.

¹³No histórico da comunidade de **Frei Gaspar**, Penha Circular, há referência a uma favela existente na vizinhança que fora removida e refeita várias vezes, sendo que a última remoção, nos anos 70, fora arrasadora. Não podemos precisar se a favela desapareceu ou se trata-se de alguma comunidade ainda existente, que sofreu violento processo de remoção como **Morro da Fé**.

¹⁴Não consta no histórico do **Parque Furquim Mendes** qualquer referência às razões que levaram à formação da Associação de Moradores provisória. No entanto, a coincidência de datas entre a criação da A.M. e os problemas enfrentados com a Companhia Água Nascente nos conduzem à possibilidade que os fatos estejam associados.

ção, apesar de tomarem fôlego depois dos anos 80, já vinham se anunciando ao longo do período em questão, em meio a própria intervenção remocionista. Em 1968, a CODESCO (Companhia de Desenvolvimento de Comunidade), subsidiária da COPEG (Companhia de Progresso para o Estado da Guanabara), começou a desenvolver programas de urbanização em algumas comunidades do então Estado da Guanabara, dentre elas a comunidade de Brás de Pina, na XI RA. No mesmo ano, já no Congresso da FAFEG (Federação de Associação de Moradores de Favelas do Estado da Guanabara), consolidava-se a proposta de urbanização das favelas pelo movimento de favelas sob o slogan **Urbanização Sim, Remoção Nunca**. Foi nesta época também que deu-se o Movimento de resistência contra a remoção da favela da Ilha das Dragas sob a liderança da entidade. E certamente não por acaso, no mesmo ano a FAFEG foi fechada, abrindo um longo período de desarticulação do movimento de favelas à nível institucional.

Mas, já na segunda metade dos anos 70, a orientação remocionista desarticula-se também, entrando em declínio e delineando um vazio em relação à política habitacional, mais especificamente no que se refere às favelas. Na verdade, é no âmbito desta indefinição que vão se desenvolver as novas alternativas à questão das favelas, bem como a redefinição do movimento de favelas. Aqui, a Igreja Católica mais uma vez sai na frente, reelaborando sua proposta de atuação nas favelas através da emergência das Pastorais, voltadas para o desenvolvimento de trabalhos sociais setORIZADOS. No que se refere às políticas públicas esboçadas, já em fins dos anos 70 começa a se dar ênfase aos programas de urbanização das favelas. No governo municipal vão se delineando novas diretrizes do planejamento urbano que informam a reelaboração das propostas, expressando-se na criação de novos órgãos e projetos

sociais: em 1979 surge a **Secretaria Municipal de Desenvolvimento** e o **IPLANRIO**; também é criado o *Projeto Mutirão*. O Governo Estadual, no mesmo ano de 1979, em conjunto com a **LBA** (Legião Brasileira de Assistência), dá início ao projeto Casulo, voltado para o desenvolvimento de creches comunitárias nas favelas. Data desta época as primeiras iniciativas do projeto de eletrificação das favelas, desenvolvido pela LIGHT.

Mas, dois fatos, referentes a ação dos diferentes sujeitos implicados na gestação de novos projetos, nos parecem ilustrativos do processo que então se delineava, e dos conflitos que iriam se anunciar, abrindo caminho a uma nova dinâmica política no que se refere às favelas: a criação do PROMORAR pelo Sistema Financeiro de Habitação- Governo Federal, em 1979, e a experiência piloto por ele desenvolvida na área da Maré, no âmbito do projeto Rio que tinha como objetivo a implantação de melhorias na região; e a criação da CODEFAM (Comissão de Defesa das Favelas da Maré) que expressa a organização dos moradores no enfrentamento do programa implementado pelo governo federal e sua resistência ao autoritarismo que atravessava a política de urbanização do governo federal. A experiência vivida pelos moradores frente à forma através da qual a urbanização vinha sendo desenvolvida expressa-se no comentário de Manuelino Silva, então presidente da Associação de Moradores da Favela da Maré que em entrevista ao Jornal do Brasil, em 1979, assinalava: *estamos nos sentindo como dunas de areia que o vento leva para onde quer.*¹⁵

¹⁵Citado por Valla(1986).

3.2.1.5. Em tempos de conflito: integração e exclusão

A solução habitacional trazida no período anterior revelava seus limites no que se refere ao objetivo proposto de inibir, e mesmo extirpar, a favela do mapa da cidade. No período de 68-74 ocorreram no município 65,1% das remoções realizadas entre 1961-1974. Apesar disto de 1970 a 1974, o crescimento quantitativo das favelas foi de 74% e da população favelada foi de 36% (Valladares, 1978). As favelas chegam pois, à década de 80, enquanto um fenômeno urbano consolidado que longe de se estabilizar continuava a se desenvolver, integrando-se à paisagem do município, sendo então reconhecidas como uma questão que exige mais do que uma prática de intervenção autoritária e tecnocrática.

As políticas públicas, desenvolvidas ao longo dos anos 80 pareceram reconhecer tal fato, ou possivelmente considerar que a dinâmica do jogo de dominação política supunha a incorporação da questão das favelas enquanto uma das prioridades na agenda dos governos. Nos primeiros anos da década a necessidade de urbanização das favelas e de participação dos moradores neste processo já aparece na agenda política dos governos. A este respeito, a primeira gestão do governo Briozola (1982-1986) foi reveladora, definindo uma nova forma de interlocução com as comunidades faveladas, senão menos autoritária, certamente menos tecnocrática.

Na tabela 2 (apêndice 1), observamos o incremento populacional ocorrido nas favelas da XI no período 80/91. Para as comunidades onde foi possível efetuar o cálculo do incremento, ressalta uma grande dinâmica populacional:

- os maiores incrementos, tanto em termos absolutos como proporcionais, são verificados em comunidades

localizadas nos bairros da Penha e Penha Circular que são áreas contíguas;

- em termos absolutos, a comunidade que mais cresceu foi a comunidade de Vila Cruzeiro, que também apresentou o maior número de habitantes;
- as comunidades localizadas nos bairros da Penha e Penha Circular foram, também, as que apresentaram os maiores decréscimos. Chama atenção o fato do Parque Proletário da Penha, uma das mais populosas da área, apresentando um decréscimo de 5000 habitantes (40,811%). Uma explicação possível pode ser o fato de ter ocorrido alguma mudança em termos de delimitação territorial;
- nos cálculos a partir do total de comunidades que apresentam dados sobre a população, nos dois períodos verifica-se que na XI RA houve um incremento proporcional de 26,49% (16.515 habitantes). Esta situação é bastante distinta daquela verificada na XI como um todo, onde o incremento populacional entre 80/91 foi negativo.

Cálculos do IPLANRIO, efetuados a partir de dados do cadastro da Light, concessionária dos serviços de energia elétrica no estado do Rio, indicam que a população residente em favelas no município do Rio de Janeiro, que em 1980 representava 14.2% da população total da cidade chega a 18% em 1987, índice aproximadamente quatro vezes superior ao aumento da população dos conjuntos habitacionais, que passa de 5 % para 5.8% em 1987. (IPLANRIO, 1988). Na Leopoldina, o índice de

crescimento da população favelada residente em favelas, dentro de cada uma de suas RAs era a seguinte:

TABELA 3 : Crescimento proporcional da população residente favela- município do Rio de Janeiro e regiões administrativas da Leopoldina- 1980/83, 1984/87

LOCAL	INCREMENTO POPULACIONAL 1980/1983		INCREMENTO POPULACIONAL 1984/87	
	N	%	N	%
MUNICÍPIO	216.761	30,0	116.110	12,4
X RA	35.466	27,7	19.880	12,2
XI RA	15.170	27,7	15.765	22,5

Fonte: Dados Básicos IPLANRIO, 1982. LIGHT, 1987, Tabulação: IPLANRIO, 1987

Observando a variação nos dois períodos destacados, percebe-se um declínio no índice de crescimento da população moradora de favela dentro de cada RA que passa de 27.7% a 12.2% na X RA e 27.7% a 22.5% na XI RA Há, contudo, diferenças entre elas: a X RA acompanha de perto os percentuais do município, enquanto a XI RA tem variação bem menos significativa entre os períodos, apresentando de 1984/87 um índice de crescimento que é quase o dobro do município e da X RA (Ramos).

No entanto, se considerarmos os números relativos à expansão da população de favelas na cidade de 1984 a 1987, constata-se que as RAs da Leopoldina, junto a outras áreas da zona suburbana, encontram-se entre aquelas que mais contribuíram para o crescimento de favelas, destacando-se a X RA (Ramos). (ver tabela 4, a seguir)

TABELA 4: Contribuição em termos de crescimento absoluto e relativo da população residente em Favelas nas 5 RAs de maior índice-84/87

REGIÃO ADMINISTRATIVA	N	%
X (PENHA)	19.800	17,2
XI (RAMOS)	15.765	13,7
XX (ILHA DO GOVERNADOR)	11.180	9,8
XII (INHAÚMA)	8.395	7,2
XXV (JACAREPAGUÁ)	8.170	7,0
TOTAL LEOPOLDINA	35.565	30,9
TOTAL (5 maiores índices)	63.390	54,7
MUNICÍPIO	116.110	100,0

Fonte: Dados Básicos: LIGHT, 1987. Tabulação: IPLANRIO, 1987

De 1984 até 1987, as X e XI RAs respondiam por mais de 30% do crescimento populacional nas favelas da cidade e, junto às RAs de Inhaúma, Ilha do Governador e Pavuna eram responsáveis por mais de 54% deste crescimento. Segundo informações do IPLANRIO, baseadas no Cadastro que ele mantém atualizado, este crescimento encontra-se mais associado ao adensamento das favelas existentes. Com exceção da XXV RA (Jacarepaguá) onde surge um número considerável de novas favelas, nas demais a tendência de crescimento se dá pela verticalização, com o acréscimo de novos pavimentos às moradias de alvenaria que pouco a pouco substituem os barracos, que até então predominavam. De acordo com a avaliação de pesquisadores do próprio IPLANRIO, o incremento da população em favelas decorreria da permanente dificuldade de acesso ao mercado formal de habitação pelas camadas de menor poder aquisitivo (Berta & Bins, 1988).

Este é o caso da XI RA (Penha), cujo crescimento das favelas está mais associado ao adensamento do que ao surgimento de novos assentamentos. Como no período anterior, a expansão da população favelada encontra-se aqui associada principalmente ao empobrecimento da população e à degradação de suas condições de vida, e a formação de novas comunidades é feita por moradores do próprio município, como nas comunidades formadas na RA depois de 1980: **Pedacinho do Céu** e **Vila Pequiri**.

A comunidade de **Pedacinho do Céu** iniciou-se com a ocupação de uma área em Cordovil, por pessoas vindas do Rio de Janeiro enquanto **Vila Pequiri**, em Brás de Pina também tem em sua origem a presença de moradores da cidade que ocuparam um terreno da CEHAB. Segundo informações do Cadastro do IPLANRIO, a CEHAB comprometeu-se a construir casas pelas quais os moradores pagariam 15% do salário mínimo mas o acordo não foi cumprido e a ocupação se consolidou, com a demarcação de novos lotes.

O surgimento de somente duas comunidades na RA ao longo dos últimos anos aparentemente poderia nos sinalizar um recuo no processo de favelização. Mas alguns fatos, que possivelmente contrariam tal conclusão, merecem ser destacados. O primeiro, já mencionado é que a expansão das favelas se dá principalmente em função do adensamento das comunidades já existentes. Algumas encontram-se consolidadas, sem áreas de futura expansão, e dentre estas, naquelas que contam com melhores condições de urbanização, os valores para aquisição ou aluguel de moradia elevam-se, dificultando o acesso para os que se encontram *sem teto*. Neste âmbito, o projeto FAVELA BAIRRO que vem sendo implementado desde 1992 pela Prefeitura Municipal pode se revelar uma faca de dois gumes: no caso da ur-

banização, ao trazer melhores condições de infra-estrutura urbana e a integração ao bairro, induzem também a uma especulação imobiliária e a valorização dos preços das moradias, atingindo alguns moradores das próprias comunidades alcançadas pelo projeto que, sem condições de suportar o ônus da moradia-aluguel, IPTU (IMPOSTO TERRITORIAL URBANO), podem ser obrigados a deixar do local.

A experiência dos anos 60 e 70 mostra que os resultados da política habitacional voltada para as favelas, nem sempre são aqueles esperados pelas autoridades e planejadores que definem os programas de intervenção. Neste sentido, como já afirmamos, a política remocionista e de incremento aos conjuntos habitacionais populares, ao contrário de contribuir para a expansão das favelas, algumas vezes, acabou por atuar como um dos elementos desencadeadores do surgimento de novos assentamentos.

Na verdade, é preciso considerar que na operacionalização dos programas, entram em cena outros elementos da dinâmica econômica e político-social: como os efeitos excludentes do desenvolvimento econômico e a pauperização da população, as alternativas por ela criadas para fazer face a sua sobrevivência, os movimentos de resistência à orientação autoritária e tecnocrática dos programas desenvolvidos nas comunidades.

Por isso, nada nos leva a crer que o crescimento da população favelada apresente tendência de recuo, e que as favelas não possam continuar a surgir em cada espaço ainda vazio da cidade. Espaços que aparentemente nos parecem pouco prováveis. Com efeito, considerando a dinâmica do desenvolvimento econômico e social que veio se configurando a parti dos anos 80, em que os efeitos da política neoliberal vão se agu-

çando- através do empobrecimento da população, do aumento do número de subempregados e do esvaziamento das políticas sociais na esfera pública, pode-se avaliar que possivelmente a favelização continuará a se desenvolver como uma das principais alternativas à exclusão social e à busca de integração ao espaço urbano.

3.2.2. As associações de moradores e o movimento comunitário

A origem do processo de formação de favelas na XI R.A remonta ao início do século XX, quando surgiram as comunidades do Morro do Sereno e de Dourados. No entanto foi só a partir dos anos 50 que as associações de moradores começaram a se formar nas favelas da região.

A tabela 5 e o gráfico 3 permitem visualizar a distribuição das associações por período histórico, bem como o ritmo de aparecimento das A.M s de **1954**, ano de fundação da mais antiga, até os **anos 80**.¹⁶

Tabela 5: Distribuição absoluta e relativa das Associações por período de formação- XI RA.*

Período de Formação	Associações formadas	
	(N)	Associações (%)
1954/64	3	13
1965/75	4	17
1976/83	10	44
>1983	6	26
SEM REFERÊNCIA DO ANO**	1	-
TOTAL	24	100

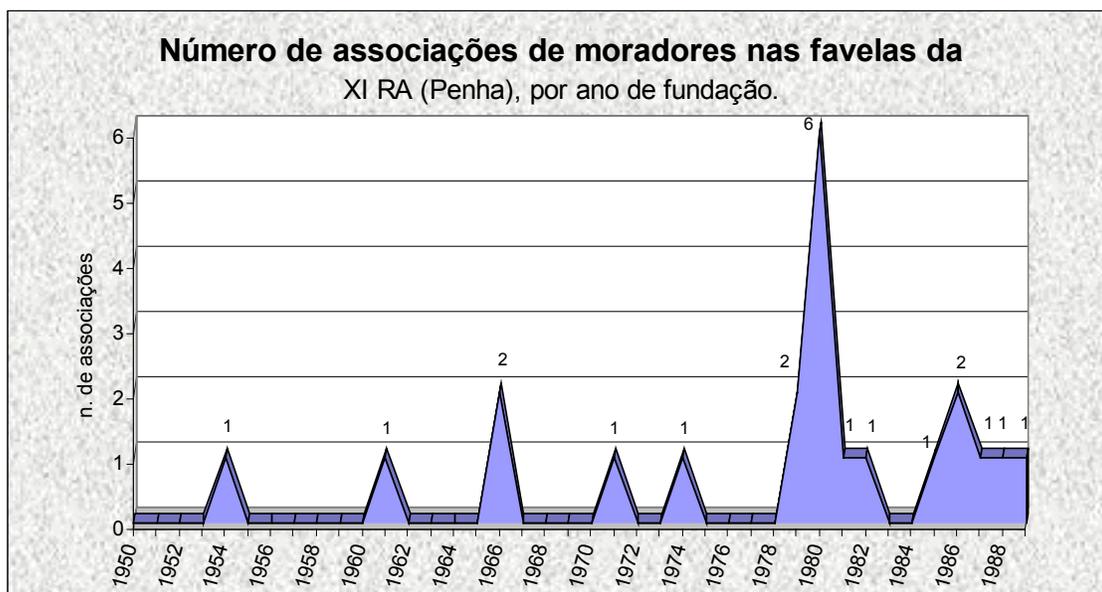
* Não estão incluídos as nove comunidades, dentre as 31 existentes na região pesquisada, sobre as quais não há qualquer referência a respeito da existência de associação de moradores.

**Estamos registrando a A.M. do Centro Social Marcílio Dias no total de associações, embora não possamos incluí-la em um dos períodos históricos por não termos a referência da época de sua fundação.

¹⁶ As informações do IPLANRIO, com as quais trabalhamos, vão até os anos 80.

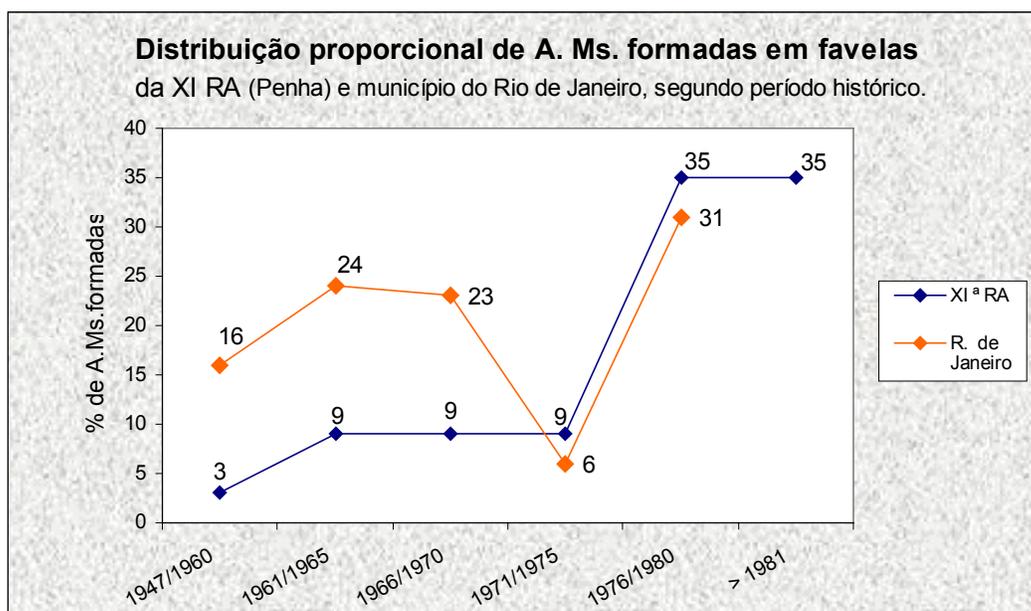
Segundo registros do IPLANRIO, dentre as 31 comunidades pesquisadas pelo menos 24 constituíram associações de moradores, entre 1954 e 1989. O processo de formação das associações de moradores desenvolveu-se de forma lenta e descontínua, pelo menos até fins dos anos 70. Em início dos anos 60, o movimento associativista chegou a receber um relativo impulso, o que se expressa na diminuição dos intervalos de tempo entre a criação das associações, culminando com a fundação de duas Associações de moradores em 1966. Em seguida, há uma retração no movimento associativista, voltando a se manifestar de forma espaçada até fins dos anos 70, quando seguiu-se então um período de expansão em que pelo menos uma associação foi formada a cada ano. A maior parte das associações - cerca de 70% - tem, pois, origem recente, tendo sido criadas a partir de fins dos anos 70. Sem dúvida, aqui, o ano de 1980 destaca-se como marco no movimento associativo da região, assistindo a formação de seis associações de moradores. (ver Gráfico 3, abaixo e tabela 6 - apêndice 1)

Gráfico 3



O ritmo de criação das Associações de moradores na região da Leopoldina não difere muito da tendência geral do município do Rio de Janeiro. Baseando-se em informações de DINIZ (1981), e adotando as mesmas delimitações temporais usadas pela autora, é possível comparar a dinâmica de formação das Associações de moradores no Rio de Janeiro e na XI R.A. (Gráfico 4)

Gráfico 4:



3.2.2.1. As atividades desenvolvidas pelas associações de moradores

No quadro 8 (apêndice 1) pode-se observar uma síntese dos dados relativos às atividades desenvolvidas pelas Associações de Moradores de favelas na XI RA, elaborado a partir de dados do cadastro de favelas do IPLANRIO em 1981. Podemos observar que as atividades desenvolvidas referem fundamentalmente aos seguintes itens:

a) Infra-estrutura urbana:

- instalação de bicas públicas
- implantação de rede de esgoto
- manutenção de rede de esgoto
- implantação de rede de água
- manutenção de rede de água
- implantação de rede elétrica
- abastecimentos de luz
- pavimentação de vias públicas (ruas e becos)
- manutenção de vias públicas

b) Serviços sociais:

- promoção de serviços médicos (consultas)
- promoção de vacinação
- atividades de apoio em educação e saúde
- promoção de pré-escolas
- escola
- MOBREAL (alfabetização de adultos)

c) Atividades de administração e controle:

- controle urbanísticos (registro de transações de compra e venda; reformas de casas)
- sindicância da vida dos moradores

d) Desportos e lazer

- Promoção de festas

e) Outros:

- Apoio na construção de casas
- Construção da sede da A.M.
- Atividades variadas de assistência aos moradores

- Auxílio funerário

Verifica-se que a grande maioria das atividades desenvolvidas pelas Associações de Moradores de favelas na XI RA está no campo da infra-estrutura urbana, envolvendo não só a promoção de bens de consumo coletivos, mas também sua manutenção.

Semelhante situação foi evidenciada por Eli Diniz em pesquisa realizada em 1980 para um universo de 103 Associações de moradores do município do Rio de Janeiro. O estudo destaca que as principais atividades desenvolvidas pelas associações referiam-se a trabalhos comunitários: 67% de associações declararam que com freqüência convocam os moradores para a realização de tarefas beneficiando uma ou mais áreas da favela. (Diniz, 1981)

Destaca-se assim que, historicamente, as associações têm atuado, sobretudo, como mediadoras na instalação de bens de consumo coletivo de infra-estrutura urbana, já que o trabalho é desenvolvido pelos próprios moradores. As associações nascem estimuladas pelo poder público mas desenvolvem-se diante da possibilidade de acionar redes de sociabilidade já existentes nas favelas.

Considerando algumas observações a respeito do desenvolvimento histórico das comunidades, avalia-se que no período anterior à existência das associações de moradores, as melhorias no campo da infra-estrutura urbana já eram realizadas coletivamente pelos moradores. Nestes casos, possivelmente os principais mediadores eram políticos. Posteriormente, com o avanço dos programas públicos nas favelas, o papel de mediação das Associações de moradores foi reforçado, ainda que os moradores continuassem a comparecer como mão-de-obra nos programas.

Quando observa-se os Quadros 9, 10, 11 e 12 (apêndice 1), fica mais evidente o papel dos moradores das favelas na implantação e manutenção dos serviços de infra-estrutura, onde, a partir de dados do Cadastro de Favelas do IPLNRIO, está uma síntese da situação de alguns desses serviços nos anos de 1981 e 1991.

Em relação aos serviços de abastecimento de água verifica-se que em 1981, das 31 comunidades estudadas, 29 tinham problemas com abastecimento de água. Cabe destacar que somente a comunidade de Rodolfo Chamberland, apesar de ainda contar com parte dos domicílios com ligações clandestinas, não apontava problemas com abastecimento de água em 1981. Somente para duas comunidades não constavam informações sobre esse item. Constata-se, ainda, que nas 30 comunidades, com informação referente ao sistema de água, a conquista do abastecimento de água iniciou-se através de ações comunitárias locais, fossem elas realizadas através de ações pontuais de alguns moradores como através da instalação de rede através da organização coletiva. (Quadro 9- apêndice 1)

Verifica-se, também no Quadro 9 (apêndice 1), que em 1991 - 10 anos após o início do cadastramento das comunidades - a situação do abastecimento de água ainda é bastante precária. Mesmo aquelas 4 comunidades (Cordovil, Serra Pelada, Frei Gaspar e Laudelino Freire) que tiveram o abastecimento de água qualificado como "bom" no cadastro de favelas do IPLANRIO, em 1991, estavam atendidas em apenas parte dos domicílios.

Situação semelhante pode ser verificada em relação ao serviço de limpeza pública (Quadro 10 - apêndice 1). Em 1981, apesar da empresa de limpeza pública estar presente em algumas comunidades executando parcialmente os serviços, na grande maioria essa tarefa era efetuada por moradores dos lo-

cais e de uma forma bastante limitada, apenas afastando o lixo para pontos estratégicos das comunidades. Em 1991 a situação continuava praticamente a mesma.

Nos Quadros 11 e 12 (apêndice 1), observa-se a situação dos serviços de esgotamento sanitário e de drenagem urbana, nos anos de 1981 e 1991. Podemos verificar a precariedade desses serviços nos dez anos analisados.¹⁷

Em relação aos serviços sociais (Quadro 13- apêndice 1), as associações atuam também como mediadoras, trazendo tais atividades até as favelas, por via institucional ou mesmo pessoal. Os serviços no campo da educação e saúde são aqueles que se destacam. Neste campo, mais que em qualquer outro, a mediação política da Associação se faz necessária. Possivelmente, em comunidades que não contavam ou não contam com Associações, tais atividades, quando existem, são desenvolvidas através da mediação de instituições religiosas.

Dentre as atividades desenvolvidas por instituições religiosas (Quadro 14, apêndice 1), destacam-se aquelas desenvolvidas pela Igreja Católica: das 31 comunidades, em pelo menos nove foi registrada a presença da Igreja Católica através da Fundação Leão XIII, Pastorais de Igrejas, ordens religiosas, Ação Comunitária do Brasil, e mesmo de padres das paróquias próximas às comunidades. Porém, é necessário relativizar a importância das atividades desenvolvidas pela Igreja Católica frente as demais Igrejas, considerando-se:

- que à época da realização do Cadastro, quando segmentos diferenciados da Igreja disputavam poder nas favelas, e o trabalho da Pastoral de Favelas assumia mais expressividade;

¹⁷ Apesar de não buscar uma análise mais aprofundada da situação referente ao esgotamento sanitário e à drenagem urbana, optamos por apresentá-los com o objetivo de reforçar o papel dos moradores na instalação e manutenção de infra-estrutura e ainda tornar evidente a situação de risco a que estão expostos os moradores dessas localidades.

- a visibilidade pública das atividades realizadas pela Igreja Católica nesta época, o que não significava necessariamente que fosse a única a realizá-la, nem que abarcasse o maior número de moradores.

A esse respeito, vale destacar o trabalho desenvolvido por instituições que não são, ou não eram hegemônicas, possuíam menor visibilidade e contava com características particulares: menor amplitude mas maior longevidade. Em estudo realizado em 1968, Lícia Valadares levantou as associações voluntárias existentes na comunidade da Rocinha. Ressalta na pesquisa o grande número de centros espíritas e igrejas e congregações protestantes, apesar de não contarem com o maior número de membros. Dentre as 21 associações voluntárias, 10 eram centros espíritas e 6 eram protestantes. Tais instituições exerciam diversas atividades que iam desde atividades educacionais e de cunho terapêutico e "medicinal", no caso das espíritas, até reunião de senhoras grupos musicais, cultos livres, no caso das protestantes. (Valladares, 1978)

No que se refere às atividades de administração e controle exercido pela associações, destaca-se que elas são funções estatutárias que adquirem maior ou menor relevância em função do desenvolvimento histórico da favela e das relações aí desenvolvidas. Presente nos estatutos como uma forma de controlar a expansão das favelas e assegurar sua disciplinarização, a dinâmica de tais atividades passou a referenciar-se na rede de relações pessoais. Atualmente, tais funções, em muitas comunidades, vem sendo desenvolvidas pela rede de tráfico de drogas.

Vale lembrar que pelo fato da região da Leopoldina ser considerada uma área cortada por importantes vias de transporte como a Avenida Brasil, Linha Vermelha e Linha Ama-

rela e estar localizada às margens da Baía de Guanabara e do Aeroporto do Galeão, é uma região estratégica para o tráfico internacional de drogas. Sendo assim é muito comum haver muita disputa pelo controle de território das favelas entre grupos adversários de narcotraficantes.

Em recente estudo sobre a influência dos “poderes paralelos” nas periferias dos grandes centros urbanos a pesquisadora Elizabeth Leeds avalia que a presença de grupos de narcotraficantes nas comunidades de baixa renda reflete um quadro de condições que se consolidou nas cerca de 500 favelas e conjuntos habitacionais populares do Rio de Janeiro desde o início dos anos 80. Com cerca de 1/3 da população do município, as favelas cariocas se consolidaram como locais de distribuição e venda de drogas, principalmente para as classes médias e alta, criando uma complexa trama de relações econômicas e políticas entre comunidades, traficante e Estado. Resultante, sobretudo da presença e ausência seletivas do Estado. Essas relações acabaram por se constituir em violência e repressão contínua contra as classes populares. A violência física e criminosa é apenas uma forma visível e paupável da violência mais oculta empregada pelo Estado¹⁸. Esta situação tem contribuído para perpetuar relações políticas “neoclientelistas” com essas comunidades, pois a onipresença do tráfico de drogas tem representado uma ameaça ao processo de criação, em nível comunitário/local, de estruturas democráticas capazes de fortalecer e mobilizar politicamente as comunidades de baixa renda. (Leeds, 1998)

¹⁸ *A esse tipo de violência a autora define como “violência estrutural” ou “violência institucionalizada” representada pelas condições que determinam uma distribuição extremamente desigual de recursos básicos, como serviços de saúde precários ou inexistente, educação pública e transporte de massa deficientes, e serviços urbanos que resultam em elevados índices de subnutrição, evasão escolar, alcoolismo e outro.* (Leeds, 1998)

Cada vez observa-se nas favelas que compõem a região, a busca dos moradores por outros espaços de convivência que possam fortalecer os laços familiares e comunitários.

QUADRO 2:
DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DAS FAVELAS NA XI REGIÃO ADMINISTRATIVA SEGUNDO OS EIXOS DE ANÁLISE (I)

QUADRO 2: DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DAS FAVELAS NA XI REGIÃO ADMINISTRATIVA SEGUNDO OS EIXOS DE ANÁLISE (I)

EIXO DE ANÁLISE	< 1930
<p>⇒ dinâmica econômica: padrão de desenvolvimento econômico do país e de acumulação na cidade (fontes secundárias)</p>	<p><i>Predominância do modelo agro-exportador com destaque à exportação de café; cidade enquanto núcleo da acumulação comercial; valorização da cidade como centro comercial importante à dinâmica do núcleo agro-exportador; crescimento do capital industrial e imobiliário</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ♦ <i>Ação de empresários do setor de transporte e de agentes do capital imobiliário nas áreas em crescimento da cidade - início do século XX; nas áreas mais valorizadas (centro e zona sul) da cidade os loteamentos de terras ocorriam paralelamente à penetração do bonde e os investimentos eram expressivos; na Leopoldina o retalhamento das terras foi posterior à implantação da Estrada de Ferro que atendia mais às necessidades nacionais e regionais integrando a cidade às áreas de produção agrícola</i> ♦ <i>Etapa inicial da instalação das indústrias nos subúrbios- início do século XX: Companhia Nacional de Tecidos Nova América (Del Castilho, 1924); General Eletric (Maria da Graça/1921); Cisper (Jacarezinho/ 1917); Marvin(Jacerezinho/1921); Curtume Carioca (Penha/1920)</i>
<p>⇒ dinâmica política e social : correlação de forças políticas, políticas públicas e movimento popular (fontes secundárias)</p>	<p><i>Hegemonia dos setores ligados à agro-exportação do café; no Rio de Janeiro destaca-se o domínio de grupos ligados ao comércio de exportação e importação; ascensão de grupos ligados ao capital imobiliário e à exploração do transporte urbano, normalmente representados pelas mesmas pessoas; restrita participação do poder público na ocupação do solo urbano; legislação que regia a ocupação do solo era precária; ação pontual de resistência dos trabalhadores no que se refere às ações do Estado no espaço urbano e no fornecimento de serviços; primeiras ações de intervenção do Estado no espaço urbanos</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ♦ <i>Reformas Urbanas no início do século XX : A Reforma Pereira Passos (1902/1906)</i> ♦ <i>As Políticas Higienistas e o combate às moradias populares- os cortiços: fins do século XIX/XX</i> ♦ <i>infra-estrutura local na região da Leopoldina predominantemente a cargo do setor privado (empresas loteadoras, construtoras e pequenas indústrias)</i> ♦ <i>Centro Municipal de Saúde de Inhaúma (primeiro centro municipal da cidade): 1924</i> <p><i>Movimentos Populares : Revolta da Vacina</i></p>
<p>⇒ condição e experiência de vida dos moradores (fontes secundárias, informações do cadastro e depoimentos)</p>	<p><i>Perfil da classe trabalhadora: havia um grande número de imigrantes, principalmente portugueses e também de negros que encontravam-se marginalizados em relação ao mercado formal de trabalho que então se formava; a principal forma de moradia da classe trabalhadora era o cortiço</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ♦ <i>exclusão de um número significativo de trabalhadores da parte central da cidade por ocasião da Reforma Pereira Passos;</i> ♦ <i>ocupação expressiva dos morros da área central da cidade em início do século XX</i> ♦ <i>deslocamento de parte da população para os subúrbios</i> ♦ <i>“abandono” das freguesias rurais, então em processo de “suburbanização” pelo poder público: os moradores da freguesia de Inhaúma (área que na época integrava a atual região da Leopoldina) denunciavam o fato da região não ter água, luz, esgoto e nem estradas transitáveis (Jornal do Brasil - março de 1903)</i> • <i>formação de duas favelas na Leopoldina: Dourados, em Cordovil e Morro do Sereno, na Penha Circular, ambas em 1921</i>
<p>⇒ transformação espacial: mudanças espaciais (cadastro e fontes secundárias)</p>	<p><i>Dá-se a chamada transição do rural para o suburbano; desenvolvimento articulado a Estrada de Ferro que vai orientar o padrão de ocupação inicialmente em torno das estações; região de passagem em função da ferrovia e de abrigar as principais adutoras que levavam água para as áreas mais valorizadas; aumento da segregação espacial do espaço urbano face às reformas urbanas do início do século XX e surgimento da questão habitacional nas primeiras décadas do século XX, como a remoção da população de baixa renda das áreas centrais da cidade</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ♦ <i>expansão do transporte de bondes (integração das áreas mais valorizadas da cidade) e trens (integração da cidade à áreas de produção agrícola)-</i> ♦ <i>Inauguração da Estrada de Ferro Norte. atual Leopoldina/ 1886</i> ♦ <i>Construção das Primeiras Vilas Operárias- fins do século XIX: ação do capital privado através da Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro no centro e bairros operários, com o subsídio do Estado</i> ♦ <i>Valorização da área central da cidade - século XIX/XX</i> ♦ <i>Crescimento da cidade para novas áreas - século XIX/XX</i> ♦ <i>surgimento das primeiras favelas: o Morro da Providência, então conhecido como Morro da Favela é ocupado em fins do século XIX;</i> ♦ <i>primeiros loteamentos nos subúrbios da Leopoldina- início do século XX</i> ♦ <i>Crescimento Populacional: Freguesias de Inhaúma e Irajá com 293% e 109% de crescimento, entre 1890 e 1906 - maiores taxas dentre as freguesias rurais;</i>

(CONTINUAÇÃO QUADRO 2)

EIXO DE ANÁLISE	1931/1945
⇒ dinâmica econômica: padrão de desenvolvimento econômico do país e de acumulação na cidade (fontes secundárias)	<p><i>Crise do modelo agro-exportador, crescimento do mercado de bens e serviços e criação das condições favoráveis a acumulação urbano-industrial; ampliação da presença do Estado nas esferas econômicas e sociais; crescimento do mercado de trabalho; política de integração do mercado nacional</i></p> <ul style="list-style-type: none">• Fixação do salário mínimo, aplicado à força de trabalho urbana• Consolidação das Leis do Trabalho: resoluções trabalhistas tomadas desde 1930- 1942• Ação Estatal no setor produtivo: Companhia Siderúrgica Nacional (1941), Companhia Vale do Rio Doce (1942), Companhia Nacional de Álcalis (1943) e Companhia Hidrelétrica do São Francisco (1945)• Migrações Rurais <p>Segunda guerra mundial 1939/1945: estímulo à fabricação no país de produtos antes importados</p>
⇒ dinâmica política e social : correlação de forças políticas, políticas públicas e movimento popular (fontes secundárias)	<p><i>Crise de hegemonia política: perda da hegemonia da oligarquia rural exportadora e ascensão burguesia industrial; crescimento das camadas médias; centralização das funções políticas e decisórias na esfera do Estado; atuação do Estado em relação ao favorecimento da expansão industrial no que se refere às condições físicas e institucionais necessárias; ausência de políticas públicas definidas em relação às habitações populares e as favelas; programas pontuais de ação diante da emergência da questão social com a crise do modelo agro-exportador e a gestação do padrão de acumulação urbano industrial</i></p> <ul style="list-style-type: none">• ação do Estado no saneamento de várias suburbanas de forma a abrir espaços à atividade fabril _ DNOS• Construção do <i>Hospital Getúlio Vargas</i> (1931/1936)• Reservatório de Água na Penha• Rede de esgoto na Penha e Penha Circular (1938/1940)• Instalações sanitárias pelo <i>SAEDF (Serviços de Água e Esgoto do Serviço Federal)</i> nos prédios da Leopoldina (epidemias de febre tifóide e desinteria/1937)• Rede geral de esgoto em Ramos e coletor geral de esgoto da Avenida Brasil• Criação dos <i>Parques Proletários Provisórios</i>
⇒ condição e experiência de vida dos moradores (fontes secundárias, informações do cadastro e depoimentos)	<p><i>Crescimento da população pobre urbana, com o aumento do número de migrantes na composição da classe trabalhadora e consolidação da favela enquanto forma de moradia popular</i></p> <ul style="list-style-type: none">• Nove favelas da região da Leopoldina formaram-se neste período, sendo que os próprios moradores realizavam o desmatamento ou aterro dos terrenos (no caso das áreas de mangue), transformando-os pouco a pouco em locais de moradia
⇒ transformação espacial: mudanças espaciais (cadastro e fontes secundárias)	<p><i>Indústria aparece como principal agente de transformação dos subúrbios da Leopoldina; a atuação do Estado na região dá-se articulada à iniciativa industrial; valorização do solo para uso industrial e desvalorização de áreas industrial e turísticas, como a Praia de Ramos</i></p> <ul style="list-style-type: none">• Ocupação residencial proletária da região ao longo da Estrada de Ferro• <i>Plano de Descentralização e Zoneamento Industrial/1937</i>: na região, Bonsucesso e Ramos são incluídas como áreas para instalação das indústrias• Expansão Industrial para outras áreas da região prevista no zoneamento industrial - com a Segunda guerra Mundial dá-se a multiplicação de pequenas e médias fábricas entre os bairros de Bonsucesso e Olaria• Obras de Viação procurando melhorar a acessibilidade dos subúrbios• Início da construção da Avenida Brasil, inaugurada em 1946- obras de saneamento realizados pelo DNOS• Crescimento Populacional na região: em 1940, o SNFA (Serviço Nacional de Febre Amarela contabilizava o total de 63.327 casebres no Rio de Janeiro, então Distrito Federal

(CONTINUAÇÃO QUADRO 2)

EIXO DE ANÁLISE	1946/1964
⇒ dinâmica econômica: padrão de desenvolvimento econômico do país e de acumulação na cidade (fontes secundárias)	<p><i>Mudança do eixo da economia, com a afirmação da acumulação urbano-industrial e redefinição da inserção do país na divisão internacional do trabalho; desenvolvimento do capitalismo com base na aliança capital estrangeiro, nacional e Estado; intensificação do processo de substituição de importações: produção de bens de consumo imediato, duráveis e de capital;</i></p> <p><i>incremento da indústria automobilística e afirmação do transporte rodoviário; cidade enquanto pólo industrial e comercial e espaço de realização do capital industrial</i></p> <ul style="list-style-type: none">• Instrução 113 da SUMOC: (Superintendência de Moeda e do Crédito): abertura ao capital estrangeiro• Fundação do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico)• Inauguração da Avenida Brasil (1946) - novo eixo de ocupação industrial
⇒ dinâmica política e social : correlação de forças políticas, políticas públicas e movimento popular (fontes secundárias)	<p><i>Desenvolvimento do populismo democrático; nacional desenvolvimentismo; movimento pelas Reformas de base; transformação da cidade em Estado autônomo. Intensificação da urbanização, acirramento da chamada questão social e práticas políticas em relação às favelas no âmbito do “pacto populista”; política habitacional restrita a alguns conjuntos habitacionais- Caixas Econômicas e Institutos de Previdência; incorporação do movimento de favelas à esfera político-partidária; ação da Igreja Católica; primeiras associações de moradores. movimento popular mediado pela ação dos partidos políticos; reorganização urbana e ação do governo estadual em relação às habitações populares, destacando-se as práticas remocionistas do Governo do Estado da Guanabara.</i></p> <ul style="list-style-type: none">• Criação do Estado da Guanabara -1960• Legalização do Partido Comunista Brasileiro• Instituição da <i>Fundação Leão XIII</i> através de Decreto Federal (1947): atuação em relação às favelas• Criação da <i>Cruzada São Sebastião</i>, com o apoio do PSD/PTB• Criação do <i>SERFHA (Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-higiênicas)</i> pelo Governo do Distrito Federal - 1956/1962 - o órgão exigia como requisito para dar início aos programas a formação de associação de moradores• Criação do Conselho Federal de Habitação- Governo Federal João Goulart, 1962• Criação da <i>Secretaria de Serviços Sociais e da COHAB (Cooperativa de Habitação Popular do Estado da Guanabara)-</i> 1962- Governo Carlos Lacerda• Criação da CEDAG (1962)• Incorporação da Fundação Leão XIII ao Estado• <i>BEMDOC</i> (Brasil- Estados Unidos- Movimento para o Desenvolvimento e organização de comunidade): programa de desenvolvimento comunitário - USAID e Governo Estadual, Fundação Leão XIII• <i>Criação da Comissão Estadual de Energia-</i> 1963 e das <i>Comissões de Luz</i> nas favelas• Primeiras Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro- consta que a primeira associação de moradores é de 1947• FAFEG- Movimento de resistência na favela do Pasmado, então ameaçada de remoção- 1964; movimento de resistência de Brás de Pina- 1964
⇒ condição e experiência de vida dos moradores (fontes secundárias, informações do cadastro e depoimentos)	<p><i>Institucionalização do movimento comunitário com a criação das primeiras associações de Moradores e instituições de ação conjunta:</i></p> <ul style="list-style-type: none">• Data desta época a formação de 10 favelas na XI Região Administrativa• Primeiras Associações de Moradores na XI R.A: Vila Proletária Penha - 1954; Parque Proletário de Vigário Geral- 1961;• <i>Primeiro Congresso de Favelas</i> - 1964: posicionamento a respeito das Comissões de Luz, afirmando que dividiam os moradores• inicia-se a “urbanização auto-gerida” pelos moradores, com instalação de recursos de infra-estrutura urbana, melhoria das condições físicas das favelas

(CONTINUAÇÃO QUADRO 2)

EIXO DE ANÁLISE	1946/1964 (CONT...)
⇒ transformação espacial: mudanças espaciais (cadastro e fontes secundárias)	<p><i>Intensificação do processo de segregação urbana; valorização do solo urbano e expansão física da metrópole, com o crescimento para a periferia; adensamento dos subúrbios mais distantes; crise habitacional</i></p> <p>Criação da Rodovia Presidente Dutra- articulando o eixo Rio- São Paulo e expandindo a região de ocupação industrial, com a incorporação de novas áreas à malha urbana</p> <p>Período de maior expansão de favelas: Censo de 1948 contabilizava 105 favelas no então Distrito Federal sendo que a área suburbana onde está localizada a Leopoldina contava com 44% das favelas e 43 % dos favelados; de 1950 a 1960 houve um incremento de 98% na população favelada, sendo que a região dos subúrbios apresentou mais 150% de aumento;</p> <ul style="list-style-type: none">• Região da Leopoldina apresentava em 1960 a maior população favelada- 33% e o maior número de favelas- 32%; a Penha contava com 52% dos favelados e 33% das favelas.• Ação remocionista do Governo Estadual em articulação com os interesses do capital imobiliário: eixo Tijuca-Meier como centro das remoções• <i>Ação da COHAB</i>: construção dos Conjuntos habitacionais - Vila Kennedy, Vila Aliança, Vila Esperança e Cidade de Deus; urbanização parcial de algumas favelas, como Jacarezinho; remoção entre 1962/1965 de aproximadamente 42.000 pessoas, atingindo total ou parcialmente 27 favelas• <i>Elevatória de Bonsucesso</i>• <i>Trevo das Missões</i>• Duplicação do trecho final da Avenida Brasil- 1956/58• <i>Viaduto de Ramos</i>: conclusão das obras - 1958/60• <i>Viaduto de Manguinhos e Avenida Novo Rio</i>- Governo Carlos Lacerda- 1960/65• <i>Estação Elevatória de Esgotos</i>- Avenida Postal- 1952/1954• Saneamento e Canalização do Rio Lucas e ampliação da <i>Estação de Tratamento de Esgotos Sanitários da Penha</i>- 1956/58• Melhoramento da canalização do <i>Rio Ramos</i> e construção da Galeria Pluvial paralela à <i>Avenida Bandeiras</i>, Parada de Lucas - 1958/60

(CONTINUAÇÃO QUADRO 2)

EIXO DE ANÁLISE	1946/1964
<p>⇒ dinâmica política e social : correlação de forças políticas, políticas públicas e movimento popular (fontes secundárias)</p>	<p><i>Estado Autoritário: fechamento dos canais de discussão política; intervenção do poder público na questão habitacional; tecnocracia e repressão como elementos de mediação das políticas públicas;</i></p> <p><i>Crise do Estado autoritário em meados dos anos 70; intervenção do movimento operário na cena política e reorganização do movimento popular; reabertura dos canais representativos de participação política; declínio das políticas remocionistas e crise da política habitacional; redefinição da política habitacional com a emergência de programas de urbanização e melhorias; redefinição da atuação de segmentos da Igreja Católica com a emergência das Pastorais, voltadas para o desenvolvimentos de trabalhos sociais setorializados-- trabalho, terra, favelas etc.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Constituição do Sistema Financeiro de Saneamento e criação do BNH (Banco Nacional de Habitação)- 1964; a partir dos anos 70, o BNH passa a atuar como empresa “ privada” revelando o arranjo entre setor público e privado • Implantação da Ação comunitária do Brasil- 1966 • Criação da CODESCO (Companhia de Desenvolvimento de Comunidade) : subsidiária da COPEG- Companhia de Progresso para o Estado da Guanabara: atuação em <i>Brás de Pina</i>, Mata Machado e Morro União- 1968/1973 • Decreto 870 -Atrelamento das Associações de Moradores às Regiões Administrativas e Secretaria de Serviço Social- 1967 • Congresso da FAFEG(<i>Federação de Associação de Moradores de Favelas do Estado da Guanabara</i>)- 1968 - consolida-se a proposta de urbanização das favelas pela movimento de favelas sob o slogan URBANIZAÇÃO SIM, REMOÇÃO NUNCA • Movimentos de Resistência: Ilha das Dragas (Lagoa), sob a liderança da FAFEG (1968) ; Borel e Vidigal (1977) • Fechamento da FAFEG- 1968 • Criação da CHISAM (Coordenadoria de Habitação Popular de Interesse Social Área Metropolitana do Rio de Janeiro: subsidiada ao Ministério do Interior e ao BNH- 1968/1973 • PLANASA: Plano Nacional de Saneamento- 1971 • vinculação da Fundação Leão XIII à Secretaria de Serviço Social. • ano de 1975- Fusão do Estado do Rio de Janeiro-e refinição institucional dos órgãos do Estado: criação da CEDAE, Coordenadoria do Bem- Estar Social em substituição à Secretaria de Serviço Social; Fusão COHAB_ GB e COHAB_ RJ, com a criação da CEHAB- Companhia Estadual de Habitação que passa a adotar o programas de inscrições individuais para a aquisição da casa própria; • Criação da Pastoral de Favelas- 1977, com ênfase na luta pela posse da terra como suporte do trabalho nas favelas • Criação do PROMORAR pelo Sistema Financeiro de Habitação- Governo Federal- 1979, com o objetivo de atender a faixa da população com renda até 3 salários mínimos e implantar melhorias nas favelas • Emenda Constitucional de 1978 - restabelecimento das eleições locais • Projeto Rio/Promorar- 1979, com experiência piloto na <i>área da Maré</i> • Criação da SMD e do Rio IPLAN/1979 • Projeto Mutirão/SMD • Cadastro de Favelas/IPLAN- Rio • Implantação de Posto de Saúde e Projeto Casulo nas favelas- Governo Estadual e LBA- Legião Brasileira de Assistência- 1979 • SDS- LIGHT- projeto de eletrificação das favelas

(CONTINUAÇÃO QUADRO 2)

EIXO DE ANÁLISE	1965/1980 (CONT...)
⇒ experiência histórica dos moradores (fontes secundárias, informações do cadastro e depoimentos)	<p><i>Remoções de favela e intervenção do Estado nas A.Ms (Governo Militar); a partir da segunda metade dos anos 70, rearticulação do movimento comunitário; crescimento do número de Associações no Município e na R.A</i></p> <ul style="list-style-type: none">• processo de remoção ou, ameaça, em pelo menos 11 comunidades da XI R.A`• fins dos anos 70: época de retomada de crescimento das associações formadas no Município do Rio de Janeiro• Associações de Moradores: <i>Parque Jardim Beira-Mar - 1966, Cordovil- 1966; Morro do Caracol- 1971; Morro da Fé- 1979; Caixa D'Água- 1979; Bairro Proletário do Dick- 1980; Parque Proletário de Cordovil- 1980; Mangueirinha- 1980 ; Morro do Sereno- 1980; Parque Proletário do Grotão- 1980, Vila Cruzeiro- 1980</i>• “urbanização auto-gerida” pelos moradores, com instalação de recursos de infra-estrutura urbana, melhoria das condições físicas das favelas• 1972- Associação de Moradores do <i>Timbau (Complexo da Maré)</i> encaminha ao exército, proprietário da terra onde a favela localiza-se, pedido de compra do terreno, tendo o pedido sido negado. A favela já encontrava-se quase que integralmente urbanizada em termos de infra-estrutura.• Rearticulação da FAFERJ - 1979• Desenvolvimento do Projeto Rio na área da Maré- criação da CODEFAM- Comissão de Defesa das Favelas da Maré- 1979; diante do autoritarismo da proposta do governo federal, o presidente da Associação de Moradores das Favelas da Maré, em 1979, assinalava através do Jornal do Brasil: “ <i>estamos nos sentindo como dunas de areia que o vento leva para onde quer</i>”
⇒ transformação espacial: mudanças espaciais (cadastro e fontes secundárias)	<p><i>Expansão das obras viárias com investimentos em grandes obras, atingindo áreas faveladas, então removidas; aumento da especulação imobiliária, com a expansão das áreas nobres em direção a São Conrado e Barras da Tijuca; remoção de favelas situadas em áreas nobres, conjuntos habitacionais</i></p> <ul style="list-style-type: none">• Obras de Circulação que permitiam uma melhor articulação dos bairros da Leopoldina entre si e com a Avenida Brasil• Ocupação de terrenos vazios principalmente por conjuntos habitacionais do BNH; Leopoldina: entre 62/70 foram construídos 12 conjuntos para um total de 50 no município• Atuação da CHISAM: remoções de 50 favelas de 1968/1973• em meados dos anos 70 expansão dos loteamentos irregulares e clandestinos na periferia de região metropolitana• Desenvolvimento do Projeto Rio na <i>área da Maré</i>

(CONTINUAÇÃO QUADRO 2)

EIXO DE ANÁLISE	> 1981
⇒ dinâmica econômica: padrão de desenvolvimento econômico do país e de acumulação na cidade (fontes secundárias)	<p><i>Auge do padrão monopolista e excludente da acumulação capitalista do país materializado no chamado “milagre econômico”; crise do capitalismo internacional e reposição do papel do país no quadro internacional; redefinição do capitalismo sob o modelo neo-liberal; reposição do papel do Estado</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Enxugamento das insituições públicas e processo de privatização a partir do Goveno Collor • processo de terceirização nos serviços públicas através de políticas de convênio
⇒ dinâmica política e social : correlação de forças políticas, políticas públicas e movimento popular (fontes secundárias)	<p><i>Processo de Redemocratização com a abertura dos canais de representação, sistematização das políticas públicas sociais e da política de urbanização das favelas;</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Eleições diretas para governadores - 1982 • Campanha pelas Eleições Diretas - 1983 • Processo Constitucional e Constituição de 1989 • Governo Leonel Brizola- 1984 • Criação do <i>João de Barro</i> _ Governo Federal- 1983 • Criação do <i>Núcleo de Regularização de Loteamentos</i>- 1984 • Criação do <i>Ministério de Desenvolvimento Urbano</i>- 1985 • Criação da <i>SETH- Secretaria Estadual de Trabalho e Educação</i> • Criação do Programa <i>Cada Família um Lote</i> (regularização fundiária) - SETH - Secretaria Estadual de Trabalho e Educação • Criação do <i>PROFACE</i>- - Programa de Favelas da Companhia Estadual de Água e Esgoto/CEDAE • Expansão do <i>Projeto Mutirão</i>: construção de obras de infra-estrutura nas favelas com mão -de-obra local • Implementação dos CIEPS (Centros Integrados de Educação Pública) e das Casas da Criança (Pré-Escola) • Executivo municipal- eleição direta- 1986
⇒ experiência histórica dos moradores (fontes secundárias, informações do cadastro e depoimentos)	<p><i>Rebaixamento das condições de vida, com aumento do desemprego / epidemia de dengue</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Associações de Moradores formadas na XI R.A: <i>Morro da Guaíba- 1981, Morro do Cariri- Merendiba- 1982, Parque CHP - 1985, Pedacinho do Céu -1986, Bom Jardim de Cordovil- 1986, Vila Cambuci- 1987, Dourados- 1988.</i> • Percentual de favelas por atuação governamental: 8,8% (X R.A) e 7,2 (XI) (Projetos <i>PROFACE, Mutirão e Cada Família um Lote</i>) • a luz da <i>LIGHT</i> é o primeiro serviço público a entrar nas favelas: a partir de 1979, a <i>LIGHT</i> instala mais de 580 redes de eletrificação nas favelas do município. Associada à eletrificação, há a criação de logradouros e número de barracos, com a entrada dos correios nas favelas. • 1982, <i>SMDS</i> registrava o total de 377 favelas no município do Rio de Janeiro, compondo 12% de sua população total.: 48%, os detritos circulavam a céu aberto, 50% a água chegava em latas e em 37% , os barracos eram de madeira. • em 1985, havia o total de 532 favelas no município, segundo a diretoria da <i>FAFERJ</i> que afirmava ainda que a cada dia 15 dias surgia uma média de 5 novas Associações. • em 1985, dentro do <i>Programa Cada Família um Lote</i> - 18 comunidades já haviam recebido seus títulos enquanto 26 estavam em vias de titulação; discordância de lideranças de favelas quanto ao projeto, afirmando que a titulação é individual, favorecendo a venda de lotes para grupos imobiliários, e propondo como solução o título de propriedade coletiva, onde as Associações de Moradores seriam responsáveis pela compra e venda de lotes; outras lideranças opõem-se à propriedade coletiva, compreendendo-a como uma solução paternalista e afirmando que os moradores devem ser livres para vender sua propriedade. • Projeto Rio: crítica a ação do governo que incentivaria pouco o movimento organizado, tendendo a procurar pessoas na favela. • <i>Projeto Alemão</i>: projeto de saneamento básico ao redor do Morro do Alemão, beneficiando aproximadamente 100.000 moradores segundo lideranças da <i>FAFERJ/ Programa Favela-Bairro</i>

(CONTINUAÇÃO QUADRO 2)

EIXO DE ANÁLISE	> 1981 (CONT...)
<p>⇒ transformação espacial: mudanças espaciais (cadastro e fontes secundárias)</p>	<p>Adensamento e expansão das favelas na cidade</p> <ul style="list-style-type: none">• em 1980, havia cerca de 165.448 domicílios em favelas no Rio de Janeiro.• A população residente em favela representava 14,2% do total do município em 1980, passando 18% em 1987. O aumento da população nas favelas era então quatro vezes superior à população dos conjuntos habitacionais que apesar de passar de 5% para 5,8%, apresentava então tendência de decréscimo, com exceção da zona oeste, onde foi de 9,1 % para 17%• De 1984/1987, as R.As de Ramos, Penha, Inhaúma, Ilha do Governador e Pavuna respondem por mais de 54% do crescimento populacional da cidade, associado ao adensamento das favelas existentes. A X R.A contribuía então com 17,2% e a X R.A com 13,7%.• Crescimento da população residente em favelas nas X e XI R.As: 1980/83 - 27,7 (X) e 27,7 (XI); 1984/87- 12,2 (X) e 22,5 (XI)• Aumento da população de rua.• Urbanização das favelas Pavão- Pavãozinho e Cantagalo• Regularização de loteamentos na zona oeste• Avanço e consolidação do controle local das áreas de favelas por grupos de narcotraficantes.

- Para a elaboração deste quadro-resumo foram consultadas as seguintes estudos:
Abreu (1997); Abreu (1992); Carvalho (1987); Chalhoub (1996); CEPEL (1996); Cunha (1995); IPLANRIO (1981/1993)IPLANRIO (1988); Goulart (1957); Oliveira (1993); Valladares (1978); Valladares (1977); Valla (1986); Perlman (1981); Santos (1981); Oliveira & Coelho (sem data); Zaluar & Alvito (1998)

CAPÍTULO IV

CONVIVENDO E APRENDENDO: A EMERGÊNCIA DA EPIDEMIA DE DENGUE
E A SUA RELAÇÃO COM PROBLEMAS DE SANEAMENTO EM ESCALA LOCAL.

Passei a integrar a equipe de pesquisa ENSP/CEPEL, a partir de 1991, quando frequentava o curso de mestrado em saúde pública da ENSP. Naquele momento comecei a desenvolver um estudo sobre os serviços de saneamento na região da Leopoldina. Esse objeto de estudo foi definido a partir do levantamento feito pela equipe num seminário com integrantes de grupos populares da região da Leopoldina, em que os participantes apontavam o saneamento como o principal problema a ser investigado. Na mesma época foram diagnosticados casos de dengue em diversas áreas do município do Rio e também do Grande Rio. Colocou-se, então, a necessidade de sistematização de informações no sentido de fortalecer as reivindicações dos grupos populares da região que vinham apontando que grande parte dos problemas de produção e transmissão da dengue na região estaria relacionada à falta de serviços adequados de saneamento, principalmente serviços de abastecimento de água e de limpeza urbana.

Ao longo de anos de atividades de pesquisa e assessoria a grupos populares na Leopoldina, junto a equipe de pesquisa ENSP/CEPEL, muita experiência prática e teórica foi acumulada. Muitas certezas que tivemos em alguns momentos, hoje são dúvidas, que foram emergindo não só das reflexões teóricas, mas principalmente de questões colocadas por integrantes do movimento popular na região com os convivemos há pelo menos 9 anos.

Neste capítulo, procuro fazer um retrospectiva do processo de investigação sobre saneamento e a relação com integrantes de grupos populares da região, a partir da epidemia de dengue. O objetivo é recuperar o processo de mobilização em torno da epidemia, repensando o papel da informação na construção do conhecimento e da ação política dos sujeitos envolvidos.

Num primeiro momento descrevo como se deu a emergência da mobilização popular em torno da epidemia de dengue na região da Leopoldina, entre os anos de 1986 e 1991.¹

Em seguida apresento, uma síntese do que foi investigado sobre a situação de saneamento na região da Leopoldina, tendo como ponto de partida problemas levantados por representantes da população, com destaque para a situação das favelas, onde os serviços são mais precários.

As informações foram organizadas de tal forma que pudesse propiciar uma discussão à respeito dos eixos norteadores do trabalho da equipe de pesquisa ENSP/CEPEL.

4.1. A epidemia de dengue no Grande Rio: informações que não se cruzam

A partir de 1986, foram identificadas epidemias de dengue em diversos estados brasileiros. Após desaparecer do Brasil por cerca de 60 anos², a dengue foi introduzida no território a partir de países vizinhos e sem que o sistema de vigilância epidemiológica fosse capaz de detectá-la e de impedir sua difusão (Sabroza et al., 1992).

No Estado do Rio de Janeiro, a dengue ressurgiu primeiramente nos municípios do Grande Rio, configurando uma epidemia que notificou cerca de 90 mil casos no biênio 86/87, todos do sorotipo 1 (FNS/RJ, 1997). O Ministério da Saúde estima que pelo menos 1 milhão de pessoas no Estado do Rio de Janeiro foram infectadas pelo sorotipo 1, configurando a mais

¹ Entendemos o conceito de epidemia para além dos números em que ela se inscreve. A epidemia é tratada como um fenômeno dinâmico, constituído politicamente – tanto quanto cientificamente – nas lutas que passam as doenças físicas. Portanto, o contexto e o significado da epidemia são definidos ativamente, tanto pelas vítimas como por outros sujeitos a ela relacionados (Stark, 1977)

² . A última referência à epidemia de dengue ocorrida no Brasil data de 1923, em Niterói. Após esse período somente foi relatada e diagnosticada epidemia de dengue entre 1981-82 na cidade de Boa Vista capital de Roraima (MS, 1998)

importante epidemia de dengue entre os estados da federação, na época (MS, 1998).

No município do Rio de Janeiro, a epidemia teve seu início em abril de 1986 e encerrou o ano com um total de 12.480 notificações (FNS, 1997).

Fatores ligados à dinâmica populacional do vetor da doença, à imunidade da população e, ainda, às mudanças de prioridade em relação às medidas de controle, contribuíram para uma grande instabilidade dos indicadores do dengue no município (Sabroza et al., 1995).

Em 1987, a Secretaria Municipal de Saúde do Rio do Rio de Janeiro (SMS/RJ) registrou 37.215 casos. Durante os anos 1988/89, os casos registrados apontavam para um baixo nível de transmissão da doença. Foram notificados, no município, 247 casos em 1988 e 436 em 1989. (Medronho, 1995)

Nos anos 90/91, a epidemia recrudesceu, chegando a totalizar 105 mil casos no Estado do Rio. Na capital, os casos notificados atingiram 10.965 em 1990 e 51.695 em 1991 (FNS, 1997). Do total de casos de 1990, 4058 ocorreram em dezembro. No ano de 1991, somente no mês de janeiro, foram notificados 19.979 casos de dengue (Medronho, 1995).

A partir de 1990, tanto no Estado como no município do Rio de Janeiro um evento emergiu: além da circulação do sorotipo I, também foram registrados casos do sorotipo II - a dengue hemorrágica. No período 1990/1991 foram *notificados* no Estado e no município, respectivamente, 1316 e 639 casos de dengue hemorrágico (FNS, 1997).³

O aumento do número de casos da doença e o surgimento do dengue hemorrágico a partir de 1990 parece não ter sensi-

³ . Segundo o Ministério da Saúde, a introdução do sorotipo 2 no Brasil foi detectada em 1990, no Estado do Rio de Janeiro, onde foram confirmados 462 casos de dengue hemorrágico, ocorrendo 8 óbitos no período 90/91 (MS, 1998)

bilizado as autoridades sanitárias. No início de 1991, os Secretários de Saúde do Estado e do Município recusavam-se a reconhecer o recrudesimento da epidemia:

"A Secretária Estadual de Saúde, Maria Manuela Alves dos Santos, se esquivou ontem de admitir que o Grande Rio enfrenta uma epidemia de dengue hemorrágica, apesar dos 105 casos registrados, todos em dezembro, e do aumento das internações de pacientes com suspeita da doença, na semana passada." (O Globo, 06/01/1991)

"O Secretário Municipal de Saúde, Pedro Valente, negou que os casos de dengue registrados na primeira quinzena de janeiro tenham duplicado. Afirmou que os 4163 casos desse período foram apenas notificados, mas não confirmados. Valente acredita que os sintomas do dengue do tipo I podem ter sido confundidos com os de enxaqueca e de rubéola." (O Dia, 25/01/1991)

As informações sobre o recrudesimento da epidemia e o surgimento de casos de dengue hemorrágica aliados à ausência de medidas efetivas de controle implicou na mobilização de profissionais de saúde (serviços e academia) e da opinião pública. Assim, não foi por iniciativa das autoridades sanitárias que as informações vieram a público. Na época, um pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz, em entrevista à imprensa, chamou a atenção para o fato de que quem primeiro "levantou a lebre" foi a população:

"Se pegarmos o material publicado pela imprensa na época, veremos que quem diagnosticou [a] epidemia foi o movimento comunitário da Baixada [Fluminense] e não a vigilância epidemiológica do Estado. Quem mostrou que as crianças não estavam indo à aula, que o pessoal não conseguia sair para trabalhar, que havia uma doença estranha, foi a população. Não foi o sistema de vigilância epidemiológica, como ocorre em qualquer país onde ela é estruturada. E isso é lamentável." (entrevista do pesquisador Rivaldo Venâncio do

Departamento de Medicina Tropical da FIOCRUZ e ex-Coordenador da Campanha Estadual Contra a Dengue - O Globo, 06/12/1990)

Assim, no início, as informações sobre a iminente epidemia - que já deveriam estar amplamente difundidas nos meios de comunicação de massa - circulavam de forma restrita através de redes formais e informais de relações entre profissionais e usuários dos serviços de saúde que estavam atentos para o aumento de casos de dengue hemorrágica com a chegada do verão e começaram a se articular. Essa rede alcançava os fóruns locais de discussões sobre saúde (grupos de apoio, oficinas, comissões locais de saúde).

4.2. A emergência da mobilização social: o movimento "Se Liga Leopoldina" e seus desdobramentos

No período de eclosão da epidemia de dengue, estavam em pleno funcionamento na Fiocruz as Oficinas de Educação Popular, Saúde e Participação Popular, que haviam sido criadas em 1989 como desdobramento dos trabalhos da equipe do Núcleo de Educação, Saúde e Cidadania na Escola Nacional de Saúde Pública (NEESC/ENSP).⁴

Na mesma época, também encontrava-se em funcionamento na região, a Comissão Executiva de Saúde da Área de Planejamento 3.1(CEAP) e do Grupo Executivo Local (GEL), que eram espaços institucionalizados de caráter consultivo, reconhecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, onde se discutiam os problemas de saúde nas regiões da Leopoldina e Ilha do Gover-

⁴ . Como já descrevemos no Capítulo 2, essas Oficinas foram criadas a partir de solicitações de assessoria por parte de organizações populares da região da Leopoldina. Eram compostas por profissionais de saúde (academia e serviços), profissionais de educação e de representantes de organizações populares. Inicialmente, as Oficinas foram constituídas para a capacitação dos representantes populares mas, com o tempo, percebeu-se que os profissionais também demandavam informações sobre as experiências de vida da população. As oficinas passaram, então, a se constituir num espaço de capacitação mútua e simultânea dos profissionais e representantes da população. (Valla et al., 1993)

nador. Participavam dessas reuniões profissionais de saúde da rede de serviços locais e representantes de entidades da sociedade civil organizada.

Na região da Penha, localizada na área da Leopoldina, somente em um dia (29 de novembro de 1990) foram notificados 100 casos da doença, sendo confirmado pelo menos um caso de dengue hemorrágico na Vila Proletária da Penha, localizada no Complexo de Favelas da Penha. (Se Liga no SINAL, junho/1991)

Não tardou para que a epidemia de dengue entrasse na pauta de discussões das oficinas. Na penúltima oficina, em outubro de 1990, já próximo à chegada do verão, ao mesmo tempo que a população vivia a experiência da doença, a informação da iminência de uma epidemia de dengue hemorrágica chegava à oficina através de relatos de profissionais dos serviços locais de saúde. As discussões giraram em torno do fato das autoridades sanitárias não divulgarem as informações sobre os casos de dengue hemorrágico, apesar do vírus do tipo II já ter sido isolado desde abril de 1990. Uma das razões apontadas para explicar o fato das autoridades sanitárias não reconhecerem, publicamente, a existência da epidemia eram as possíveis conseqüências para o turismo: as informações sobre a epidemia de dengue hemorrágica poderia afugentar os turistas esperados na cidade naquele verão, trazendo prejuízos econômicos para o município⁵.

Simultaneamente, os relatos sobre as ameaças da emergente epidemia de dengue passou a fazer parte da pauta de reuniões da CEAP e do GEL.

Da articulação entre os espaços das Oficinas e das reuniões do CEAP e do GEL, surgiu a proposta de se criar um movimento que tivesse o caráter de defesa civil popular, o

“Se Liga Leopoldina”. Duas questões básicas levavam à avaliação de que o debate sobre a epidemia deveria tomar as ruas:

a) o contexto que se apresentava era o de emergência, no qual o sistema de saúde não era capaz de fazer frente à doença de maneira eficaz. A população precisava, então, tomar medidas de defesa contra a proliferação dos mosquitos;

b) as informações divulgadas pelo governo mascaravam a realidade, pois referiam-se apenas ao aconselhamento de medidas individuais para evitar a doença. Era o momento de desconstruir as informações que “culpabilizavam a vítima” (Valla, 1993) e trazia à tona a relação entre condições de vida e saúde e seus determinantes. Assim, o eixo das discussões deveria ser deslocado para a distribuição da verba pública. Ou seja, para o controle público dos recursos produzidos socialmente.

Acreditava-se que o movimento pudesse munir a população com informações sobre a relação entre suas condições de vida e situação de saúde, levando a uma qualificação das reivindicações sociais. A questão central que se colocava era a seguinte:

“O Estado vem se eximindo de suas responsabilidades de provedor de serviços básicos de consumo coletivo, o que tem favorecido o aparecimento de diversas enfermidades que estão se tornando endêmicas. O contexto apresentado atualmente é o da população, tendo cada vez mais que assumir uma defesa civil da vida, quando deveria atuar em caráter de participação social efetiva na definição de políticas sociais, ou seja, apontar os serviços prioritários, sua

⁵. Além da chegada de turistas para o Carnaval, estava programado a realização, no início de janeiro, de outro evento que geralmente trazia muitos turistas de outros estados brasileiros para a cidade do Rio.

distribuição, qualidade e adequação à realidade da população.

O movimento popular não tinha, na sua relação com os órgãos públicos, as informações necessárias sobre os serviços básicos prestados (ou que deveriam ser prestados), informações estas que poderiam subsidiar suas lutas pela aquisição desses serviços em qualidade e de acordo com a sua realidade. No confronto com o Estado torna-se, então, necessária a apropriação de informações pela população (sua "capacitação técnica") para que possa estabelecer uma nova relação com o Estado na luta pela garantia de serviços públicos de qualidade." (Valla et al., 1993: 28)

O que estava por trás dessa questão era o desejo de que a discussão sobre a relação entre as condições de vida e saúde pudesse levar as organizações populares a pressionar, de forma mais qualificada, os governos para que estes aplicassem recursos em áreas prioritárias. O momento da epidemia de dengue tornou-se estratégico para colocar publicamente as conseqüências, para a saúde, da distribuição desigual da verba pública.

O "Se Liga Leopoldina" programou e realizou diversos eventos na região, culminando com dois atos públicos que foram preparados em reuniões semanais com representantes da sociedade civil organizada. Foram produzidos e distribuídos à população diversos folhetos explicativos que enfatizavam a relação entre condições de vida e saúde. Como principal instrumento de socialização do conhecimento foi produzida a cartilha "Se Liga Gente, o Dengue Está Aí". Uma das principais conquistas, apontada por integrantes do movimento, foi conseguida ao se fazer presente em reportagens em jornais de grande circulação.

De um lado, o material informativo produzido e divulgado pelos órgãos centralizados dos serviços de saúde limita-

va-se ao aconselhamento de medidas de comportamento individual adequado à prevenção da doença (tais como acabar com a água parada, não acumular lixo em área peridomiciliar)⁶. De outro, as informações trocadas no nível local, numa aliança entre técnicos e organizações populares, enfatizavam a relação entre as condições de vida e saúde, com especial destaque para as áreas de favelas, onde a disponibilidade de recursos sanitários é precária e muitas vezes inexistente. **O problema central levantado por representantes dos moradores foi exatamente o fato das áreas de favelas não contarem com serviço regular de abastecimento de água e de coleta de lixo.** Em razão desta precariedade os moradores eram obrigados a armazenar água em caixas, barris e latões, e a depositar lixo em terrenos baldios, locais ideais para a proliferação de mosquitos. Daí, buscava-se denunciar a "culpabilização da vítima" presente nas mensagens e reportagens veiculadas pelos meios de comunicação, em que "a falta de consciência da população" e a "não ajuda a combater os focos" eram a constante. Procurava-se, portanto, ampliar a discussão sobre a doença, levantando questões não apontadas pelos governos e que requeriam uma atuação mais permanente: colocava-se a premência do saneamento básico nas áreas de favelas, especialmente o abastecimento de água e a limpeza pública.

Não demorou muito para que a adesão de profissionais dos serviços ao movimento repercutisse nos órgãos centrais de decisão. A direção das instituições de saúde colocaram em pauta o limite entre ser profissional e ser cidadão. Dois profissionais que se aliaram ao movimento foram proibidos por suas instituições de dar entrevista sobre a epidemia de den-

⁶ Os vetores da dengue são mosquitos do gênero *Aedes*. Nas Américas, os vírus do dengue persiste na natureza mediante o ciclo de transmissão homem - *Aedes aegypti* - homem.. A transmissão da doença se dá através da picada dos mosquitos no ciclo homem - *Aedes* - homem. São condições ideais para a reprodução do *Aedes aegypti* a presença de água limpa parada, que geralmente ficam acumuladas em recipientes de plantas, recipientes de lixo lançados céu aberto e outros tipos de depósitos de água. (MS, 1998)

que em curso, o que levou um deles a falar à imprensa no dia de realização de atos públicos, como cidadão participante. As proibições não se restringiram ao setor saúde e a relação com a imprensa: uma profissional da área de educação, professora de uma escola da região, foi proibida de participar das manifestações.

Na avaliação dos organizadores as reuniões preparatórias e os eventos constituíram-se

"em momentos muito importantes de troca, pois os moradores participavam ativamente na elaboração do ato, discutindo, opinando, informando. Deste intercâmbio produziu-se um novo conhecimento, resultante das informações técnicas mais as experiências de vida da população". (Valla et al., 1993 : 24)

A experiência trazida pelo movimento "Se Liga Leopoldina", teve como um de seus desdobramentos uma luta mais ampliada pelo direito à informação. A avaliação de que os órgãos governamentais geralmente dificultam o acesso às informações oficiais e que isso *"dificulta o trabalho de técnicos no desenvolvimento das ações de saúde e não permite a visão dos grupos populares sobre os determinantes de suas condições de vida e trabalho"* (Valla et al. 1993 : 31) levou à discussão da proposta de criação de um Sistema de Informações de Nível Local (SINAL), conforme exposto no Capítulo 3.

No primeiro número do boletim "Se Liga no SINAL", publicado em julho de 1991, como bem coloca seu editorial é apresentada uma

"discussão sobre alguns aspectos importantes na conjuntura nacional como a situação do dengue (que não acabou), da meningite e do cólera que agora, está aí novamente - ameaçando ser mais um dos graves problemas de saúde pública

com que se defronta a população brasileira” (Se Liga no SINAL, julho/1991 : 2)

No mesmo editorial, os leitores são conclamados para a ação.

“É preciso que não fiquemos passivos frente a essa situação e que possamos descobrir juntos formas de enfrentamento coletivo para superá-lo. ‘SE LIGA NO SINAL’ é um caminho aberto nessa direção.” (Se Liga no SINAL, julho/1991 : 2)

Desde o primeiro número do Se Liga no SINAL, a questão do saneamento passou a ter uma presença constante na publicação, trazendo não só dados de estatísticas oficiais, mas também informações levantadas através de entrevistas e de conversas informais com moradores e de outros registros em documentos constantes do Centro de Documentação sobre as Condições de Vida na Leopoldina (CEDVIDA).

A partir da epidemia, foram articulados recursos para realizar pesquisas sobre o saneamento na região Além de produzir reportagens/matérias/artigos para divulgação no Jornal “Se Liga no SINAL”, foram produzidas duas pesquisas voltadas para o assunto (CEPEL, 1992 e Oliveira, 1993). Essas pesquisas foram acumulando informações que analisadas foram sendo divulgadas tanto no “Se Liga no SINAL”, cadernos de assessoria popular e, também, através de artigos em revistas científicas e comunicações em eventos científicos.

4.3. Um olhar para a situação de saneamento básico em favelas da Leopoldina, suas estratégias de sobrevivência e a produção da dengue

Tendo em vista os problemas levantados pelos representantes de entidades populares locais a respeito da relação

entre a precariedade dos serviços de saneamento básico e a emergência da epidemia de dengue e, em função da decisão tomada em seminário local de ter o saneamento como uma das prioridades de investigação, a equipe de pesquisa, da qual passei a fazer parte em 1991, vinha desenvolvendo esforços no sentido de registrar, sistematizar e divulgar informações a respeito do problema.

Assim, desde a nossa chegada no curso de mestrado na ENSP, em 1991, temos nos dedicado a investigação sobre problemas ambientais na Leopoldina, com especial destaque para a situação de saneamento. No entanto, o debruçar sobre o problema nos levou para além de uma avaliação da existência ou não, em quantidade e qualidade, de serviços de saneamento. Passamos a nos dedicar também às experiências de vida da população para fazer frente aos problemas ambientais e sua relação com a situação de saúde.

As informações apresentadas a seguir são fruto desses anos de convivência com grupos populares da região da Leopoldina, articulada com um grupo de pesquisadores do CEPTEL e do Departamento de Endemias da ENSP e também por um curto período em que tivemos a oportunidade de desenvolver atividades de ensino e pesquisa no Núcleo de Estudos Locais de Saúde (ELOS) da ENSP/FIOCRZ.

4.3.1. Vivendo e aprendendo com a falta de água

Procuramos desenvolver um estudo que tivesse como ponto de partida dados disponibilizados pela empresa de saneamento responsável pela administração dos serviços de água e esgoto no município do Rio de Janeiro - CEDAE. Cabe destacar a dificuldade de ter obter informações junto à CEDAE sobre o funcionamento dos serviços de saneamento por ela administra-

do. Em 1992, tentamos ter acesso, através do 5º DAE, ao mapa de manobras da rede de água na região, de forma a analisar a distribuição dos serviços através de critérios da engenharia sanitária. Após percorrer todos os trâmites burocráticos da empresa para formalizar o pedido de dados, obtivemos apenas um mapa de manobras da rede referente ao ano de 1972, com algumas anotações a lápis, que se referiam a uma tentativa de acrescentar outras informações mais atualizadas. Segundo o "chefe" do distrito, aquele era o mapa que estava disponível. Com o tempo fomos aprendendo que a dificuldade de obter informações junto à empresa e também de prestar esclarecimentos sobre os serviços era uma reclamação geral. Por diversas vezes, membros de entidades populares locais apontaram que o órgão mais difícil para se conversar/dialogar era a CEDAE. Dificilmente, os funcionários e/ou autoridades da CEDAE cumpriam o compromisso de participar das reuniões promovidas pelas comunidades para discutir os problemas de sua responsabilidade.

Observando dados disponíveis sobre a cobertura domiciliar dos serviços de água na região da Leopoldina, verifica-se valores bastante elevados. Segundo dados do Censo do IBGE, em 1991, em pleno pico da epidemia de dengue no município do Rio, a região da Leopoldina tinha 95,8% dos domicílios particulares permanentes com canalização interna ligados à rede geral de água. Situação semelhante pode ser verificada quando observamos os dados referentes aos bairros que compõem a região. Tais números estão bastante próximos àqueles observados no município do Rio como um todo. (Tabela 7 - Apêndice 2)

Até mesmo na imprensa escrita, a região da Leopoldina é apresentada como a maior consumidora de água da cidade.

"os bairros que mais gastam água na cidade são os da região da Leopoldina. Ali os moradores consomem cerca de 450 litros de água por dia, quando a média estipulada pela OMS (Organização Mundial da Saúde) é de 250 litros por habitante. Em outros bairros do Rio a média diária é de 350 litros por dia." (Jornal do Brasil, 21 de abril de 1995).

A informação divulgada na imprensa esconde dados importantes que permitem avaliar o porque da região da Leopoldina ter consumo de água tão elevado. Omite-se que na região encontram-se localizadas grandes consumidores de água que são indústrias de bebidas e a Refinaria de Manguinhos, que estão entre os maiores consumidores de água no município. Omite-se, ainda, dados sobre perdas ocorridas no sistema ocasionadas pela precariedade da manutenção da rede de abastecimento.

Quando observamos dados disponíveis sobre a situação do abastecimento de água em favelas da região da Leopoldina, podemos verificar uma situação bastante precária, ao contrário do quadro geral apontado pelos dados estatísticos. Somente 15,94% das comunidades que compõem a região contam com serviços de água oficial no total dos domicílios (rede total oficial). Na maioria das comunidades (40,58%) a rede de água oficial só atende parte dos domicílios. Uma parcela importante ainda não conta com rede oficial de abastecimento. (Ver tabela 8 e gráfico 5)

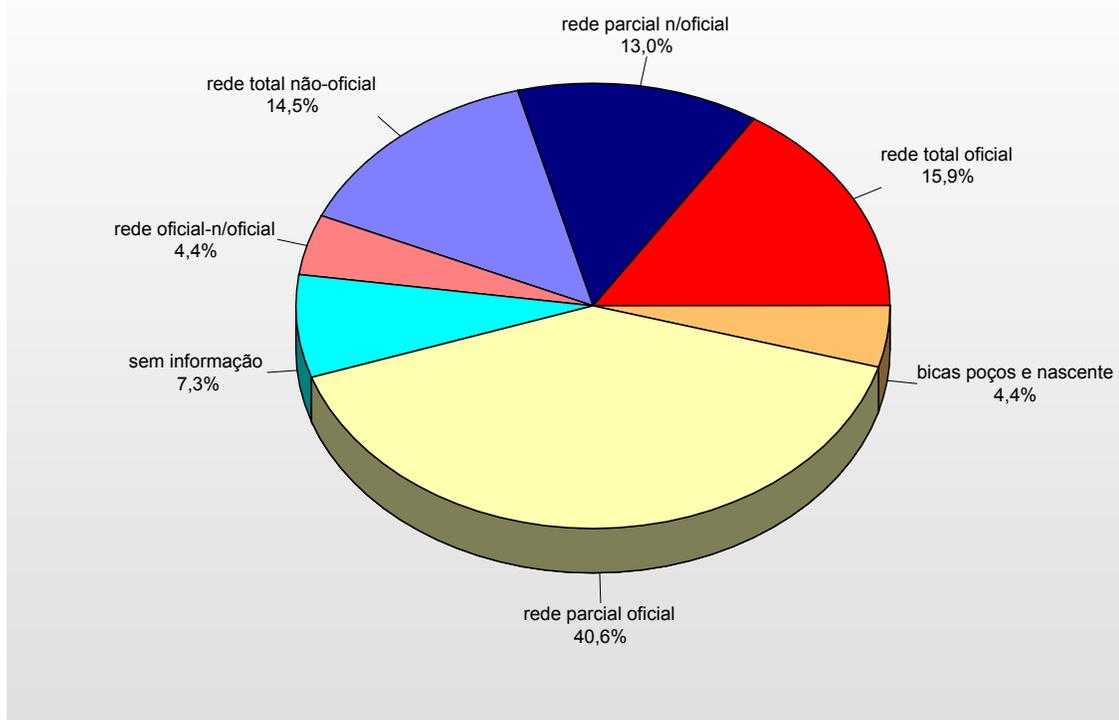
Tabela 8 – Situação do serviço de abastecimento de água nas favelas da região da Leopoldina, município do Rio de Janeiro, em 1991 – segundo classificação do IPLANRIO.

Situação	nº de favelas	%
rede total oficial	11	15,94
rede parcial oficial	28	40,58
parte oficial/parte não oficial	3	4,35
rede parcial não-oficial	9	13,04
rede total não-oficial	10	14,49
bicas poços e nascentes	3	4,35

sem informação	5	7,25
Total	69	100,00

Gráfico 5:

Situação do serviço de abastecimento de água nas favelas da região da Leopoldina, município do Rio de Janeiro, em 1991, segundo classificação do IPLANRIO.



Ao observar os dados sobre o abastecimento de água nas favelas localizadas na XI Região Administrativa verifica-se que, entre os anos de 1981 e 1991, houve alguma melhoria dos subsistemas de água nas áreas de favelas da região. No entanto a situação ainda é bastante precária (Quadro 9- Apêndice 1). Em 1981 a grande maioria das comunidades da XI Região Administrativa não contava com sistema oficial de abastecimento de água: as redes eram "clandestinas", implantadas pelos próprios moradores e, outras comunidades se serviam de bicas públicas. Em 1991, somente as comunidades de Vila Pro-

letário da Penha, Parque Proletário do Grotão e Vila Cruzeiro contavam com rede oficial na total dos domicílios das comunidades. Através de visitas a essas comunidades e conversas com moradores verificamos que a frequência de abastecimento está muito aquém da necessidade dos moradores. Nestas comunidades, no período de verão o abastecimento de água chega a ficar interrompido por até 15 dias, geralmente por problemas de manutenção nas bombas que jogam água para os reservatórios localizados nos pontos mais altos do morro.

Observamos que mesmo aquelas comunidades que constam do Cadastro de Favelas com rede de abastecimento na totalidade dos domicílios da comunidade não têm atendimento satisfatório. A frequência de abastecimento é muito baixa e a qualidade do material que compõe parte da rede ainda é a mesma implantada por moradores através de ligações "clandestinas". Grande parte dos domicílios não dispõem de reservatório domiciliar adequado, ou pela precariedade da habitação e/ou pela dificuldade do morador em adquirir o produto devido o seu preço elevado. Assim, a baixa frequência no abastecimento obriga os moradores a depositar água em diversos vasilhames no interior e no entorno da casa. Constata-se que algumas famílias mais antigas, que são mais estruturadas e tem uma renda familiar melhor, constróem reservatórios enterrados (cisternas) enormes e instalam bombas hidráulicas que alimentam um reservatório elevado no domicílio: desta forma garantem água para a semana toda. Estas famílias, geralmente socorrem os moradores que tem problemas mais sérios de abastecimento de água.

A situação de falta de regularidade no abastecimento de água, além de limitar as atividades de higiene pessoal e do domicílio, potencializa a manutenção de criadouros para o mosquito vetor da dengue e expõe ao sério risco de contaminação da água.

Um bom exemplo é situação descrita por uma moradora da Vila Proletária da Penha:

"Na minha casa tem cisterna e duas caixas de 1.000 litros em cima. Isso dá para segurar a semana toda. Nas casas que não têm cisterna, tem que guardar água em vasilhas: aí, o pessoal fica sem água e tem que carregar. Carregam de outras ruas mais embaixo; pegam água de outra pessoas que tem cisterna e tem menor número de família e filhos. Se não, tem que por a lata d'água na cabeça e carregar água."(Moradora do Complexo de Favelas da Penha/ Vila Proletário da Penha)

Outro problema, observado com frequência, são os vazamentos que ocorrem nas tubulações da rede de água, devido a baixa qualidade do material e a precariedade e/ou inexistência de manutenção. Este fato, contribui, também, para a criação de depósitos de água parada no chão. Além disso, a dinâmica do sistema hidráulico de uma rede onde o abastecimento não é permanente, e encontra-se com constantes vazamentos, pode favorecer a contaminação da água distribuída: o movimento de entrada e saída da água na rede que já encontra-se danificada, com tubulação entrando em contato com solo que recebe esgoto e outros tipos de dejetos, pode contaminar a água no movimento de ida e volta da água no sistema, por diferença de pressão.

Cabe ainda ressaltar que nas favelas, principalmente naquelas localizadas em áreas de encosta, que são consideradas como tendo abastecimento pela rede oficial (total ou parcial), a administração dos serviços não é efetuada diretamente pela CEDAE. A manobra da rede interna das comunidades para a distribuição de água nos domicílios é efetuada pelas Associações de Moradores (AM's). A AM contrata o "manobreiro", geralmente um morador local, para efetuar esse serviço.

Nas favelas localizadas em encostas, principalmente nos grandes complexos de favelas⁷, a solução técnica disponibilizada pela CEDAE foi a construção de reservatórios elevados que recebem água através de elevatórias localizadas na área plana de um bairro próximo. Esses reservatórios, geralmente atende um grupo de comunidades, com duas ou mais localidades, e deste reservatório a água é distribuída em dias diferentes para cada uma.

Vejamos abaixo alguns pontos sobre a situação do abastecimento de água de um grupo de comunidades localizadas no Complexo de Favelas da Penha, descrita no estudo preliminar, realizado em 1994, pela Prefeitura Municipal para o Programa Favela-Bairro:

- Um reservatório de água localizado entre os morros da Chatuba e do Sereno, acima da pedreira mais alta do Morro da Fé, possui a função de abastecer 5 comunidades (Caracol, Grotão, Sereno, Paz e Morro da Fé). Cada uma delas recebe água, durante 12 horas, de 3 em 3 dias. Um "manobreiro" sobe até o local de manobra próximo ao reservatório, de 3 em 3 dias, para comandar a operação de distribuição para as comunidades alternadamente.
- Durante o verão a falta de água é bastante frequente. Os moradores que não possuem caixa d'água em casa, são obrigados a descer até a horta (terreno da Light) para buscar água ou, mesmo lavar roupas em alguns tanques dispostos no local. Os moradores declaram através da Associação de Moradores que, apesar do reservatório ter sido construído pela CEDAE, não irão

⁷ . Encontra-se localizados na região da Leopoldina, três dos maiores complexos de favelas do município do Rio: o Complexo da Maré, o Complexo do Alemão e o Complexo da Penha (IPLANRIO, 1993).

pagar água enquanto não possuírem reservatório próprio para cada comunidade.

- Embora exista tubulação na parte alta da comunidade, muitas casas ficam sem água por que não tem pressão suficiente para alcançar essas áreas.

Outro exemplo encontra-se no Complexo do Alemão e é assim descrito em reportagem na imprensa escrita:

"A tarefa é árdua. A Presidente da (favela) Joaquim Queiroz, administra a distribuição de água para todas as comunidades da seguinte forma: às quartas e domingos, por 3 a 4 horas em cada dia. Já no Alemão o abastecimento é feito nos outros dias. (...) Para manter o sistema funcionando, um manobreiro é pago pela Associação da Joaquim Queiroz, além de toda a manutenção, através de pequenos pagamentos feitos pela comunidade." (Informação de moradores do Complexo de Favelas do Alemão ao Jornal O Globo-encarte Leopoldina.)

Uma situação bastante comum é a compra de material para a manutenção da rede. Pequenos registros, trechos de rede e outros equipamentos de pequeno porte acabam sendo comprados através de "vaquinhas" realizadas entre moradores.

Moradores do Morro do Adeus, comunidade localizada no Complexo do Alemão, reunidos em seminário local em 1995, apontavam que a rede oficial de abastecimento de água só abastece parte da comunidade, a frequência é muito baixa e o reservatório que foi construído é insuficiente para atendê-los. Relataram, ainda que falta manutenção da rede de água por parte da empresa de saneamento. A operação da rede interna era efetuada por um manobreiro remunerado por moradores que se cotizavam. Ali, nem o convênio entre CEDAE e associação de moradores que repassa dinheiro para pagar o manobreiro acontece. Além disso quando necessitam de peças para fazer repa-

ros na rede, são os próprios moradores que compram o material.⁸

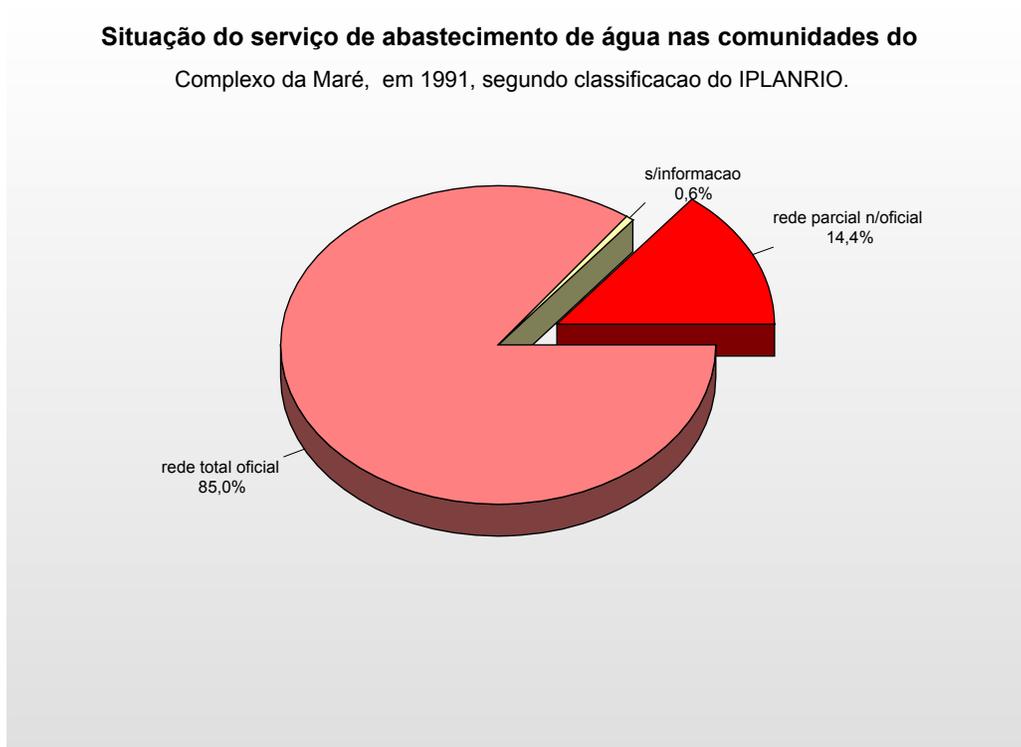
Deve ser ressaltado que a situação de abastecimento de água não é a mesma para todas as favelas da Leopoldina. Verifica-se por exemplo que, em 1991, na área do Complexo de Favelas da Maré, o problema de abastecimento de água era muito menos grave que nas localidades da XI Região Administrativa; ali geralmente o abastecimento é efetuado durante 24 por dias através de uma sub-adutora construída para atender a área da Maré (CEDAE, 1982). Em 1991, cerca de 85% dos moradores já contavam com rede oficial de abastecimento na totalidade dos domicílio (Gráfico 6). Mesmo aquelas favelas que não tinham rede oficial na totalidade das casas, dificilmente tinham problema de abastecimento: através de ligações "clandestinas" nas redes oficiais de comunidades próximas, garantiam abastecimento regular. Isso só foi possível, porque a área da Maré é bastante plana e houve um projeto de urbanização que garantiu investimento importante em saneamento desde o início da década de 80 (CEDAE, 1982). É comum encontrar casas em algumas comunidades da Maré que não têm caixa d'água no domicílio ou que tenham disponíveis pequenos reservatórios elevados: como a água entra 24 horas por dia não é preciso reservar água (Marques, 1996).⁹

No Complexo da Maré as reclamações em relação ao abastecimento raramente acontecem. As que aparecem, geralmente estão relacionadas a existência de vazamentos de água devido a precária manutenção da rede.

⁸. Ver Relatório do I Seminário do Morro do Adeus "Comunidade suas lutas e desilusões, seus problemas e soluções, que encontra-se arquivado no Centro de Documentação no CEPEL. Ver também matérias do Se Liga no SINAL, n° 20 e n° 26.

⁹. Em 1998, após a construção de dois conjuntos habitacionais na área da Maré, o consumo de água aumentou muito e durante o verão já ouvimos reclamações de falta de água em algumas comunidades durante algumas horas do dia.

Gráfico 6



Observa-se que em comunidades localizadas em áreas planas a frequência de abastecimento depende muito da localização em relação ao sistema de água oficial. Se a comunidade estiver localizada na ponta do sistema de água, a pressão é muito baixa e a regularidade do abastecimento é insuficiente. Já aquelas comunidades que não estão localizadas em ponta de rede a frequência de abastecimento é bem melhor. Nas áreas planas, não necessariamente existe o serviços de manobra efetuado pelos moradores, pois a a situação do terreno não exige operação manual do sistema. De uma forma geral, a situação do abastecimento de água é mais precária em comunidades de ponta de rede e de áreas de encostas. No verão, quando o consumo de água da cidade aumenta, agrava-se a situação da população que encontra-se na parte mais frágil do sistema de abastecimento.

A falta de água também é uma constante, principalmente no verão, em conjuntos habitacionais populares localizados nas áreas de cotas mais elevadas como aqueles dos bairros de Cordovil e Braz de Pina. Lembramos que são áreas em que foi instalada toda a infra-estrutura de saneamento quando da construção dos conjuntos e mesmo assim a população desses locais ainda sofre com a baixa frequência de abastecimento de água.

Nas comunidades da Leopoldina, tanto as localizadas em favelas como em conjuntos habitacionais populares, que tem disponibilizada rede oficial (total ou parcial) e fazem parte do cadastro de favela da CEDAE, os moradores efetuam o pagamento de uma taxa mínima de consumo referente a 15 metros cúbicos por quarto existente no domicílio. O pagamento deve ser feito no banco, sem atraso, não importando se na comunidade chega água uma ou sete vezes por semana.¹⁰

Diante da situação de precariedade/insuficiência dos serviços, os moradores são obrigados a lançar mão de estratégias de sobrevivência que também levam a outras situações de riscos para a proliferação de doenças. À primeira vista seria fácil afirmar que os moradores criam situações de riscos porque não tem informações. No entanto, observamos que as soluções que criam muitas vezes são as únicas possíveis diante da realidade. Trata-se, portanto, de *escolhas possíveis dentro de um campo de possibilidades limitado pela precariedade dos serviços.*

¹⁰ . *Um dos poucos locais onde existe rede oficial de água e não existe nenhum tipo de pagamento é no Complexo da Maré. Ali todas as favelas, exceto os Conjuntos Habitacionais não efetuam pagamento da água consumida.*

Algumas "falas" de moradores em áreas distintas da região da Leopoldina estão transcritas abaixo e podem nos ajudar a entender essa situação.¹¹

"Somos obrigados a encher bacias e reservatórios de água até para podermos tomar banho e fazer comida. No verão piora, inclusive com o risco da dengue, já que os reservatórios são justamente o habitat preferido dos mosquitos. Temos que arriscar, porque não podemos ficar sem água, ainda mais quem tem criança."

"A gente vai guardando água em qualquer depósito e os mosquitos vão proliferando."

"Muitas doenças são inevitáveis, num lugar onde moram cerca de 80 famílias que não recebem água."

"Não temos outro remédio, temos que encher tudo que encontramos pela frente, para as necessidades urgentes. Deixamos tudo tampado, mas se houver outro surto de dengue, aqui, do jeito que as coisas estão, este será um dos lugares mais atingidos."

"Não é uma questão de estarmos no verão e consumirmos mais água. O problema é que até para a alimentação e higiene pessoal estamos enfrentando muitas dificuldades. Minha irmã por exemplo, teve nenê recentemente e precisa de cuidados especiais, com higiene redobrada."

"É uma coisa muito chata. As pessoas queriam ter suas casas direitinho, arrumadinha e ficam muito chateadas porque não podem ter. Principalmente com as crianças que ficam sem tomar banho neste calor. As crianças sofrem muito. As pessoas têm preocupação com a saúde mas, infelizmente, não têm como resolver. Você pode querer por uma verdura de molho, por exemplo, mas não dá."

"Alguém tem que tomar alguma providência o mais rápido possível. Não podemos ficar esperando por melhorias que

¹¹ . Optamos por não identificar os moradores e as comunidades por que algumas "falas" foram coletadas através de conversas informais. Como veremos adiante, o receio de identificar os "informantes" está rela-

nunca chegam. Corremos o risco de epidemia. Com esse problema de cólera, nosso trabalho de conscientização da população não tem qualquer valor. (...) A saúde dos moradores está em jogo."

"Não dá para manter tudo limpo como a médica mandou; existem muitos mosquitos e ratos. Moramos na beira do rio e não temos água."

Em alguns eventos locais e encontros informais com moradores tivemos a oportunidade de expor os "achados" de nossos estudos, apontando para a necessidade de reivindicar água 24 horas por dia nas comunidades com administração direta pela CEDAE, como um direito de saúde e de cidadania. Na nossa interpretação, os problemas de saúde relacionados a situação de saneamento só poderiam ser resolvidos na medida que a população passasse a pressionar o estado para que aplicasse recursos nessas áreas.

A cada vez que tínhamos a oportunidade de falar do assunto, apontávamos essa solução. E em muitas oportunidades tivemos o silêncio como resposta. Em alguns eventos alguns moradores mais "autorizados" diziam "não fala isso, doutora".

Com o tempo alguns moradores começaram a levantar alguns problemas fazendo os seguintes questionamentos:

- Será que se a CEDAE passasse a fazer a administração local do abastecimento de água, a tarifa não iri aumentar?
- Será que se a CEDAE passasse a fazer a administração direta, sem mudar a situação da rede local, poderíamos continuar a interferir na busca de soluções possíveis para os problemas no sistema local?

cionado ao fato da operação da rede local de abastecimento de água ser controlado pelas associações de moradores que são, em parte influenciadas por grupos locais de narcotraficantes.

Com o avanço do controle das Associações de Moradores pelos grupos locais de narcotraficantes, essa situação se agrava ainda mais. Em conversas informais com pessoas com que mantivemos relações mais próximas, um outro obstáculo foi considerado - e talvez justifique tanto silêncio nas reuniões públicas:

- Já que os "donos da área" é quem acabam decidindo sobre a forma de distribuir a água, e tem na operação da rede mais um instrumento de poder sobre os moradores das comunidades, será que a pressão política sobre a CEDAE não oferece riscos?

Para se ter uma idéia do grau de interferência de grupos locais do narcotráfico na rotina do abastecimento de água em algumas favelas, reproduzimos abaixo um diálogo que tivemos, em um encontro casual, no ano de 1998, com uma moradora de umas das comunidades da área da Penha:

- *Da. A.: Sabe que a água lá na comunidade agora está boa?*
- *Pesq.R.: Que bom! Fizeram obras?*
- *Da. A.: Não. É que o menino que está lá agora distribui a água direitinho para os dois lados da comunidade. Assim a gente sabe melhor quando a água vem e pode prever o gasto.*

Uma outra opinião comum entre os moradores era a de que não se considerava importante ter uma administração direta pela CEDAE. Argumentava-se que, diante do tratamento que recebem dos funcionários da empresa, entregar a operação local do sistema para a empresa pode significar ficar sem água de vez. A experiência de pouco diálogo com a empresa pode ser um indicativo de que ela não está preocupada com os pobres.

É comum, também, os moradores argumentarem que não necessariamente deva haver distribuição de água para os domicílios durante 24 horas. Apontam que se tiverem garantida a entrada de água no domicílio durante duas a três vezes por semana já está bom: já se pode saber com mais segurança quando a água vai entrar e já dá para se prevenir. Esse argumento geralmente é utilizado por moradores que contam com um bom sistema de reservação no domicílio.

4.3.2. O lixo nosso de cada dia

Situação semelhante ao que ocorre com os serviços de abastecimento de água, acontece com os serviços de limpeza pública, tanto no que se refere à coleta domiciliar como à limpeza das vias públicas.

Na tabela 9 (Apêndice 2) observa-se que em 1991, a região da Leopoldina tinha 86,7% dos domicílios com coleta de lixo efetuado diretamente pela empresa municipal - COMLURB. Nos dados referentes aos bairros da região, verifica-se uma situação bastante homogênea com números semelhantes àqueles verificado na região como um todo. As maiores coberturas são verificadas nos bairros de Braz de Pina, Jardim América, Olaria e Parada de Lucas. Observa-se percentuais de cobertura de coleta bastante elevados. No entanto, verifica-se que em termos absolutos a ausência de coleta alcança cerca de 21.000 domicílios, que é um número equivalente ao número total de domicílios e número de habitantes de muitos municípios brasileiros.

No gráfico 7 e na tabela 10, observa-se a avaliação dos serviços de coleta domiciliar de lixo em favelas da região da Leopoldina, efetuada pelo Cadastro de Favelas da Prefeitura Municipal do Rio, em 1991. Verificamos que, em 1991,

mais de 45% das comunidades não contavam com nenhum tipo de coleta de lixo; mais de 45% contavam com coleta efetuada pela empresa municipal de limpeza pública -a COMLURB. No entanto, em mais da metade das comunidades (27,54%) o serviço era considerado insuficiente.

GRÁFICO 7:

Situação do serviço de coleta domiciliar de lixo nas favelas da região da Leopoldina, município do Rio de Janeiro, em 1991, segundo classificação do IPLANRIO.

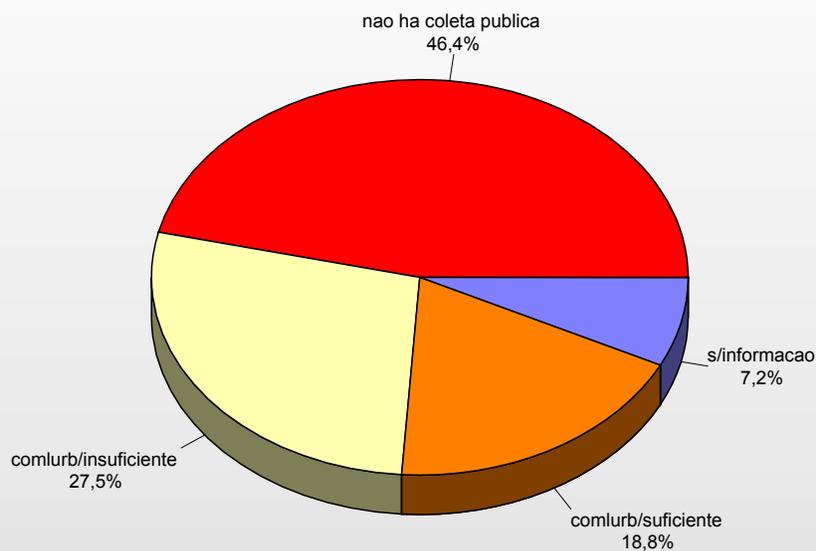


Tabela 10: Situação do serviço de coleta domiciliar de lixo nas favelas da região da Leopoldina, município do Rio de Janeiro, em 1991 – segundo classificação do IPLANRIO.

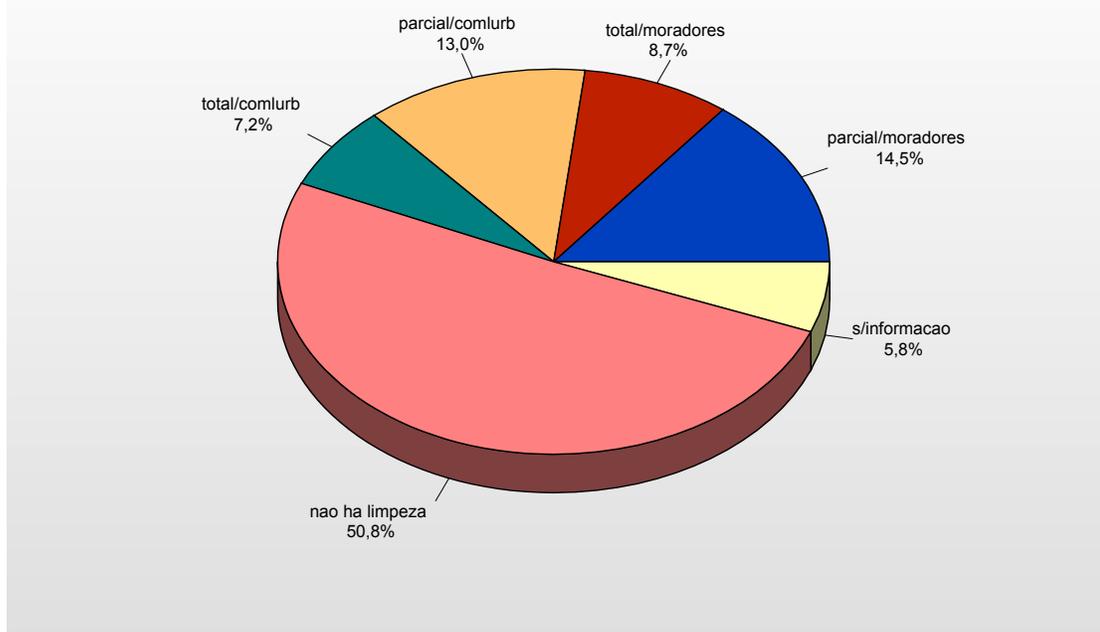
Situação da coleta	nº de favelas	%
comlurb/suficiente	13	18,84
comlurb/insuficiente	19	27,54
não há coleta pública	32	46,38
sem informação	5	7,25
total	69	100,00

No gráfico 8 e na tabela 11, observa-se que somente 7% das comunidades contavam com serviço de limpeza das ruas. Grande parte desse serviço é executado pelos próprios moradores.

Gráfico 8:

Tabela 11: Situação do serviço de limpeza pública (vias públicas) nas favelas da

Situação do serviços de limpeza de vias públicas nas favelas da região da Leopoldina, município do Rio de Janeiro, em 1991, segundo classificação do IPLANRIO.



região da Leopoldina, em 1991, segundo classificação do IPLANRIO –1991.

situação	número de favelas	%
total/comlurb	5	7,25
parcial/comlurb	9	13,04
total/moradores	6	8,70
parcial/moradores	10	14,49
não tem limpeza	35	50,72
sem informação	4	5,80
total	69	100,00

Observando informações referentes as favelas da XI RA, verifica-se que a situação dos serviços de limpeza pública (coleta domiciliar de lixo e limpeza de ruas) oferecidos pela COMLURB entre os anos de 1981 e 1991: em dez anos muito pouco foi modificado em termos de atendimento pela COMLURB. (Quadro 10 - Apêndice 1)

As informações apresentadas nas figuras e tabelas acima, por si só, são suficientes para atestar a situação de precariedade dos serviços de limpeza pública nas favelas da região da Leopoldina. No entanto, deve-se ressaltar que mesmo naquelas localidades onde a coleta de lixo é efetuada em condições técnicas ideais - 3 dias alternados na semana, que é o que ocorre nas áreas mais bem servidas por esses serviços, não se pode afirmar que haja uma situação adequada de proteção sanitária. As reclamações dos moradores referem-se, principalmente à falta de regularidade no horário de coleta, fazendo com que muitas vezes o lixo fique exposto nas ruas durante horas, e muitas vezes, podendo ser espalhado por animais.

Outro agravante ocorre com as famílias que moram em casas muito pequenas: não dispoem de local no seu interior para armazenar o lixo nos dias em que não há coleta. Assim,

muitos moradores se vêm obrigados a afastar o lixo de suas residências e depositá-los em pontos estratégicos das comunidades, como terrenos baldios ou nas margens de valas e rios.

É muito comum observarmos, mesmo em comunidades em que a coleta é efetuada de 3 em 3 dias, lixo amontoado em diversos pontos da localidade. Em algumas comunidades a solução encontrada foi a colocação de colocar caçambas em pontos estratégicos para que o lixo seja depositado, tanto nos dias de coleta como nos demais. Ocorre que, o volume das caçambas, geralmente, é bem menor que o volume produzido nas comunidades e parte do lixo que foi acondicionado nos domicílios é depositado do lado de fora das caçambas. Assim, o fato de não haver serviço de coleta domiciliar, ou não ter frequência regular ou horário determinado para a coletar o lixo, provoca a formação de verdadeiros lixões em determinados pontos das comunidades.

Um episódio que ajuda a entender essa situação foi vivido por mim quando fui convidados por um grupo de jovens da Igreja Católica, para que colaborássemos em evento sobre a questão do lixo em uma das comunidades da Maré. Os jovens solicitaram um palestra sobre os problemas ocasionados pelo lixo. Relataram que os moradores do recém criado/ocupado Conjunto Habitacional "Salsa e Merengue", estavam jogando lixo em alguns pontos da comunidade e o faziam porque não tinham "educação". A maioria da população que veio morar no Conjunto Habitacional era procedente de áreas de risco, especialmente população que ocupava áreas embaixo de viadutos da cidade.¹² Na avaliação dos jovens, os novos moradores necessitavam ser "conscientizados" a respeito do acondicionamento adequado do lixo doméstico e sobre as conseqüências de estarem lançando

¹² . *Através do Programa "Morar sem Risco" de Secretaria Municipal de Habitação, na década de 90 foram transferidas diversas famílias que ocupavam áreas de risco na cidade. Muitas dessas famílias foram realocadas em conjuntos habitacionais construídos no complexo da Maré.*

lixo em terreno baldios. Acreditavam que o repasse de informações sobre as conseqüências do lançamento do lixo para a saúde e o meio ambiente, poderiam convencer os moradores do CH a não mais depositarem o lixo "inadequadamente".

Sugeri, então, que antes da palestra, realizássemos visitas aos moradores e buscássemos verificar/ouvir suas versões. Foram efetuadas visitas e pode se perceber uma outra realidade. Foram encontrados diferentes relatos de moradores, que ajudaram a visualizar outra situação:

- o caminhão de coleta estava passando três vezes por semana na comunidade, mas as casas são muito pequenas para o número de pessoas que abrigam e não dá para ficar com o lixo dentro de casa, enquanto o caminhão não passa;

- apesar de o caminhão passar de 3 em 3 dias não tem horário certo. Muitos moradores tem que sair para o trabalho e não podem ficar esperando o horário da coleta para por o lixo na calçada;

- na parte interna do CH, composto por pequenas vilas com ruas sem saída o caminhão não entra, assim os moradores tem que colocar o lixo nas esquinas com as ruas principais, que é onde o caminhão passa. Acontece que nessas esquinas também existem casas e os seus moradores reclamam do longo tempo que o lixo fica ali exposto. Isso se agrava porque nem sempre o caminhão passa no horário marcado. Assim, aqueles moradores das vilas que colocam o lixo nas esquinas de outros moradores ficam constrangidos de colocar "seus restos" na frente da casa do outro e acabam procurando outros locais.

As figuras 2 e 3 (Apêndice 2), ilustram as situações descritas acima podemos observar fotos na comunidade do Salsa e Merengue no ano de 1997.

De posse dessas informações, os jovens convocaram uma reunião com moradores para discutir o problema. Para esse encontro os jovens organizaram um peça de teatro com diversas *sketchs* que levantavam o problema, que foi apresentada antes da reunião. Aberto o debate, alguns moradores afirmavam que as pessoas que depositavam o lixo "fora de hora" e "fora de local" adequado" eram "porcas" e "sem educação" e que precisavam aprender os problemas que o lixo pode causar. Na medida que o debate foi se desenrolando fomos relatando a situação encontrada durante as visitas e a maioria acabou concordando que não bastava fazer trabalho de "conscientização", era necessário ajudar a resolver o problema, procurando a COMLURB e a Associação de Moradores.

Foi organizada uma comissão, formada por voluntários durante a reunião, para conversar com a COMLURB. Em visita à empresa, o gerente do núcleo da COMLURB no Complexo da Maré passou as seguintes informações:

- são retirados diariamente de 3000 a 7000 quilos de lixo por cada viagem em cada comunidade da Maré
- o caminhão estaria fazendo coleta de lixo na Maré todos os dias da semana, mas não tinha horário certo para passar, nem uma rota pré-determinada.
- o tempo de percurso do caminhão de coleta não tem nenhum controle: se o serviço for rápido, o lixeiro faz mais viagens, se for mais lento, faz menos. Independente do número de viagens e de ter terminado de cobrir ou não todas comunidades o caminhão pára às quatro horas da tarde.
- foram solicitadas 500 caçambas para atender toda a área da Maré, mas só chegaram 120;

- o gerente acredita que tem que ser realizado um trabalho com os moradores para educá-los para a colocação do lixo dentro das caçambas. Esse trabalho de conscientização deve ser feito pelas "lideranças locais". Considera exemplar um trabalho feito na Nova Holanda por um vereador que contratou 30 garotos para fazer distribuição de material educativo sobre o lixo.

Parte da comissão procurou também a Associação de Moradores da Vila Pinheiro e relatou a situação. O diretor da AM afirmou que:

- o caminhão está passando no conjunto "Salsa e Merengue" há dois meses;
- o povo é que é mal educado. O jovens estavam defendendo um povo que não tem educação;
- tem que conscientizar o povo para colocar o lixo dentro das caçambas;
- os moradores não podem reclamar porque o gerente da COMLURB está fazendo de tudo para resolver o problema;
- é melhor que o grupo de jovens não se intrometessem nesse assunto, porque a associação de moradores já estava resolvendo o problema com a COMLURB.

Em conversa informal com alguns moradores da Maré, que já haviam reclamado no núcleo da COMLURB do problema da frequência e do horário da coleta, fomos informados que "o técnico [da empresa] tem tido problemas com a 'bandidagem'".

Diante de tal situação o grupo de jovens avaliou que deveria abandonar as atividades do grupo que visavam resolver o problema do lixo, priorizando outras atividades, como aquelas voltadas para a área cultural.

Mais recentemente, observa-se que em muitas comunidades da Leopoldina os serviços de varrição de ruas é efetuada através do Programa do Gari Comunitário. Este programa coordenado pela COMLURB contrata, através de repasse de verba para as associações de moradores, pessoas moradoras das comunidades para efetuar a varrição de rua e outros serviços ligados à limpeza pública nas comunidades.

CAPÍTULO V

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM SAÚDE:
REPENSANDO ABRELAÇÃO ENTRE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E A
EXPERIÊNCIA DOS GRUPOS POPULARES.

Pouco tempo após o pico da epidemia e da mobilização popular que a acompanhou, a dengue deixou de ser preocupação da "opinião pública", geralmente expressa pelos meios de comunicação de massa. Os serviços de saúde, incapazes de eliminar os criadouros do vetor da doença, conseguiram, às custas de muitas toneladas de inseticidas por aspersão e na água de utilização doméstica, apenas diminuir a intensidade da transmissão do dengue. Na medida que diminuiu a intensidade de transmissão da doença, e essa ficou limitada às áreas periféricas, onde as ações de controle são menores, diminuiu, também, a repercussão da doença na imprensa e a prioridade de seu controle. (Sabroza et al., 1992)

Em relatório sobre a evolução do dengue no Rio de Janeiro, a Coordenadoria Regional da Fundação Nacional de Saúde (FNS) no Estado do Rio de Janeiro avaliou que o dengue no Rio de Janeiro, no período 86/96, apresentou picos epidêmicos sazonais com intervalos de 2 a 3 anos sendo que a partir de 1998 haveria a *"possibilidade de um novo surto com conseqüências imprevisíveis, dependendo dos sorotipos circulantes"* e, lembrando ainda do risco potencial da reurbanização da febre amarela. (FNS, 1997)

Após mais de 10 anos de retorno da dengue na cidade do Rio de Janeiro, podemos dizer que a transmissão da doença está restrita a determinados grupos sociais, e o discurso dominante dos programas oficiais ainda remete ao indivíduo as questões do controle da doença. O discurso que "culpabiliza a vítima" retomou toda sua força, principalmente através dos meios de comunicação. Uma das mais expressivas campanhas e que representa uma síntese da disseminação de preconceitos e, também, a negação do problema do dengue como um problema coletivo é a seguinte: "se você não se cuidar, o dengue vai te pegar".

Temos, então dois movimentos que pulsam simultaneamente. Com a eclosão da epidemia de dengue no município do Rio de Janeiro, em 1986, a legitimidade das instituições governamentais de saúde ficou ameaçada, principalmente pela sua fragilidade exposta nos meios de comunicação. Esta situação proporcionou uma ampla aliança, antes restrita, entre técnicos e população. Naquele momento, os profissionais de saúde, fossem eles técnicos dos serviços ou das universidades e representantes de organizações populares, se colocaram como agentes de um amplo movimento social pela saúde. Emergiu, junto com a epidemia, a insatisfação da população com a seletividade na distribuição da verba pública e a insatisfação dos profissionais com os programas de governo ao qual estão hierarquicamente subordinados. A crise de legitimidade, momentaneamente trazida pela eclosão da epidemia, trouxe para os sujeitos integrantes do movimento popular outras possibilidades de ação, até então estancadas.

Podemos concordar com Stark (1977), que a epidemia é um fenômeno dinâmico, política e cientificamente constituído nas lutas que se disseminam junto com a doença. As epidemias, portanto, são "eventos sociais" não só pelo fato de serem cada vez mais, gerados por fatores comportamentais, sociais e ambientais, mas também, porque esses fatores, são eles próprios, cada vez mais, simultaneamente, reflexos e condicionantes das lutas pelo controle do produto social.

Nos períodos endêmicos, onde a transmissão da doença restringe-se a áreas de maior vulnerabilidade e parece que a doença não ameaça "toda a população", as alianças entre técnicos e população são mais restritas e/ou menos visíveis, e os movimentos populares se sentem mais fragilizados para o enfrentamento público direto com os governos. Quando os números da doença indicam endemicidade e a trans-

missão está restrita às áreas de maior vulnerabilidade e os moradores dessas áreas identificam que a opinião pública não lhes dá mais atenção, o campo de possibilidades para a ação fica mais restrito. É necessário buscar força em outros espaços/tempos.

Assim, fora dos períodos epidêmicos, onde a legitimidade dos limites das políticas públicas é mais forte, a força do movimento popular tem sido encontrada predominantemente num espaço dominado pelas relações de amizade, de vizinhança, familiar e comunitária. As potencialidades de transformação são deslocadas, predominantemente, para o lugar de onde nunca deixaram de estar: o cotidiano dos sujeitos e da comunidade. Neste espaço, o caminho é mais estreito, mas nem por isso menos dinâmico e inventivo. Suas ações são mais de ocasião, são menos planejadas, e nem por isso são só repetições. Nos períodos endêmicos, ao contrário dos epidêmicos, a potencialidade dos movimentos populares encontra-se, predominante, nos movimentos do homem comum, num caminho que é percorrido e vivido a cada momento. Pois, *"a despeito das aparências, são os homens comuns, pobres e "lentos", os mais velozes na descoberta de uma nova solidariedade na cidade"* (Santos, 1993 : 7).

Em geral, é com essa amplitude de rede de apoio que os grupos populares podem contar nos períodos endêmicos. A regra é a ocorrência de pequenos movimentos, muitas vezes invisíveis - para nossos instrumentos de observação- que vão tecendo relações e amarrando nós que geralmente podem fortalecer os núcleos dos grandes e esporádicos movimentos.

Buscar compreender esse caminho é buscar a compreensão dos processos endêmico-epidêmicos para além do valor fascinante dos números de casos e óbitos das doenças. É buscar compreendê-lo (o processo) *"como uma instância de sentido, que é significativa para sujeitos de cultura"* (Sa-

maja, 1995 :8). Nesta perspectiva, nossa preocupação volta-se não apenas para a manifestação dos casos de doenças, mas, principalmente, para os contextos de vida, aos ambientes e mecanismos pelos quais se reproduzem e são renegociados constantemente os processos endêmico-epidêmicos. O interesse volta-se menos para as causas das doenças e mais para os processos e os efeitos desencadeadores dos problemas de saúde.

Desta forma, falar da produção de dengue nessas localidades e de seu controle implica falar tanto dos limites das políticas sociais como das experiências acumuladas pela população para enfrentar esses limites. É preciso estar atento para as técnicas locais de enfrentamento da vida. Técnicas essas que são construídos na vivência. Pois o "único caminho já sabido de todo sujeito é o caminho da morte. A vida é desvio" (Valadares, 1997).

Diante da constatação da precariedade e da submissão dos grupos populares ao mundo da necessidade, levantada por nossas investigações, ficamos seriamente tentados a prescrever "o remédio" para o problema: organização popular para reivindicar melhores serviços. Imbuídos de boas intenções, esperamos uma grande mobilização popular que exija dos governos constituídos a garantia dos direitos de cidadania, tais como abastecimento de água e serviços de limpeza pública em quantidade e qualidade adequados. Nossos estudos poderiam compor o universo de informações técnicas, necessárias para qualificar as reivindicações das organizações populares locais.

No entanto, a experiência da população na sua relação com os governos, técnicos e outros agentes de mediação, e também com os grupos locais de poder, indica que é preciso muito mais que informações técnicas para a construção de caminhos para o solução dos problemas. O caminho se faz

ao caminhar. Ou como diz uma agente comunitária de saúde, moradora do Complexo da Penha: "só se aprende a caminhar, caminhando"¹.

No caso específico da situação de saneamento, sente-se/sabe-se que o tratamento dispensado aos moradores de favelas, pela CEDAE e pela COMLURB, reflete o tratamento historicamente dispensado, pelo Estado, aos moradores de favelas. Sente-se/sabe-se, também, que grande parte das Associações de Moradores das favelas, hoje, sofrem controle direto ou indireto dos chefes locais do narcotráfico, que geralmente interferem na manobra da rede de água e também nos serviços de limpeza pública. Fazer pressão sobre os governos para conquistar seus direitos pode criar conflito com os "donos da área". Ressalta-se, ainda que a manutenção dos "currais" eleitorais nas áreas de favelas dependem cada dia mais do apoio desses grupos.

Não se trata, portanto, de desconhecer seus direitos de cidadãos. O "princípio de realidade" fala mais alto e é melhor caminhar por caminhos já sabidos, contando com suportes construídos na experiência de vida, do que arriscar perder o que se conquistou lentamente. As transgressões aos limites das políticas sociais vão ocorrendo dentro de um espaço onde predomina as "astúcias", das as "ações táticas", que são características do sujeito que encontra-se situação de fragilidade (Certeau, 1994 : 97). É melhor apostar nos caminhos mais lentos, dentro de um campo de possibilidades de ação que podem ser controlados, onde o corpo "sabe" que pode dominar/agüentar, do que apostar apenas nas soluções técnicas indicadas por um "estranho". Ou seja, é mais seguro arriscar tendo como referência o conhecimento construído pela experiência de vida e a rede de relações que oferecem suporte social, do que arriscar tendo como re-

¹. Depoimento de Dona Creuza, agente de saúde integrante do grupo Sementinha Serviços Comunitários, citado por Peregrino (1996)

ferência a informação do estranho, que apesar de afirmar que o reconhece como legítimo produtores de conhecimento, sequer se sabe se estará presente quando o "circo pegar fogo".

Assim não é correto falar de "apatia". Não é porque as ações do outro não ocorrem de acordo com nossos desejos, que podemos afirmar que não exista ação. Muitas vezes, o que é interpretado como "apatia das classes populares", pode ser uma aposta no tempo para tirar proveito das ocasiões: circunstâncias que num instante preciso de intervenção transforma uma situação adversa, em situação favorável (Certeau, 1994).

O sociólogo José de Souza Martins, que há muitos anos se dedica a estudar os movimentos sociais no Brasil, em especial aqueles desenvolvidos na área rural, alerta que é necessário que consideremos a concepção de tempo existentes entre os integrantes de grupos populares. Aponta que o tempo de luta "deles" é bem distinto do "nosso". Por isso, a dimensão do tempo é essencial para decifrar os movimentos sociais. Ela tem implicações metodológicas. É na inversão do tempo ou, ao menos, na redefinição do tempo, que o estudo dos movimentos sociais se transforma em instrumento do seu objeto, através da experiência de transformar em experiência do outro. Na verdade, o estudo dos movimentos sociais só é eficaz quando se transforma, por meio "deles", num estudo sobre a nossa própria sociedade e sobre nós mesmos - "*'Nós' que abrange a diversidade constituída por 'eles'*" (Martins, 1993 : 40).

Nesse sentido o trabalho de assessoria que podemos desenvolver, enquanto pesquisadores, é contribuir para o entendimento da sociedade, levantando para "eles" o "nosso" mistério. "O que nós representamos como alienação deles,

como violência contra eles, como destruição do mundo [da cultura] deles" (p. 41).

Em um diálogo que tive, em 1998, com uma moradora da área da Maré, integrante de um grupo organizado de mulheres, a questão do respeito ao seu tempo nos foi assim relatada:

Uma profissional ligada a um grupo religioso que desenvolvia trabalho comunitário junto ao grupo de mulheres - ao qual a moradora pertence - chegando em uma reunião importante para o grupo, foi logo dizendo que as coisas tinham que ser decididas em 1 hora, pois era o tempo que ela [a profissional] dispunha. A moradora relatou que apesar de naquele momento ter "dado calada como resposta", a vontade que teve foi dizer: "Vocês estão acostumados com reuniões técnicas. Aqui não é assim. Nós estamos buscando caminho. Buscar caminho leva um tempo maior, é mais demorado. Para tomar decisões precisamos trocar muitas idéias. Coisa que leva muito tempo."

Temos uma tradição iluminista que não nos permite visualizar o que não seja aquilo que denominamos como estritamente racional, ou ao menos, conseguimos julgar e classificar senão com base na nossa herança da razão. Idéias e realidades que não estão neste âmbito - outras racionalidade - costumamos desprezar. Daí a nossa dificuldade, como assessores/pesquisadores, de reconhecer a criatividade histórica das "classes populares". Na ânsia de tudo querer explicar racionalmente, "se perde muito tempo nos detalhes e perde-se de vista os elementos de criatividade que se referem a um plano mais amplo". Muitas vezes, o que está em jogo, no âmbito de ação dos grupos populares não é simplesmente a tomada do Estado. *"Esse talvez, nem seja o objetivo*

mais importante dos movimentos e lutas sociais” (Martins, 1993 : 57).

5.1. Valorizando a experiência de vida no processo de construção do conhecimento.

No processo de investigação desenvolvido ao longo desse tempo, verificamos que a aprendizagem vai se dando por aproximações sucessivas, na convivência. Na medida que a população vai apontando para os problemas no dia-a-dia em função da precariedade do serviços, desde que estejamos preparados/sensibilizados para entender a reclamação do outro como legítima, vamos construindo novas perguntas: vamos aumentando nossa capacidade de comparar/relacionar informações para a compreensão do problema a partir de distintas perspectivas.

Quando participamos de diversos eventos e expomos nossas impressões sobre os problemas, são momentos ricos para revermos as nossas idéias sobre as questões. Valorizando o outro e se sentindo valorizado, nos comprometemos cada dia mais com o outro.

Devido ao tempo que temos dedicado ao estudo da situação de saneamento na região da Leopoldina, é muito comum que as pessoas tragam constantemente informações sobre o problema. Novos questionamentos vão surgindo e, na medida que vamos agindo/convivendo/discutindo/dialogando sobre os problemas, vamos articulando recursos que favorecem encontrar soluções mais coletivas. Entre esses recursos encontra-se a informação técnica, mas não é só ela que é demandada.

Os pressupostos que nortearam o trabalho da equipe de pesquisa ENSP/CEPEL tinham como ponto de partida a identificação de *carências* de informação entre os participantes

do movimento. Tanto as organizações populares como os profissionais teriam uma *carência*, principalmente no que se refere às dificuldades de acesso às informações técnicas e sobre as experiências de vida. Acreditava-se que o novo conhecimento construído na relação entre os dois grupos pudesse suprir essa *carência*, e levaria o movimento social a avançar nas suas lutas pela conquista de um patamar elevado de condições de reprodução da força do trabalho e do exercício da cidadania. Desta forma, a participação popular “efetiva” se daria quando se pretendesse ou se conseguisse modificar o orçamento estatal de modo a conquistar a provisão de serviços básicos necessários.

Essa participação popular “efetiva” foi colocada em contraposição a outras formas de participação apregoadas pelos programas governamentais, principalmente quando estes perdem o controle dos agravos que ameaçam a “população como um todo”. Neste sentido, a forma ideal de participação social seria aquela em que os atores teriam a capacidade de apontar as áreas em que julgam necessária a intervenção estatal. Com esse princípio como ponto de partida, o papel principal que caberia à investigação científica seria devolver à população interessada os dados sistematizados na forma de subsídio técnico. (Valla & Stotz, 1991 ; Valla, 1993)

A insistência em trabalhar junto aos movimentos populares e as constantes reflexões e trocas com parceiros de outros grupos de pesquisa nos levou a um questionamento sobre a questão da participação popular: será que o estabelecimento e a busca de um padrão ideal de participação comunitária “efetiva” não significaria uma ação normalizadora, da mesma forma que as outras formas de participação social apregoadas pelos programas oficiais de controle de endemias? Na medida que o ideal de participação social “efetiva”

também foi construído fora do mundo de significados e de experiências dos grupos populares, não seria ele, também, uma *prescrição?*.

Observamos que, apesar da aparente contradição, o que ocorre no interior dos movimentos populares é a convivência entre diversas formas de participação, cada uma delas com um potencial de mudança, dependendo da significação e dos usos que os grupos populares fazem delas.

Entendemos que a epidemia de dengue colocou às claras a insuficiência dos investimentos públicos necessários para a superação das condições de receptividade e de vulnerabilidade que propiciam o aparecimento e a manutenção das doenças transmissíveis entre as camadas populares da população. Não podemos desconhecer que hoje na conjuntura neoliberal, mais do que nunca, se faz necessário pensar mecanismos de pressão para a inversão das prioridades dos investimentos. No entanto, a análise das possibilidades de transformação não pode ficar restrita apenas aos espaços institucionalizados, onde se dão os embates políticos mais diretos. Temos que reconhecer que, para grande parte dos integrantes dos movimentos populares, as possibilidades de ação podem ser encontradas em outros espaços e tempos da vida social. Existe uma variedade de ações comunitárias, mediadas por suas histórias e culturas que, apesar de não serem tão visíveis aos nossos instrumentos de observação, representam verdadeiras invenções do ponto de vista da transformação da realidade local. Ao lado das práticas políticas de pressão direta junto ao Estado podemos encontrar outras práticas comunitárias que, do ponto de vista dos grupos populares, são iniciativas que podem transformar a realidade. Práticas essas que não são melhores nem piores, são apenas diferentes daquelas que acostumamos prescrever como corretas.

Na verdade, quando apontávamos as informações técnicas como o elemento que faltava na equação da construção conhecimento, esquecemos que uma intervenção mais direta na aplicação da verba pública, depende da existência não só de um Estado de direito, mas principalmente uma "democracia mais radical". Esta última não está dada é uma construção permanente.

Victor Valla, participante do grupo ENSP/CEPEL e um dos coordenadores do movimento "Se Liga Leopoldina" durante a epidemia de dengue, tem buscado repensar os eixos teóricos e metodológicos utilizados ao longo de vários anos de pesquisa e de assessoria popular e vem apontando para a necessidade de uma mudança na forma de olhar para as classes populares, principalmente no que se refere à nossa compreensão sobre suas maneiras de conhecer e agir no mundo. (Valla, 1996 ; Valla, 1997)

Em nossa dissertação de mestrado (Oliveira, 1993) já apontávamos que a luta pela água na região sempre se desenvolveu por aproximações sucessivas. Em muitas comunidades em favelas, principalmente as mais antigas, a conquista da ligação à rede pública de abastecimento de água foi resultado da luta simultânea que envolvia ações locais de defesa da vida (construção de bicas, ligações clandestinas), aliança com diversos agentes de mediação (igreja, políticos, profissionais) e, quando possível, pressão direta no aparelho de Estado. De acordo com as interpretações que os grupos populares possam fazer com relação às possíveis alianças e ao seu potencial de resolução, a pressão sobre o Estado pode ser maior ou menor. Em muitos casos a pressão sobre o Estado sequer estava programada. Um bom exemplo é o das ligações clandestinas de água. Quando os moradores das favelas fazem os "gatos" na rede pública de água ou de luz, a única intenção é ter água em seu domicílio, porém essa

ação traz problemas para o sistema de abastecimento como um todo, pois as casas com ligações oficiais também passam a sofrer com a falta de água. Desta forma o Estado se vê obrigado a buscar soluções, mesmo que provisórias, para as comunidades onde o "gato" é dominante. (Oliveira, 1993: Oliveira, 1996)

Na análise sobre a experiência popular dentro do processo de ocupação e da organização comunitária nas favelas da região da Penha, efetuada no Capítulo 3, constatamos que grande parte das obras de infra-estrutura nas favelas, ainda que precárias, foram conquistadas através de uma luta que se desenvolveu, simultaneamente, através de ações/iniciativas comunitárias e quando possível de pressão política junto aos governos.

Nas favelas, a tarefa de gerenciar e controlar seus problemas coletivos é assumida pela população em função da percepção da ineficiência do Estado que está aí estruturado, que durante anos adia continuamente a realização de obras prometidas por políticos e outros agentes externos. As formas de agir dos sujeitos, para alcançar seus objetivos (a arte de fazer), variam enormemente, de acordo com a importância relativa atribuída aos diferentes bens, materiais e simbólicos, que reivindicam, e, dependem de uma variedade de significados que orientam suas ações (Sader, 1988). Mas dependem, também, da amplitude da rede social de apoio, que pode fornecer o acolhimento necessário para o enfrentar os riscos da ação coletiva.

Quando "movimentamos nosso binóculo" em direção às experiências de vida dos diversos sujeitos que compõem o movimento popular podemos visualizar diversas significações para uma mesma realidade, tempos diferentes se realizando (Cunha, 1996). Atentamos que ao invés de olharmos somente para as suas *carências* devemos atentar, também, para as su-

as *potencialidades*. Talvez assim, no lugar de sujeitos "apáticos", possamos encontrar sujeitos portadores de história e cultura comunitárias de invenção e reinvenção permanentes. Estas (re)invenções, no entanto, não podem ser vistas independentemente dos movimentos de reprodução. Pois como analisa Martins (1996 : 22)

"fazer história não está apenas no ato intencional de criar o novo e destruir o velho. Uma História assim é, no fundo, uma História sem tensões, sem vida, falsa história. No vivido a práxis é contraditória. Ela reproduz as relações sociais. Mas, Lefebvre observa, não há reprodução das relações sociais sem uma certa produção de relações, não há repetição sem inovação." (grifo nosso)

No caso da participação da academia no processo epidêmico da dengue, o foco da atenção concentrou-se na "capacitação técnica" e na "construção coletiva do conhecimento", partindo-se do princípio de que o acréscimo de informação e/ou a produção de um novo conhecimento, que faltava para os diversos sujeitos, e que poderia utilizá-lo para a transformação da realidade. Mas, se as ações dos sujeitos, são conduzidas muito mais por suas interpretações sobre as possibilidades de conquista do que pelo acréscimo de informação, perguntamos no que a "capacitação técnica" estaria contribuindo para "qualificar o movimento"?

Avaliamos que o potencial transformador da relação entre investigação científica e grupos populares não se encontra no fato de se produzir novas informações, mas principalmente no fato de permitir uma maior articulação de recursos materiais e emocionais que proporcionam o uso das informações que circulam informalmente. Portanto, o ponto de partida não é a "capacitação técnica", mas sim o estabelecimento de uma "rede social de apoio", uma rede de convivência onde a razão e a paixão, conflito e solidariedade,

caminham lado a lado: a capacitação técnica é mais uma de suas conseqüências.

A "construção coletiva do conhecimento", muito mais do que determinante do fortalecimento dos sujeitos, é uma conseqüência da estruturação e fortalecimento de uma "rede social de apoio". Rede, que possibilita a ampliação e o fortalecimento dos sujeitos, na medida que articula e fornece suporte para a ação dos sujeitos. A ação transformadora dos sujeitos se dá, então, muito mais, pela ampliação e fortalecimento das relações do que necessariamente pela construção de uma nova informação. Quando os sujeitos, mesmo informados, não se sentem apoiados, procuram outros espaços onde estão colocadas outras oportunidades de apoio e invenção. Na medida que os sujeitos se sentem apoiados, se sentem mais seguros para se lançar no mundo, para arriscar, para falar e escrever sua própria história. Assim, como nos ensina Jorge Valadares:

"Os projetos, por mais altruísticos que sejam para os grupos, devem respeitar os sonhos dos sujeitos, porque cada um somente pode conter seu sistema motor e seu corpo se lhe ficar a esperança. A esperança de ter tido uma sustentação que lhe permita suportar descontentamentos, esperança sempre reativada no convívio. Os projetos são uma continuidade dos sonhos, Com o sonho e o pensamento adiamos a descarga motora e escrevemos a nossa história." (Valadares, 1999 : 33)

Portanto, não se trata de "conscientizar", "educar", "despertar" ou "sensibilizar" a população, como pretendem os programas oficiais de educação em saúde e muitos outros. Não se trata, também, de apenas identificar carências, mas de valorizar os sujeitos naquilo que tem de melhor, sua história, seu tempo - a sua capacidade de criação. O que nos faz agir no mundo não é só o que nos falta

(carência), mas principalmente o que temos disponível (desejo, sonhos, projetos).

Durante esses anos de estudo, apesar da grande proximidade com o movimento popular, ainda estávamos acostumados com as grandes generalizações e pretendendo “explicar” a dinâmica dos movimentos sociais a partir das condições objetivas que os envolvem e desconhecendo justamente aquilo que singulariza os movimentos: “a particularidade de seus imaginários e de sua cultura” (Sader, 1988 : 42).

Na prática, experimentamos uma intensa convivência com as pessoas integrantes de grupos populares organizados na região da Leopoldina, que possibilitou construir relações de afeto e de intensa troca de conhecimentos. Porém, na teoria enfatizamos muito mais o acúmulo de informações do que o convívio. Para nos referirmos a experiência desenvolvida seria mais apropriado falarmos da construção de um ambiente de produção de informações, constituído pela relação de uma diversidade de conhecimentos e conhecedores que se conflitavam e/ou se complementam.

O processo de investigação e assessoria foi se constituindo a partir de dois procedimentos fundamentais:

- inserção numa dada realidade, onde os problemas a serem pesquisados vão emergindo na convivência, efetiva e afetiva, com os grupos populares e,
- organização de um sistema local de informações que tem como objetivo recuperar e registrar a memória sobre as histórias de vida (condições de vida e experiência de vida) na região.

Na convivência estamos presentes com nossas dúvidas e desejos é onde nos comovemos com os outros. No registro e recuperação da memória podemos arquivar as histórias que,

quando precisamos, podemos recorrer para nos fortalecermos enquanto indivíduos e também enquanto grupo (Valadares, 1999). Lembramos, no entanto que nem tudo que é memória pode ser registrado pela escrita. Grande parte da memória permanece arquivada nos sentimentos dos sujeitos que viveram a experiência e que são visitadas sempre que necessário.

5.2. Repensando o papel da informação no processo de construção do conhecimento.

Desejando nos contrapor a uma prática que busca moldar comportamentos através de transferência unilateral de informações, deixamos nos aprender pelo "fetiche" da informação técnica enquanto mola propulsora da construção do conhecimento.

Tradicionalmente, tem-se uma visão na sociedade que imputa à transferência de informação um papel mágico no processo de construção do conhecimento. Para visualizar melhor como percebemos a dinâmica da produção do conhecimento, elaboramos um quadro comparativo entre o que consideramos o que seria essa visão tradicional e o que seria a sua crítica. (Quadro 14).

De um lado há uma visão tradicional, que tem como princípio a existência de um mundo objetivo que pode ser conhecido pela captação de informações e no qual nos comunicamos pela transmissão de informações através da linguagem. Esse mundo, no qual vivemos independe da forma como o descrevemos. A função da linguagem é apenas mediatizar/mediar/servir de meio para a transmissão de informação.

Contaminados por essa visão tradicional, buscamos despender esforços no sentido de buscar uma verdade, uma só verdade que represente esse mundo o mais fidedignamente

possível. Cada vez mais buscamos sofisticar, tecnológica e cientificamente, os meios para melhor transmitir a verdade. Ao descrevermos esse mundo, ou um de seus aspectos o fazemos como uma petição de obediência, onde a informação transmitida sobre a "verdade verdadeira" deve ser acatada, obedecida.

Quadro 14: A construção do conhecimento: buscando uma crítica à visão tradicional.*

VISÃO TRADICIONAL	VISÃO CRÍTICA
I Visão de Mundo	
<ul style="list-style-type: none"> • existe um só mundo objetivo que pode ser conhecido através da <i>captação de informações</i> e no qual nos comunicamos pela <i>transmissão de informações</i>. Assim, a percepção dos indivíduos no mundo como habitantes no mundo, independe de como ele o descreve 	<ul style="list-style-type: none"> • nossas realidades são criadas por cada um de nós a partir de nossa relação com os outros que habitam nosso mundo. Nossas percepções de mundo são tão variadas quanto nossas formas de descrevê-los. A realidade que cada sujeito percebe depende de sua história/ experiência de vida
II. Função da Linguagem	
<ul style="list-style-type: none"> • A linguagem é apenas um meio para a difusão de informações sobre a "verdade" e é ela, a linguagem, que nos permite participar do mundo através da transmissão e recepção (consumo) de informações 	<ul style="list-style-type: none"> • A linguagem e as explicações que ela permite construir são fenômenos essencialmente sociais, pois dependem das ações consensuais entre dois ou mais observadores. A linguagem, portanto, faz parte do processo de construção do conhecimento, na medida que é integrante da explicação da "realidade" de cada sujeito.
III. Conseqüência prática	
<ul style="list-style-type: none"> • quem acumula mais informações sobre a "verdade" tem mais conhecimento e está mais autorizado a transmitir as informações e de tomar decisões sobre Ele (o mundo verdadeiro). Resta aos indivíduos menos informados acatar e obedecer aos conhecedores. • busca-se incessantemente "a verdade", uma só verdade que represente o mundo o mais verdadeiramente possível. Esta "verdade" deve ser acatada e obedecida, levando ao estabelecimento de relações humanas baseadas no controle e na submissão • um grupo de privilegiados que tem acesso às informações consideradas legítimas para representar a "verdade" acabam por impor suas decisões e normas utilizando-se de um discurso considerado competente. 	<ul style="list-style-type: none"> • admite-se a legitimidade de diversos conhecimentos e conhecedores, de acordo com suas realidade (como percebem e descrevem o mundo). • busca-se despender esforços no sentido de melhorar as condições de convivência com outros seres humanos, com outros seres vivos e objetos com os quais compartilhamos nossa existência. <p>⇒ a melhoria das condições de convivência possibilita o compartilhamento de distintos conhecimentos que podem potencializar a ação coletiva e individual. Reconhecemos a necessidade de conviver/compartilhar para conhecer.</p>

*Elaborado a partir da leitura de Vaz (1991)

Assim, os indivíduos ou grupos possuidores de conhecimento, que "sabem das coisas como elas "são", seriam aqueles com acesso privilegiado ao "mundo verdadeiro". Aqueles indivíduos ou grupos que não têm o conhecimento, os "ignorantes", são aqueles cujo acesso privilegiado a verdade é vedado. Esse dualismo entre conhecedores e ignorantes (iluminados e opacos), tem repercussões importantes nas relações humanas, e de forma especial na forma como se exerce o poder político. Aqueles que acumulam mais informações sobre "a verdade" está mais autorizado a transmitir informações sobre a Realidade Objetiva. Aos "ignorantes", resta acatar e se submeter aos "conhecedores".

No campo da educação e saúde, que antes de serem práticas institucionais são também práticas sociais, e, mais especificamente nas práticas voltadas para a mobilização social em torno das questões de saúde, a visão tradicional ainda é predominante. As repercussões nesse campo levam a uma predominância das ações de controle e vigilância em saúde que têm como base a prescrição de "comportamentos adequados para se ter saúde". Essas prescrições vão desde o aconselhamento de ações individuais - como cuidados com a higiene pessoal, não fumar, praticar esportes - até aqueles voltados para a organização social - como se mobilizar, se organizar, participar ativamente. Vive-se o mito do conhecimento construído pela transmissão linear de informação.

Muito provavelmente a idéia de carência, de falta, sobre as camadas populares da população brasileira que, como vimos no Capítulo 1, acompanha o pensamento social e intelectual por longos períodos da história, talvez esteja muito relacionado às carências materiais a que encontram-se submetidas e que, certamente, pode ter servido para sensibilizar diversos intelectuais e outros indivíduos e grupos

da sociedade no sentido de se solidarizar com os "seus" problemas. No entanto, percebemos que quase sempre essa visão de carente extrapola a realidade material e alcança o mundo da produção dos sentidos, levando a uma interpretação de que os indivíduos que compõem os grupos populares também são desprovidos de consciência, que como diz Wong-Un (1998), "é o mesmo que dizer sem cultura" - acrescentaríamos - e sem vida.

Por outro lado (Quadro 14) temos a visão crítica, que tem como ponto de partida o pressuposto de que nossas realidades são criadas com outros na linguagem e que nossas percepções são tão variadas quanto nossos domínios de descrição. Assim, a realidade para cada indivíduo e/ou grupo social é uma construção referenciada em suas histórias de vida/experiências de vida. Suas percepções como sujeitos habitantes do mundo, dependem de suas descrições (de como descreve sua realidade). Nossas realidades são criadas no conviver num ambiente de diversidade de histórias e saberes.

Nesta perspectiva, admite-se a legitimidade de diversos conhecimentos e conhecedores, de acordo com suas distintas realidades. A linguagem deixa de ser apenas meio. Ela e as explicações que ela permite construir são fenômenos essencialmente sociais, pois dependem das ações consensuais entre dois ou mais observadores. Portanto a linguagem faz parte do processo de construção do conhecimento, na medida que é parte integrante da explicação da realidade de cada um (Maturana, 1997).

"(...) os mundos possíveis dependem de nossas estruturas biológicas e de nossas interações com outros (...) somos frutos da história de nossa espécie, mas também somos frutos de nossa ontogenia, que estamos

sendo/vivendo em nossas interações com outros.” (Maturana, 1998)

Portanto conhecer é viver, é conviver, é reconhecer. Conhecer não implica, necessariamente, em alcançar o novo, mas sim em (re)combinar/relacionar realidades/emoções vividas/experimentadas.

Tudo que conhecemos depende de nossa história biológica e social, de relação do nosso corpo com o ambiente, que envolve tanto o lugar, espaço físico e a paisagem e outros seres vivos, como a relação com os outros indivíduos de nossa espécie.

Diante dessa visão, nossos esforços, ao invés de se voltar apenas para a busca incessante de acúmulo de informação que represente a verdade, devem se voltar para a *melhoria das condições de convivência* entre distintos saberes e sabedores, com os quais compartilhamos nossa existência (Vaz, 1991). Ao invés de buscarmos o controle e a submissão do outro, caminhamos no sentido de compartilhar nossos saberes. Não podemos afirmar que apenas o reconhecimento do outro enquanto legítimo produtor de conhecimento fariam as divergências deixarem de existir. Admitimos que é justamente do tensionamento de interesses, originário da diversidade de conhecimentos/conhecedores, ora conflitante, ora solidário, que está o dinamismo do processo de construção de conhecimento. Não se trata apenas de tolerar o outro, que significaria protelar a negação do outro, mas sim da incorporação/assimilação do outro como distinto, como “eu”, que deve ser respeitado (Maturana, 1998).

Podemos falar, então, que no processo de construção do conhecimento existe uma relação de interdependência entre indivíduo e sociedade.

A sociedade ao mesmo tempo que maltrata os indivíduos, impondo-lhe os seus limites a suas coações também oferece estruturas que permitem exprimir suas individualidades. Não podemos conceber a sociedade como simples enquadramento, nem um indivíduo como uma unidade correspondente a um compartimento.

Para a sociedade, os indivíduos produzem "ruído", muitas agitações aparentemente sem sentido. Atos, palavras e gracejos, que muitas vezes são consideradas sem utilidade social. Mas são justamente nesses "inutensílios" aparentes que encontram-se o aspecto de "riqueza metabólica" da relação individualidade/sociedade que são expressas através de "relações afetivas, de mil pequenas satisfações de mil efervecências, de mil nadas" (Morin, 1973).

A sociedade está sempre constituindo normas que buscam o enquadramento dos indivíduos. No entanto, existem condições que permitem a autonomia de pensamento, e, correlativamente condições sociais, culturais e históricas de possibilidades de inovação e evolução do domínio do conhecimento e da ação. As possibilidades de enfraquecimento e/ou atenuações das normas é diretamente proporcional à possibilidade de existência de uma vida cultural dialógica, dinamizada pelo calor cultural onde haja possibilidade de expressão de desvios. Tais condições só surgem em ambientes que permitem o encontro, a comunicação e o debate de idéias.

Consideramos que, ao lançar mão do conceito de experiência de vida permitimos relacionar consciência e ação, que é uma das grandes preocupações da educação em saúde. Pois é da experiência que os homens, enquanto sujeitos de razão e emoção, retiram a sua sabedoria. E a vida cotidiana é um permanente fazer de novas experiências que modificam continuamente o mundo. Não queremos afirmar que a partir

das experiências saibamos mais ou menos do que antes, queremos sim afirmar que a partir delas o mundo constituído pela consciência tem um caráter radical de ser mais verdadeiro que o anterior: novas experiências vão aumentando, mais e mais a verdade de cada um (Monedero, 1998). Não é que cada vez saibamos mais coisas, é que o fato da consciência estar sempre experimentando novas experiências torna possível seu enriquecimento em sabedoria e o conhecimento do mundo lhe é cada vez mais verdadeiro e autêntico.

Isso aponta para a impossibilidade de um conhecimento que seja construído apenas pela instrução (programação) do exterior. A respeito dessa questão Jorge Valadares afirma:

*"Não sabemos, de início nada sobre o **Espaço** onde estamos e o **Lugar** que ocupamos entre aqueles com os quais convivemos: **saber** tem a mesma raiz da palavra sabor, e o verdadeiro saber depende da experiência. Mas depende, também, além de ver valorizada, da sua capacidade de aprender a valorizar a experiência, sempre única para cada sujeito e, por isso, a importância de sua contribuição no delineamento daquilo que, para o homem, realmente, é o mundo. Dessa singularidade da experiência humana "sabe" cada pessoa. A condição de sujeito humano, de não assujeitado, vem de uma insistência, impossível de afastar de nós mesmos, naquilo que "sabemos", naquilo que a vida nos deu. Por isso é impossível um **programa de bons comportamentos** relativo ao ambiente. O próprio corpo - **Espaço** inaugural de todo "saber-sabor" e **Lugar** de início e fim de nossa situação - não permitirá que, por exemplo, pescadores famintos não pesquem, em ocasião de desova. Algo deve ser feito pela **sustentação e Situação do Sujeito**, que é mais que a possibilidade de sobreviver - é possibilidade de **vida**, de história e histórias, e por isso, precisa ele de convívio. Somente se sustentado, acolhido, o sujeito*

pode começar a pensar em auto-sustentação do ambiente.”(37)

Avaliamos que a proposta de oferecer subsídios técnicos através de informações sobre as condições de vida com vistas a realização de uma “participação popular efetiva” carrega em si uma imagem de que o conhecimento se constrói pelo acúmulo de informações sobre uma dada Realidade Objetiva e que de posse dessa “verdade” teríamos aumentada a consciência sobre o problema.

Quando se aponta a “participação popular efetiva” como uma meta a ser alcançada a partir de um processo de transferência de informações corremos o risco de estar tratando as *experiências de vida* dos grupos populares apenas para ilustrar um diagnóstico de condições de vida e de necessidades sociais definidos *a priori*. Corremos o risco de desprezar aquilo que as experiências de vida têm de mais potente: conhecimento sobre as trajetórias percorridas dentro de um determinado campo de possibilidades de ação.

Quando não valorizamos os caminhos apontados pelo conhecimento gerado na experiência de vida dos sujeitos, acabamos por fazer submergir os seus sonhos, projetos e desejos que de fato dão a sua condição de sujeito da história.

Verificamos então que qualquer forma de prescrição do ponto de vista da consideração do papel de sujeito, seja ele integrante de grupos populares ou não, é um equívoco. No entanto, sob o ponto de vista da prática da pesquisa podemos verificar que quando exercitamos a convivência entre profissionais e grupos populares, admitindo a legitimidade de seus saberes, abrem-se brechas para que distintos sujeitos/sabedores articulem meios para a busca de soluções para os problemas levantados em grupo. Podemos então falar da produção de um conhecimento onde a ação social é o ponto de

partida e, as informações que emergem dessa convivência têm um potencial de mobilização social.

Movimento para se movimentar tem que ter uma força que o desloque. Essa força, certamente não é dada apenas pela consciência da existência do problema, mas sim no mundo dos suportes sociais (externos) e individuais (internos) que os sujeitos têm disponibilizados para que sintam apoiados/seguros/com base/estrutura para se lançarem na aventura do mundo da esfera pública.

Não basta conhecer os determinantes biológicos ou sociais das doenças para haver mobilização. Essa só ocorre quando são disponibilizados para os indivíduos e/ grupos, suportes para tal. Esses suportes não são dados, eles são construídos no convívio entre os distintos sujeitos da ação. No convívio, os sujeitos podem sentir/saber quais os meios racionais e emocionais que podem contar no enfrentamento dos riscos da mundanidade. A informação científica é apenas um dentre tantos outros suportes necessários para tal.

Se acreditamos que o acúmulo de informações, por si só, é capaz de dar sustentação ações coletivas estamos realizando um exercício de fé na existência de uma correlação direta entre consciência (conhecimento) e liberdade. Embora consideremos fundamental reconhecer que a compreensão das condições que influenciam a conduta humana é incorporada na ação e pode produzir transformação, não podemos admitir que a autoconsciência ou o auto-entendimento racional seja a mesma coisa que autonomia. Pois como nos ensina Menezes (1998:2):

"Um escravo, por exemplo, pode apreender lucidamente as circunstâncias de sua subordinação e, não obstante, permanecer escravo."

A motivação para correr o risco encontra-se na segurança das relações de convivência. Apenas a tomada de consciência dos problemas não é suficiente para motivar os sujeitos, pois o limite de sua ação é dado pela sustentabilidade oferecida pelos grupos de convívio social e não apenas pela quantidade de informação acumulada. Não havendo reconhecimento de sustentação do grupo "*é melhor estar só do que mal acompanhado*".

Nos espaços de convivência social, circulam razão e emoção, técnicas e afetos, e, distintos sujeitos podem articular os conhecimentos e meios para a busca de soluções para os problemas considerados pelo grupo. Esse talvez seja o verdadeiro sentido dos "subsídios técnicos" que cada um dos saberes/sabedores podem oferecer para a ação social.

Geralmente, as informações difundidas fora dos ambientes de convívio social têm o objetivo de apontar "o que fazer". Na convivência não basta apontar "o que fazer" tem que estar disposto a construir junto o "como fazer".

O problema da educação em saúde não estaria apenas no fato de imputar aos indivíduos a responsabilização pelo seu estado de saúde. O problema estaria no fato de desconsiderar que a responsabilidade individual é limitada pela existência (ou não) de suportes sociais/coletivos que possibilitem o desenvolvimento de um "individualismo positivo" (Castel, 1998). Desconsidera-se portanto que:

"Vive-se mais a vontade a própria individualidade à medida que esta se apoia em recursos objetivos e proteções coletivas." (Castel, 1998 : 609.)

Mais uma vez estamos falando de uma relação de autonomia e dependência entre indivíduo/individualidade e sociedade/coletividade. Não nos interessa eliminar a individualidade, mas sim fortalecê-la a partir da disponibiliza-

ção de suportes coletivos. Dentre os diversos suportes requeridos para o exercício de uma individualidade saudável devem estar tanto os bens materiais mas, também, os bens espirituais - a compaixão, a solidariedade, o respeito - que também dão sustentação à ação.

Quem gosta, cuida. Cuidar implica agir junto. Nesse agir conjunto, a racionalidade técnica em estado bruto perde sentido: atuar junto exige ser respeitado em seus desejos e projetos de vida, que é quem de fato é capaz de colocar nossos corpos em movimento.

Identificamos portanto que no processo de elaboração metodológica desenvolvida pela equipe de pesquisa ENSP/CEPEL houve um grande esforço de ação social, na medida em que buscou despender esforços no sentido de colocar a investigação científica à disposição dos grupos subalternizados da sociedade. No entanto, do ponto de vista da elaboração teórica a proposta de "capacitação técnica" e/ou "construção coletiva do conhecimento" encontra-se contaminada por uma visão tradicional sobre a construção do conhecimento, onde a transmissão de informação é vista como a grande propulsora do conhecimento e da ação.

No entanto, ressaltamos que do ponto de vista prático a proposta desenvolvida pelo grupo de pesquisa pode propiciar um convívio mais estreito entre distintos saberes e sabedores no sentido de oportunizar a construção de propostas conjuntas de ação social em torno de problemas específicos vivenciados por grupos populares da região.

Estamos assumindo, portanto, que o conhecimento é produzido no entrelaçamento entre razão e emoção. Desconsideramos a idéia de que a emoção é prejudicial ao conhecimento e que perturba uma mente (considerada superior). Não existe, portanto uma escala hierárquica entre o papel da

emoção e da razão no processo de construção do conhecimento.

Neste sentido a sistematização e difusão de informações ganham importância não no sentido de disponibilizar conhecimentos que possam ser apropriados, mas como um instrumento que possibilita articular recursos materiais e afetivos para fortalecer uma rede social de apoio na busca da construção de caminhos que nem sempre são antecipáveis/previsíveis.

Caminha-se caminhando um percurso que nem sempre é simples, pois não está preliminarmente dado. Um caminho onde a ameaça do fracasso, enquanto sentimento do corpo, deve ser reinventado. Buscar, procurar, percorrer num movimento muitas vezes invisível, mas carregado de emoção e de desejo de um lugar de acolhimento no mundo, que transmita uma sensação de segurança. É preciso acreditar.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, M. de A. (1987)- *A Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, Zahar.
- ABREU, M. de A. (1992) - *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração. (Coleção Biblioteca Carioca vol 21)
- AGUDELLO, S. F. (1984)- *Saúde e imperialismo: a ação anti-malárica na América Latina e a Fundação Rockefeller. Textos de Apoio. Ciências Sociais 2*. Rio de Janeiro : PEC/Escola Nacional de Saúde Pública/FIOCRUZ.
- AMMA - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO MORRO DO ADEUS (1995)- *RELATÓRIO DO Seminário do Morro do Adeus: a comunidade sua história e desilusões, seus problemas e soluções*. Rio de Janeiro: AMMA/CEPEL.
- AROUCA, Sérgio (1975). *O dilema preventivista. Contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva*.
- BARATA, Rita C.B. (1998)- *Meningite: uma doença sob censura?*. São Paulo : Cortez.
- BENCHIMOL, J. L. (1982) *Pereira Passos, um Haussmann tropical: as transformações urbanas na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Tese de Mestrado, Rio de Janeiro : PUR-COOPE/UFRJ. (mimeo)
- BREILH, J. & GRANDA, E. (1980). *Investigación de la salud en la sociedad*. Quito: CEAS.
- CARDOSO DE MELO, J. A. (1984)- *Educação Sanitária: uma Visão Crítica*. in: *Cadernos CEDES Nº 4 - Educação e Saúde*. pp 28:43. São Paulo : Ed. Cortez..
- CARDOSO, A. L. (1996) - *Dualização e reestruturação urbana: o caso do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Observatório de Políticas Urbanas : IPPUR : FASE.
- CARVALHO, J. M. de. (1987) *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo : Companhia das Letras.
- CARVALHO, M. Alice P. de (1993). *A propósito do diagnóstico participativo como instrumento para o controle social dos serviços. Participação popular, educação e saúde: teoria de prática* (orgs. V. V. Valla e E. N. Stotz). Rio de Janeiro : Relume-Dumará.
- CASTEL, R. (1998) *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ : Vozes.

- CEDAE - Comp. Est. de Água e Esgoto do Rio de Janeiro (1982)-
Obras de água do Projeto Rio. *Revista Engenharia Sanitária*.
Rio de Janeiro : ABES (V. 21 -nº 1; 80-82. jan/mar)
- CEPEL - Centro de Estudos e Pesquisas da Leopoldina (1990) -
Boletim do CEPEL nº 1. Rio de Janeiro : CEPEL,
fevereiro/março.
- CEPEL- Centro de Estudos e Pesquisas da Leopoldina (1992).
*Relatório da Pesquisa: Qualidade dos Serviços Básicos nas
Favelas da Leopoldina* (enfoque: saneamento básico). Rio de
Janeiro : CEPEL. (mimeo)
- CEPEL- Centro de Estudos e Pesquisas da Leopoldina (1996).
Conhecendo a Leopoldina: alguns dados básicos. Rio de
Janeiro : CEPEL: ENSP/SDE.
- CEPEL/ELOS/ENSP/FIOCRUZ - Centro de Estudos e Pesquisas da
Leopoldina/ Núcleo de Estudos Locais em saúde (1996)-
*Relatório Técnico de Pesquisa Construindo indicadores sobre
as condições de vida nos bairros e comunidades da região de
Leopoldina*. (CUNHA, Marize B. & OLIVEIRA, Rosely M. -
Coordenadoras) - Rio de Janeiro : CEPEL/ELOS/ENSP, (Vol. I -
Dados físicos, demográficos e de infra-estrutura)
- CEPEL/ELOS/ENSP/FIOCRUZ - Centro de Estudos e Pesquisas da
Leopoldina/ Núcleo de Estudos Locais em saúde (1997) -
*Relatório Técnico de Pesquisa Construindo indicadores sobre
as condições de vida nos bairros e comunidades da região de
Leopoldina*. (CUNHA, Marize B. & OLIVEIRA, Rosely M. -
Coordenadoras) - Rio de Janeiro : CEPEL/ELOS/ENSP, (Vol. II
- Parte Analítica)
- CERTEAU, M. de. (1994) - *A invenção do cotidiano. 1. artes de fazer*.
Petrópolis, RJ : Vozes.
- CHALHOUB, S. (1996) *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte
imperial*. São Paulo : Companhia das Letras.
- CHARTIER, R. (1990) *A história cultural. entre práticas e
representações*. Rio de Janeiro : Bertran-Brasil, DIFEL,.
- CHAUÍ, Marilena de S. (1980) - *O discurso competente. Cultura e
democracia: o discurso competente de outras falas*. São Paulo
: Ed Moderna. (Coleção contemporânea)
- CNPq/IBICT & UFRJ/ECO (1996). *Relatório Final. Projeto Integrado
de Pesquisa. Cultura, informação e sociedade: estudo das
práticas de informação em campos sociais específicos, com
vistas à revisão e ampliação de modelos de comunicação e
transferência de informação*. Coordenação Regina M Marteleto.
Rio de Janeiro.
- CORAGGIO, J. L. (1982)- *Pesquisa urbana e projeto popular*. Ind
Espaço e Debate, n. 26, (pp23-39)

- COSTA, N. do R. (1984)- *Estado, Educação e Saúde: a Higiene da Vida Cotidiana*. in: *Cadernos CEDES Nº 4 - Educação e Saúde*. pp 5:27. São Paulo : Ed. Cortez.
- COSTA, N. do R. (1985) -*Lutas urbanas e controle sanitário: origens das políticas de saúde no Brasil*. Petrópolis, Vozes; Rio de Janeiro : ABRASCO.
- CUNHA, Marize B. (1995). *Grotão, Parque Proletário, Vila Cruzeiro e outras moradas: saber e história nas favelas da Penha*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação/ Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ.
- CUNHA, Marize B. (1996 a) *Movimentando o binóculo: das análises que imobilizam às falas que interrogam*. *Cadernos CEDES 38: A Fala do Excluídos*. São Paulo : Papirus,.
- CUNHA, Marize B. (1996) - *Condições e experiências de vida e o sistema de produção de informação. Relatório Técnico de Pesquisa Construindo indicadores sobre as condições de vida nos bairros e comunidades da região de Leopoldina*. (CUNHA, Marize B. & OLIVEIRA, Rosely M.) - Rio de Janeiro : CEPTEL/ELOS/ENSP, 1997 (Vol. II - Parte Analítica)
- CUNHA, Marize B. da (1993)- *Movimentos sociais: história e questões*. Niterói, RJ : UFF,. (mimeo)
- O DIA (1991). *Secretário diz que não existe surto de dengue*. *O Dia*, pp5. Rio de Janeiro, 25 de janeiro.
- DINIZ, Eli. - *Favela, associativismo e participação social*.
- DOIMO, Ana M. (1995) - *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará : ANPOCS.
- FNS - Fundação Nacional de Saúde/ Coordenação do Rio de Janeiro/ Serviço de Epidemiologia (1997). *Evolução do agravo dengue no Estado do Rio de Janeiro no triênio 1995/1997*. Rio de Janeiro. (mimeo)
- O GLOBO (1990). *Rio poderá ter epidemia de dengue hemorrágica*. *O Globo*, p22. Rio de Janeiro, 16 de dezembro.
- O GLOBO (1991). *Manoela não confirma surto*. *O Globo*, p. 11, Rio de Janeiro, 06 de janeiro.
- GONH, M. da Glória M. - *O papel dos movimentos sociais para o avanço teórico da questão urbana e regional. A questão epistemológica da pesquisa urbana e regional/ Aldo Pavani (Coord.) Brasília : Editora da UNB,. pp 9-21 (Cardenos do CEAM/NEUR)*
- GOULART, J. A. (1957) *Favelas do Distrito Federal*. Rio de Janeiro : Ministério da Agricultura/ Serviços de Informação Agrícola.
- GRAMSCI, A. (1968) - *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Civilização Brasileira : Rio de Janeiro.

- HOLLANDA, Eliane (1993) - Práticas alternativas de pesquisa: alguns questionamentos sobre a potencialidade e limites da pesquisa-ação e pesquisa participante. *Participação popular, educação e saúde: teoria de prática* (orgs. V. V. Valla e E. N. Stotz). Rio de Janeiro : Relume Dumará,. (pp23-49)
- IPLANRIO - Instituto Municipal de Planejamento (Rio de Janeiro, RJ) (1995) - *Anuário Estatístico da Cidade do Rio de Janeiro, 1993/1994*. Rio de Janeiro : IPLANRIO, (CD-ROM)
- IPLANRIO - Instituto Municipal de Planejamento (Rio de Janeiro, RJ) (1993) - *Favelas Cariocas: alguns dados estatísticos*. Rio de Janeiro: IPLANRIO.
- IPLANRIO - Instituto Municipal de Planejamento (Rio de Janeiro, RJ) (1993a) *Assistência comunitária aos assentamentos de baixa renda*. Rio de Janeiro: IPLANRIO.
- IPLANRIO - Instituto Municipal de Planejamento (Rio de Janeiro, RJ). *Cadastro de Favelas do Município do Rio de Janeiro (1981/1991)*. Rio de Janeiro : IPLANRIO.
- LANDIM, Leilah (1988) *Sem fins lucrativos: as organizações não governamentais no Brasil*. Rio de Janeiro : ISER.
- LAURELL, A. C. (1976) - Enfermidad e desarrollo: análisis sociológico de la mortalidade en dos pueblos mexicanos. *Revista Mexicana de Ciências Políticas*, 84.
- LEEDS, Elizabeth (1998). *Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira: ameaças à democratização local. Um século de favela (Alba Zaluar & Marcos Alvito - orgs)*. Rio de Janeiro : Editora Fundação Getúlio Vargas. pp 233-276.
- LORRAIN, Dominique (1993) - A pesquisa do local: vida e história. *Poder local: governo e cidadania / Tania Ficher (org.)* Rio de Janeiro : FGV, 1993.
- LUZ, Madel T. (1979) *As instituições médicas no Brasil. Instituição e estratégia de hegemonia*. Rio de Janeiro : Graal. (Coleção Biblioteca de Saúde e Sociedade)
- LUZ, Madel T. (1994)- *As Conferências Nacionais de Saúde e as Políticas de Saúde da década de 80. Saúde e sociedade no Brasil: anos 80 (Reinaldo Guimarães e Ricardo ^a W. Tavares - orgs.)*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- MARQUES, Irânia M. da S. F. (1996)- *Informações sobre condições de vida e grupos populares urbanos: o caso do Complexo da Maré*. Monografia de final do Curso de Especialização em Saúde Pública. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ,.
- MARTINS, J. de S. (1992)- *Cidadania, movimentos sociais e entidades de mediação. Discutindo a assessoria popular IV*. Rio de Janeiro : FASE/ IAJUP. (Coletação Seminários -17) (pp. 6-17)
- MARTINS, J. de S. (1993)- *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec,.

- MARTINS, J. de S. (1996) - "As temporalidades da história na dialética de Lefebvre." *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo : Hucitec.
- MATURANA, H. (1998) - *Emoções e linguagem na educação e na política*. Belo Horizonte: ED. UFMG.
- MATURANA, H. (1999) - *A ontologia da realidade*. Belo Horizonte: ED. UFMG.
- MEDRONHO, R. A. (1995) *Geoprocessamento e saúde: uma nova abordagem do espaço no processo saúde-doença*. Rio de Janeiro : FIOCRUZ/CICT/NECT.
- MONEDERO, C. (1998) - *Antropología y psicología*. Madrid: Ed. Prâmide S.^a.
- MORIN, E. (1973). *O Paradigma Perdido: A Natureza Humana*. 5ª edição. Portugal : Publicações Europa-América.
- MS - Ministério da Saúde (1998) - *Guia de Vigilância epidemiológica*. Brasília: Fundação Nacional de Saúde/ MS.
- OLIVEIRA, M. & COELHO, E. J. (sem data)- *Formação e Evolução dos Subúrbios da Leopoldina* (mimeo).
- OLIVEIRA, Rosely M. (1993) - *A distribuição desigual dos serviços de água e esgoto no município do Rio de Janeiro: o caso da Região da Leopoldina..* [Dissertação de Mestrado] Rio de Janeiro : Escola Nacional de Saúde Pública..
- OLIVEIRA, Rosely M.. (1996) - *Construindo o conhecimento sobre o saneamento básico nas favelas através das "falas" e informações da população. Cadernos CEDES 38: A Fala do Excluídos*. São Paulo : Papirus.
- PEREGRINO, Mônica. (1996) - *Picadas, becos, vielas: caminhos do saber. Cadernos CEDES 38: A Fala do Excluídos*. São Paulo : Papirus.
- PERLMAN, Janice E. (1977) - *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- POSSAS, Cristina (1989) - *Epidemiologia e Sociedade. (Heterogeneidade estrutural e saúde no Brasil)*. São Paulo : HUCITEC, 1989.
- RAMOS, Célia L. (1986) - *Participação popular nos programas de saúde. A saúde em estado de choque* (org. Maria Cecília de S. Minayo). Rio de Janeiro : FASE: Espaço&Tempo, 1986.
- SABROZA, P. C., TOLEDO, L. M. & OSANAI, C. H. (1992) - *A organização do espaço e os processos endêmicos epidêmicos. Saúde, Ambiente e Desenvolvimento. / LEAL, M. C. ET AL. (orgs.)*. Rio de Janeiro, São Paulo : ABRASCO :HUCITEC. (Vol. II)

- SABROZA, P. C.; KAWA, H. e CAMPOS, W. S. Q. (1995) - Doenças transmissíveis: ainda um desafio. *Os muitos Brasis: saúde e população na década de 80.* (Org. Maria C. de S. Minayo). São Paulo - Rio de Janeiro : HUCITEC - ABRASCO.
- SADER, Eder & PAOLI, M. Célia. (1986). Sobre as "classes populares" no pensamento sociológico brasileiro". *A aventura antropológica Teoria e pesquisa.* (E. R. Durham., et al.; org Ruth C. L. Cardoso.) Rio de Janeiro : Paz e Terra.
- SADER, Eder. (1988)- *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80).* São Paulo : Paz e Terra.
- SAMAJA, J. (1995). *Epistemología y Epidemiología.* Palestra proferida no III Congresso Brasileiro, II Congresso Ibero-Americano e I Congresso Latinoamericano de Epidemiologia. Salvador, BA, mimeo)
- SANTOS, C. N. F. dos (1981). *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro : Zahar Editores
- SANTOS, M. (1993) - Materiais para o estudo da urbanização brasileira no período técnico científico. *A questão epistemológica da pesquisa urbana e regional/* Aldo Pavani (Coord.) Brasília : Editora da UNB,. pp 9-21 (Cardenos do CEAM/NEUR)
- SANTOS, M. (1993). - Metr6pole: a força dos fracos é o seu tempo lento. *Ciência & Ambiente.* Ano IV, nº 7,. Santa Maria-RS : Ed. da UFSM. julho/dezembro.
- SE LIGA NO SINAL (junho/1991). Grupos que participam do SINAL. Rio de Janeiro : CEPEL. (p. 4)
- SE LIGA NO SINAL (junho/1991). Editorial. Rio de Janeiro : CEPEL. (p. 2)
- SHERER-WARREM, Ilse (1999). *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era das globalização.* São Paulo: HUCITEC.
- STARK, E. (1977) - The epidemic as a social event. *Internacional Journal Health Service.* Vol 7. nº 4.
- TAMBELINNI, Ana. (1975)- *Contribuição e análise epidemiológica dos acidentes de trabalho.* Campinas. (Tese apresentada a Universidade de Campinas)
- THOMPSON, E. P. (1981) *A miséria da teoria.* Rio de Janeiro : Zahar,
- TREIGER, Berta & Patrícia Bins (1988) - Dos conjuntos habitacionais à rua. INTRITUTO DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL (Rio de Janeiro, RJ) *Morar na Metr6pole/ IPLANRIO,* pp. 33-53.
- TUAN, Yi-Fu (1983). *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.* São Paulo : DIFEL.
- VALADARES, J. C. (1997). Comunicação oral (anotações de aula da disciplina Espaço e Situação do Sujeito) Pós-graduação em saúde pública da ENSP/FIOCRUZ.

- VALADARES, J. C. (1999) - Espaço-ambiente e comportamento humano. *Meio ambiente & Educação*/MELLO FILHO, L. E. de et. al. Rio de Janeiro : Gryphus. - (Coleção Educação em diálogo; vol. 3).
- VALADARES, Lícia do P. (1977) - Associações voluntárias nas favelas. *Ciência de Cultura*. 29 (12). Rio de Janeiro. pp. 1390-1430.
- VALADARES, Lícia do P. (1978)- *Passa-se uma casa : análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Zahar editores.
- VALLA, V. V. & STOTZ, E. N. (1991) - *Participação popular e saúde*. (2ª edição) Petrópolis : CDDH - CEPTEL.
- VALLA, V. V. & STOTZ, E. N. (1994) - *Educação, saúde e Cidadania*. Petrópolis, RJ : Vozes.
- VALLA, V. V. (1986) - *Educação e favela. Políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940-1985*. Rio de Janeiro : Vozes/ ABRASCO, 1986.
- VALLA, V. V. (1992) - Educação, saúde e cidadania: investigação científica e assessoria popular. *Cadernos de Saúde Pública* 8 (1) 30-40. Rio de Janeiro : ENSP/FIOCRUZ.
- VALLA, V. V. (1993) - Participação popular e saúde: a questão da capacitação técnica no Brasil. *Participação popular, educação e saúde: teoria de prática* (orgs. V. V. Valla e E. N. Stotz). Rio de Janeiro : Relume Dumará.
- VALLA, V. V. (1997) - *Apoio social e saúde: buscando compreender a fala das classes populares*. Trabalho apresentado no V Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva E V Congresso Paulista de Saúde Pública, Águas de Lindóia, SP.
- VALLA, V. V. (1998) - Como nasceu a proposita do CEPTEL? Como foi a trajetória de 10 anos da entidade? *Se Liga no SINAL* (julho/agosto/setembro/1998
- VALLA, V. V., CARVALHO, M. A. de ASSIS, M. de (1993) - *Participação popular e os serviços de saúde: o controle social como exercício da cidadania*. Rio de Janeiro : PARES/ SDE/ ENSP.
- VALLA, V. V.. (1996) - A crise de interpretação é nossa: procurando compreender a fala das classes subalternas. *Educação & Realidade*. Vol. 21-2 (177-191) Porto Alegre-RS : UFRS.
- VALLA, V. V. et all. (1981) - Para a formulação de uma teoria da educação extra-escolar no Brasil : ideologia, educação e as favelas do Rio de Janeiro, 1980-1990. Relatório Final. Rio de Janeiro : Instituto de Estudos Avançados em Educação/FGV. (mimeo)

- VAZ, N. (1991) - *Com o Olhar de um Biólogo*. Texto apresentado no Seminário de Educação e Saúde organizado pelo SENAC. Rio de Janeiro. (mimeo)
- WONG-UN, J. (1998) *Correr o risco: entre as ordens e a reviravola. Como a saúde para as comunidades bate de frente com a saúde das comunidades*. [Trabalho de conclusão da disciplina Antropologia e Meio Ambiente - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social - Museu Nacional]. Rio de Janeiro : UFRJ.
- ZALUAR, Alba & ALVITO, M. (1998) - *Um século de favela*. Rio de Janeiro : Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

APÊNDICE 1

Quadro 3 : Comunidades surgidas na XI Região Administrativa (Penha) até 1930, segundo características de relevo, origem do primeiros moradores e propriedade da terra.*

COMUNIDADE (BAIRRO)	ANO DE OCUPAÇÃO	RELEVO	PRIMEIROS MORADORES	PROPRIEDADE DA TERRA OCUPAÇÃO
Morro do Sereno (PARADA DE LUCAS)	1921	<i>encosta/irregular</i>	Sem referência	Parte dos moradores pagavam aluguel para algumas pessoas que se diziam proprietárias. Parte dizia desconhecer e temiam tocar no assunto.
Dourados (CORDOVIL)	1921	<i>encosta/regular</i>	Mineiros. Alagoanos, baianos e cariocas	Privada (provavelmente). Apesar de um senhor ter se apresentado como proprietário, em 1955, nada fizeram para remover.

* Elaborado a partir de dados do Cadastro de Favelas do IPLANRIO (1981/1993)

Quadro 4 : Comunidades surgidas na XI Região Administrativa (Penha) - 1931/1945, segundo características de relevo, origem do primeiros moradores e propriedade da terra.*

COMUNIDADE (BAIRRO)	ANO DE OCUPAÇÃO	RELEVO	PRIMEIROS MORADORES	PROPRIEDADE DA TERRA OCUPAÇÃO
Parque Jardim Beira Mar (PARADA DE LUCAS)	1931	<i>plana/regular</i>	Migrantes do Nordeste, principalmente CE, PB e PE	Parte privada (marinha) e parte pública (rede ferroviária) Originalmente área de mangue
Mangueirinha (BRÁS DE PINA)	1931	<i>plana/regular</i>	desconhecida	Privada (provavelmente)
Caixa d'Água (PENHA CIRCULAR)	1931	<i>encosta/irregular</i>	Migrantes do estado de MG	Parte pública, parte privada
Frei Gaspar (PENHA CIRCULAR)	1941	<i>encosta/irregular</i>	Sem referência	Privada
Vila Proletária da Penha (PENHA)	1941	<i>encosta/irregular</i>	Pessoas removidas de outras áreas da cidade (Zona Portuária, centro, S. Cristóvão e Caju)	Área pertencente à Igreja Católica, que havia sido doada à prefeitura para ser ocupada por cemitério.
Vila Cruzeiro (OLARIA)	1941	<i>encosta/regular</i>	Sem referência	Parte da Igreja Católica, parte privada
Parque Furquim Mendes (VIGÁRIO GERAL)	1941	<i>plana/regular</i>	Migrantes dos estado de MG, ES e BA	Parte pública, parte privada
Cordovil (CORDOVIL)	1943	<i>plana/irregular</i>	Morro do Urubu, em Cordovil	Moradores referem como área da Marinha. Nunca foi reclamada a propriedade
Morro do Cariri (OLARIA)	1944	<i>encosta/irregular</i>	Migrantes de vários estados do Nordeste	Igreja Católica

* Elaborado a partir de dados do Cadastro de Favelas do IPLANRIO (1981/1993)

Quadro 5: Comunidades surgidas na XI Região Administrativa (Penha) - 1946/1964, segundo características de relevo, origem do primeiros moradores e propriedade da terra.*

COMUNIDADE (BAIRRO)	ANO DE OCUPAÇÃO	RELEVO	PRIMEIROS MORADORES	PROPRIEDADE DA TERRA QUANDO DA OCUPAÇÃO
Morro da Fé (PENHA CIRCULAR)	1946	<i>encosta/irregular</i>	Sem referência no cadastro	Duas pessoas se apresentaram como proprietários e tentaram a remoção dos ocupantes. Houve muita resistência dos moradores e os ditos proprietários desistiram.
Batuta de Cordovil (CORDOVIL)	1948	<i>encosta/regular</i>	Moradores de bairros próximos que não conseguiam pagar aluguel.	desconhecida
Parque Proletário de Vigário Geral (VIGÁRIO GERAL)	1951	<i>plana/regular</i>	Pessoas removidas de favelas em Cordovil e do Morro do Santo Antônio.	Desconhecido. Moradores referem como sendo área particular, mas não existe comprovação.
Morro da Guaíba (BRÁS DE PINA)	1951	<i>plana/irregular</i>	Migrantes de Minas Gerais	Desconhecida. Nunca houve reclamação de propriedade.
Morro do Caracol (PENHA)	1951	<i>encosta/irregular</i>	Migrantes do norte e do nordeste	Particulares reclamaram a propriedade da área, mas os moradores se mobilizaram e conseguiram para o processo de despejo.
Brás de Pina (BRÁS DE PINA)	1955	<i>plana/regular</i>	Sem referência no cadastro.	Consta apenas que foram entregues 316 títulos de propriedade em 1985 pela CEHAB ¹
B. Proletário do Dick (VIGÁRIO GERAL)	1961	<i>plana/irregular</i>	Migrantes dos estados de MG, ES e do Nordeste, principalmente PE e PB.	Desconhecida (por ser área próxima ao Rio Meriti, os moradores acreditam que seja da Marinha.
Serra Pelada (CORDOVIL)	1963	<i>encosta/regular/irregular</i>	Sem referência. Acredita-se que seja de outras áreas da cidade em função da construção de conjunto habitacional em Cordovil	Pública municipal.
Rodolfo Chamberland (JARDIM AMÉRICA)	1964	<i>plana/regular</i>	Migrantes do interior do estado do Rio e de outros estados do nordeste	Desconhecida (por ser área de mangue os moradores acreditam que pertenciam à Marinha.

* Elaborado a partir de dados do Cadastro de Favelas do IPLANRIO (1981/1993)

¹ Importante estudo sobre movimentos sociais urbanos elaborado por Santos (1981) descreve e analisa o processo de luta dos moradores de Brás de Pina contra a remoção dos seus moradores. A comunidade estava incluída na primeira leva de favelas que deveriam ser erradicadas por ocuparem terrenos valiosos. O estudo destaca o importante papel da padres da Igreja Católica no apoio à luta dos moradores.

Quadro 6: Comunidades surgidas na XI Região Administrativa (Penha) - 1965/1980, segundo características de relevo, origem do primeiros moradores e propriedade da terra.*

COMUNIDADE (BAIRRO)	ANO DE OCUPAÇÃO	RELEVO	PRIMEIROS MORADORES	PROPRIEDADE DA TERRA OCUPAÇÃO
Laudelino Freire (PENHA)	1966	<i>encosta/ regular</i>	Pessoas de outras favelas da cidade e migrantes de outros estados.	Particular loteou e vendeu aos moradores com promessa de passar documento.
Parque CHP (CORDOVIL)	1970	<i>plana/ regular</i>	Pessoas removidas de Benfica, por causa da construção da R. Leopoldo Bulhões.	O cadastro e a venda dos lotes foi feito pela CEHAB, apesar de se tratar de Conjunto Habitacional Provisório.
Chega Mais (CORDOVIL)	1971	<i>plana/ regular</i>	Pessoas de outras áreas da cidade que não conseguiam pagar aluguel	Privada. Já receberam ameaça de remoção e resistiram, recebendo apoio da Igreja Católica.
Bom Jardim de Cordovil (CORDOVIL)	1971	<i>encosta/ regular</i>	O primeiro morador era papelero e a Segunda moradora oferecia pensão para trabalhadores da construção do Conjunto Habitacional Cidade Alta. Em seguida chegaram pessoas de outras partes da cidade.	Moradores referem como área pertence a particulares, mas a área nunca foi reclamada.
Parque Proletário de Cordovil (CORDOVIL)	1973	<i>encosta/ irregular</i>	Consta a mesma informação de Bom Jesus de Cordovil	Moradores acreditavam conhecer o proprietária e pagavam aluguel para construir. Mais tarde, descobriram que estavam sendo enganados. A área nunca foi reclamada
Te Contei (PARADA DE LUCAS)	1976	<i>plana/ regular</i>	Migrantes de diversos estados e de outras favelas da cidade e pessoas que não conseguiam pagar aluguel.	desconhecida
Vila Cambuci (CORDOVIL)	1977	<i>encosta/ irregular</i>	Consta que a primeira moradora era de Bonsucesso. Em 1981 a área estava toda ocupada, com grande densidade.	Consta que a primeira moradora teve o terreno doado por um banco. Até 1981 não havia reclamação de propriedade. Em 1991, o cadastro apontava que houve problemas com a polícia e Prefeitura esta a procura solucionar o problema.
Parque Proletário do Grotão (PENHA)	1979	<i>encosta/ irregular</i>	Sem referência	Privada, havendo muita disputa judicial. Em 1991, o cadastro aponta como área da prefeitura.

* Elaborado a partir de dados do Cadastro de Favelas do IPLANRIO (1981/1993)

QUADRO 7 : COMUNIDADES QUE SOFRERAM AMEAÇA DE REMOÇÃO - XI R.A.- 1960/80

COMUNIDADE/ (BAIRRO)	DATA APROXIMADA	PROCESSO DE REMOÇÃO	DESFECHO
Parque Furquim Mendes (CORDOVIL)	meados dos anos 70	os moradores que ocupavam um terreno próximo à Companhia Água Nascente tiveram que abandonar o local	a Companhia deu uma quantia simbólica às pessoas que foram morar na favela do Dick e Vila Kennedy
Bairro Proletário do Dick (VIGÁRIO GERAL)	1969	a comunidade foi ameaçada quando ia ser construída uma estrada ligando Jardim América a Caxias	a remoção não chegou a ser efetivada
Parque Proletário de Vigário Geral (VIGÁRIO GERAL)	1980	herdeiros da família Bulhões Marcial, provável proprietário do terreno, entraram com uma ação na justiça procurando despejar os moradores	a comunidade tinha um advogado que defendia a causa dos moradores tentando evitar sua expulsão ¹
Cordovil (CORDOVIL)	indefinida	a comunidade é limitada pela WHITE MARTINS que conseguiu retirar através de ação judicial moradores que ocupavam seu terreno	os moradores retirados foram removidos para conjuntos habitacionais
Serra Pelada (CORDOVIL)	1980	<ul style="list-style-type: none"> em 1980, o número de habitantes da comunidade começou a aumentar intervenção da polícia e de uma junta de deputados, via Gov. Chagas Freitas a fim de impedir a construção de moradias no local pois estavam obstruindo uma escada que ligava a Cidade Alta à Estrada Porto Velho 	<ul style="list-style-type: none"> aqueles que já haviam se instalado no local remanejaram suas casas para área central, preenchendo áreas vagas que ainda existiam aqueles que não haviam construído casas foram colocados em uma kombi pelo Deputado Joel Vivas e remanejados para um local não identificado
Morro da Fé** (PENHA CIRCULAR)	1969 e 1979	<ul style="list-style-type: none"> 1979 - O general Mourão Filho ganhou na justiça a posse das terras situadas entre as Ruas Maturacá e Helvétia, onde moravam cerca de 300 a 400 famílias cerca de 1979- uma pessoa se apresentou como proprietário das terras da Rua Maturacá para cima 	<ul style="list-style-type: none"> a Prefeitura e o Exército demoliram todas as casas, amarrando-as com cordas e puxando-as até derrubá-las através do uso de tratores e caminhões; os moradores expulsos não receberam casas nem lotes. os moradores reunidos foram verificar a veracidade da questão e descobriram que a pessoa não era dona das terras; a partir daí fundaram a Associação de Moradores e adquiriram o Estatuto da Comunidade
Caixa D'Água (PENHA CIRCULAR)	época de Carlos Lacerda, ano indefinido	alguns moradores foram ameaçados de remoção para Cidade de Deus e Vila Kennedy	a ameaça não foi cumprida
Caracol (PENHA)	indefinida	tentativa de expulsão por parte de um parente da herdeira do terreno	os moradores fizeram passeata até o Palácio Guanabara procurando impedir o processo de despejo e ganharam na primeira instância por volta de 1980

•elaborado a partir de dados do Cadastro de Favelas do IPLANRIO (1981/1993)

**As informações referentes ao Morro da Fé encontram-se na pesquisa realizada para o Favela Bairro

¹O processo estava em curso na época que foi realizada a pesquisa na comunidade pelo IPLANRIO, em 1980.

QUADRO 9: Situação do abastecimento de água nas favelas da XI Região Administrativa (Penha)- Região da Leopoldina- Município do Rio de Janeiro -1981 e 1991. ¹

BAIRRO	COMUNIDADE	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	
		1981	1991
JARDIM AMÉRICA	1. <i>Rodolfo Chamberland</i>	domicílios abastecidos pela rede oficial; e domicílios através da rede clandestina; não constam problemas de falta de água	rede oficial parcial / regular
VIGÁRIO GERAL	2. <i>Pq Furquim Mendes</i>	rede não oficial, construída e mantida pelos moradores, servindo toda a comunidade; problemas de escassez	rede oficial parcial / regular
	3. <i>Bairro Prol do Dick</i>	rede subterrânea feita pelos moradores a partir da Rua Tales de Carvalho, atendendo a parte da comunidade; área pantanosa não possuía água encanada	rede parcial oficial/ regular
	4. <i>Pq Prol de Vigário Geral</i>	2 redes clandestinas, sendo que na área das palafitas havia casas que não estavam ligadas à rede	rede parcial oficial/ regular
PARADA DE LUCAS	5. <i>Te Contei</i>	abastecimento pela rede da favela Jardim Beira Mar, com manutenção feita pelos moradores; problemas de falta de água	rede total não oficial/ ruim
	6. <i>Pq Jardim Beira Mar</i>	rede implantada pelos moradores; não servia a toda a comunidades pois em determinados lugares a água não chegava (pressão da bomba)	rede parcial oficial/ regular
CORDOVIL	7. <i>Cordovil</i>	duas redes implantadas e mantidas pelos moradores, apresentando problemas de pressão	rede parcial não oficial/ bom
	8. <i>Chega Mais (1985)</i>	sistema clandestino, com apenas uma tubulação para abastecer todas as casas; problemas de falta de água	rede parcial oficial/ ruim
	9. <i>Bom Jardim de Cordovil (1991)</i>	rede clandestina através da Ig. Senhor do Bonfim, atendendo à 50 % da comunidade	rede total não oficial
	10. <i>Dourados</i>	pegavam água em baldes ou latas na bica da Rua Antônio João ou com vizinhos que moravam em terrenos fora da comunidade	bicas, poços, nascente/ regular
	11. <i>Pq Prol de Cordovil</i>	sistema implantado e mantido pelos moradores, atendendo a 50 % da comunidade; o restante apanhava em bicas; problemas de falta de água	sistema parcial não oficial
	12. <i>Pedacinho do Céu (1991)</i>	clandestino: abasteciam-se do vizinho, de onde fizeram a ligação	rede parcial não oficial/ ruim
	13. <i>Serra Pelada</i>	rede implantada pelos moradores, atendendo a 80 % das casas, a partir de uma bica da CEDAE	rede parcial não oficial/ bom
	14. <i>Parque CHP (1992)</i>	misto: parte implantado pela CEDAE e rede clandestina, na área em expansão	rede total mista/regular
	15. <i>Batuta de Cordovil (1986)</i>	implantada pelos moradores, não atendendo a toda a favela	rede parcial oficial/regular
	16. <i>Vila Cambuci</i>	implantada pelos moradores a partir da rede que abastecia a Cidade Alta	rede total não oficial / ruim
BRÁS DE PINA	17. <i>Brás de Pina</i>	—	rede total oficial
	18. <i>Mangueirinha</i>	Rede mista: oficial na R. Suruí; clandestina no restante da comunidade; parte alta não era abastecida	rede parcial oficial/ regular
	19. <i>Morro da Guaíba</i>	não existia sistema; abastecimento através de doação de vizinhos, com transporte em latas	sistema parcial oficial / regular

(continua próxima página)

Quadro 9 (cont...)

BAIRRO	COMUNIDADE	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	
		1981	1991
BRÁS DE PINA (cont...)	20. Vila Pequiri (1991)	clandestino, implantado pelos moradores	rede total não oficial/ ruim
PENHA CIRCULAR	21. Frei Gaspar	20 % estavam ligadas a CEDAE; uma pequena parte tinha rede clandestina e a maioria se abastecia na bica	rede parcial oficial/ bom
	22. Centro Social Marcílio Dias²	—	rede parcial oficial
	23. Morro da Fé	sistema clandestino implantado pelos moradores; os encanamentos encontravam-se em estado precário	rede parcial oficial/ regular
	24. Caixa D'Água	não havia rede de água, com população se abastecendo em bicas públicas; havia 2 caixas desativadas	rede parcial oficial/ regular
	25. Morro do Sereno	havia um setor onde a maioria possuía água encanada, com sistema feito pelos moradores; o restante não era servido e os moradores pegavam água no vizinho ou usavam poço	rede parcial oficial/ regular
PENHA	26. Laudelino Freire	rede implantada pelos moradores, com a água obtida através da caixa do Parque Proletário da Penha	rede total não oficial/ bom
	27. Pq Prol do Grotão	havia duas caixas d'água desativadas; os moradores se abasteciam nos vizinhos das Ruas Jurumirim e Tenente Luis Dornelles	rede oficial total/ regular
	28. Morro do Caracol	A CEDAE fez a ligação na A.M de onde a água era distribuída para a caixa que abastecia a favela; o sistema foi feito pelos moradores; 1/3 da comunidade possuía água; qualidade ruim não abastecendo toda a favela	rede parcial oficial/ regular
	29. Vila Proletária da Penha	rede implantada pelos moradores, e posteriormente houve a construção de uma caixa e complementação da rede pelo Gov. Carlos Lacerda; distribuição controlada pelo manobreiro da A.M.; havia problemas de abastecimento	rede total oficial
	30. Vila Cruzeiro	Projeto Agrimensor da CEDAE para abastecimento da comunidade, além de Morro do Cariri e Vila Proletária; a comunidade recebia água das caixas situadas no Cariri e Vila Proletária; Implantação do sistema foi feito pelos moradores com a ajuda do Estado que forneceu mão de obra especializada e material; havia problemas de pressão na distribuição	rede total oficial/ regular
	31. Morro do Cariri (Meren-diba)	na parte baixa, rede oficial; na parte alta, rede implantada e mantida pelos moradores, através da A.M. de Vila Cruzeiro	rede parcial oficial/ regular

1. A maior parte das comunidades de XI R.A. foram pesquisadas e cadastradas pelo IPLAN em 1981. No entanto, há algumas que o foram posteriormente. Neste caso, assinalamos ao lado do nome da comunidade, o ano em que a pesquisa foi realizada

2. A comunidade não foi pesquisada pelo IPLAN RIO em 1981. Estava em processo de urbanização através do PROJETO RIO

Fontes: * Cadastro de Favelas do Município do Rio de Janeiro 1981/1993 (informações relativas à pesquisa de campo em comunidade)

** Assistência Comunitária aos Assentamentos de Baixa Renda do Município do Rio de Janeiro /1993 (dados relativos à atualização do Cadastro por atuação governamental)

QUADRO 10: Limpeza pública em favelas da XI Região Administrativa - (Penha) - Região da Leopoldina- Município do Rio de Janeiro 1981 e 1991. ¹

BAIRRO	COMUNIDADE	LIMPEZA DE VIAS PÚBLICAS E COLETA DOMICILIAR DE LIXO	
		1981	1991
Jardim América	1. <i>Rodolfo Chamberland</i>	COMLURB passava pela R. Rodolfo Chamberlain; o lixo era jogado no Canal de Acari	Limpeza total COMLURB/coleta suficiente pela COMLURB
Vigário Geral	2. <i>Parque Furquim Mendes</i>	somente os moradores da parte da frente da Furquim Mendes eram servidos pela COMLURB; os demais jogavam lixo em vazadouros e valas; havia queima	não há limpeza não há coleta pela COMLURB
	3. <i>Bairro Prol do Dick</i>	COMLURB passava 3 dias em duas ruas principais; moradores da rua do Sossego jogavam lixo no rio ou faziam queima	não há limpeza; coleta insuficiente pela COMLURB
	4. <i>Parque Prol de Vigário Geral</i>	coleta insuficiente pela COMLURB 3 vezes por semana; depósito em valas e vazadouros	parcial moradores; coleta insuficiente pela COMLURB
Parada de Lucas	5. <i>Te Contei</i>	lixo jogado em vazadouros localizados no terreno da Marinha e no canal do Rio Meriti	não há limpeza; não há coleta
	6. <i>Parque Jardim Beira Mar</i>	A A.M se responsabilizava pela varredura de alguns locais da favela; COMLURB recolhia o lixo 2 vezes por semana nas ruas principais, para onde os moradores levavam o lixo	parcial, moradores; coleta insuficiente pela COMLURB
Cordovil	7. <i>Cordovil</i>	lançamento de lixo no canal e queima feita em terreno de propriedade do Estado.	não há limpeza; não há coleta domiciliar pela COMLURB
	8. <i>Chega Mais (1985)</i>	não existia limpeza pública; acúmulo de lixo no campo de futebol Dourados e queima pelos moradores	total moradores; não há coleta domiciliar pela COMLURB
	9. <i>Bom Jardim de Cordovil (1991)</i>	—	não há limpeza; há coleta pelos moradores
	10. <i>Dourados</i>	lixo jogado em vazadouros e quando chovia descia pelas valas	não há limpeza; não há coleta domiciliar pela COMLURB
	11. <i>Pq Prol de Cordovil</i>	lixo jogado em terrenos vazios e com queima	não há limpeza; não há coleta domiciliar pela COMLURB
	12. <i>Pedacinho do Céu (1991)</i>	não há limpeza pública; COMLURB passa na rua principal onde é colocado o lixo	não há limpeza; não há coleta domiciliar pela COMLURB
	13. <i>Serra Pelada</i>	não havia limpeza pública e coleta; queima pelos moradores	não há limpeza; não há coleta domiciliar pela COMLURB
	14. <i>Parque CHP (1992)</i>	não há limpeza; COMLURB passa 3 vezes por semana	não há limpeza; coleta suficiente pela COMLURB
15. <i>Batuta de Cordovil (1986)</i>	não existia limpeza pública; COMLURB passava regularmente nas ruas principais, recolhendo o lixo do latão	não há limpeza; não há coleta domiciliar pela COMLURB	
16. <i>Vila Cambuci</i>	não havia limpeza pública e coleta domiciliar; lixo jogado num terreno baldio ao lado da favela, havendo queima	Parcial, COMLURB; não há coleta domiciliar pela COMLURB	
Brás De Pina	17. <i>Brás de Pina</i>	—	não há limpeza; há coleta suficiente pela COMLURB
	18. <i>Mangueirinha</i>	COMLURB passava na Rua Vicente Caneco, onde os moradores deixavam o lixo; na parte alta havia a queima	parcial, moradores; há coleta insuficiente pela COMLURB

(continua na próxima página)

Apêndice 1

(cont... Quadro 10)

BAIRRO	COMUNIDADE	LIMPEZA DE VIAS PÚBLICAS E COLETA DOMICILIAR DE LIXO	
		1981	1991
Brás de Pina (cont..)	19. <i>Morro da Guaíba</i>	Não havia limpeza e coleta pela COMLURB; jogavam lixo em vários locais da favela, com queima	não há limpeza; não há coleta domiciliar pela COMLURB
	20. <i>Vila Pequiri (1991)</i>	recolhimento através de uma pessoa que o depositava onde a COMLURB fazia o recolhimento; havia queima	não há limpeza; há coleta pelos moradores
Penha Circular	21. <i>Frei Gaspar</i>	COMLURB passava na Rua Frei Gaspar para onde os moradores levavam o lixo; na parte mais alta do morro havia a queima	não há limpeza; não há coleta domiciliar pela COMLURB
	22. <i>Centro Social Marcílio Dias</i>	—	parcial, COMLURB/ há coleta insuficiente pela COMLURB
	23. <i>Morro da Fé</i>	limpeza pública feita pelos moradores; havia uma caçamba	parcial, moradores; não há coleta domiciliar pela COMLURB
	24. <i>Caixa D'Água</i>	a COMLURB não ia à favela, sendo o lixo jogado em toda a área e havia queima	não há limpeza; não há coleta domiciliar pela COMLURB
	25. <i>Morro do Sereno</i>	o lixo era jogado em vazadouros; a COMLURB ia a Rua Gonçalves Santos 1 vez por semana, onde alguns moradores colocavam o lixo; havia casos de queima	não há limpeza; não há coleta domiciliar pela COMLURB
Penha	26. <i>Laudelino Freire</i>	apesar de pagarem taxa de lixo, não eram servidos pela COMLURB; o lixo era queimado em vazadouros	não há limpeza; não há coleta domiciliar pela COMLURB
	27. <i>Pq Prol do Grotão</i>	A COMLURB passava na Rua Tenente Luis Dorneles e alguns moradores desciam a fim de jogar o lixo; a maioria colocava em vazadouros	Parcial, COMLURB; há coleta insuficiente pela COMLURB
	28. <i>Morro do Caracol</i>	A COMLURB recolhia o lixo 1 vez por semana de uma lixeira; os moradores costumavam também jogar o lixo em valas e vazadouros para queimá-lo	não há limpeza; há coleta insuficiente pela COMLURB
	29. <i>Vila Proletária da Penha</i>	COMLURB fazia coleta nas ruas que permitiam o acesso de veículos; havendo também queima no vazadouro e acúmulo nas valas.	parcial moradores; há coleta suficiente pela COMLURB
	30. <i>Vila Cruzeiro</i>	lixo jogado em vazadouros e nas 3 caçambas existentes; havia queima	não há limpeza; há coleta suficiente pela COMLURB
	31. <i>Morro do Cariri (Merendiba)</i>	o lixo era jogado em vazadouros e valas; havia também queima; alguns moradores pagavam taxa de lixo	Não há limpeza; não há coleta domiciliar pela COMLURB

1. A maior parte das comunidades de XI R.A. foram pesquisadas e cadastradas pelo IPLAN em 1981. No entanto, há algumas que o foram posteriormente. Neste caso, assinalamos ao lado do nome da comunidade, o ano em que a pesquisa foi realizada

2. A comunidade não foi pesquisada pelo IPLAN RIO em 1981. Estava em processo de urbanização através do PROJETO RIO

Fontes: * Cadastro de Favelas do Município do Rio de Janeiro 1981/1993 (informações relativas à pesquisa de campo em comunidade)

** Assistência Comunitária aos Assentamentos de Baixa Renda do Município do Rio de Janeiro /1993 (dados relativos à atualização do Cadastro por atuação governamental)

QUADRO 11: Situação do Esgotamento Sanitário nas favelas da XI Região Administrativa (Penha)- Região da Leopoldina- Município do Rio de Janeiro --1981 e 1991

BAIRRO	COMUNIDADE	ESGOTO	
		1981	1991
JARDIM AMÉRICA	1. <i>Rodolfo Chamberland</i>	canalização feita por cada morador até o canal	vala aberta/ ruim
VIGÁRIO GERAL	2. <i>Pq Furquim Mendes</i>	trecho canalizado e restante era de valas abertas	rede parcial oficial/regular
	3. <i>Bairro Prol do Dick</i>	rede parcial feita pelos moradores; restante corre à céu aberto	rede parcial oficial/ regular
	4. <i>Pq Prol de Vigário Geral</i>	misto: rede subterrânea, implantada pelos moradores e valas abertas, com qualidade precária	rede oficial parcial/ regular
PARADA DE LUCAS	5. <i>Te Contei</i>	cada morador, responsável pelo manilhamento de sua casa e pela manutenção	rede não oficial parcial/ regular
	6. <i>Pq Jardim Beira Mar</i>	misto: rede subterrânea implantada pelos moradores e valas aberta e coberta.	rede oficial parcial/ regular
CORDOVIL	7. <i>Cordovil</i>	rede construída pelos moradores atendendo a quase toda a favela	rede parcial oficial/ regular
	8. <i>Chega Mais (1985)</i>	misto implantado pelos moradores, com parte da favela com sistema manilhado até o rio; e outra parte, fossa	rede parcial oficial/ regular
	9. <i>Bom Jardim de Cordovil (1991)</i>	—	rede oficial total
	10. <i>Dourados</i>	esgoto descia em duas valas	vala aberta (ruim)
	11. <i>Pq Prol de Cordovil</i>	implantado pelos moradores: duas valas abertas que recebiam esgotamento de valetas	rede oficial parcial
	12. <i>Pedacinho do Céu (1991)</i>	implantado pelos moradores	rede não oficial total/ regular
	13. <i>Serra Pelada</i>	misto: sistema canalizado implantado pelos moradores e valas abertas	vala aberta/ ruim
	14. <i>Parque CHP (1992)</i>	misto: oficial e na área em expansão, canalizado pelos moradores	rede total mista/regular
BRÁS DE PINA	15. <i>Batuta de Cordovil (1986)</i>	implantada pelos moradores	rede oficial parcial/ regular
	16. <i>Vila Cambuci</i>	duas valas abertas	rede oficial parcial/ regular
	17. <i>Brás de Pina</i>	—	rede oficial total
	18. <i>Mangueirinha</i>	misto: canalização subterrânea feita pelos moradores, valas abertas e fossas	rede oficial parcial/ regular
PENHA CIRCULAR	19. Morro da Guaíba	não existia, com pequenas valas	sistema oficial parcial/ regular
	20. Vila Pequiri (1991)	rede clandestina feita pelos moradores	rede não oficial parcial/ regular
	21. Frei Gaspar	20 % tinha rede pública de esgoto; as demais possuíam fossas das quais partiam ramais implantados pelos moradores e que lançavam o esgoto num terreno baldio	rede oficial parcial/ regular
	22. Centro Social Marcílio Dias	—	rede oficial parcial

(continua na próxima página)

Apêndice 1

BAIRRO	COMUNIDADE	ESGOTO	
		1981	1991
PENHA CIRCULAR (cont...)	23. Morro da Fé	parte baixa possuía sistema canalizado implantado pelos moradores; na parte alta havia valas abertas	rede oficial parcial/ regular
	24. Caixa D'Água	não havia rede, com o esgoto correndo a céu aberto	rede oficial parcial/ regular
	25. Morro do Sereno	uma minoria era servida por um sistema feito pelos moradores; nos demais casos, o esgoto corria em valas abertas	rede oficial parcial/ regular
PENHA	26. Laudelino Freire	cada morador fez sua fossa e canalizou seu subsistema de esgoto sanitário em direção à rede oficial	rede não oficial parcial/ regular
	27. Pq Prol do Grotão	na parte baixa existia rede, implantada pela antiga pedreira existente no local; na parte alta, existia algumas valas abertas e fossas	rede oficial parcial/ regular
	28. Morro do Caracol	havia uma parte canalizada pela A.M; a maior parte era de valas abertas	rede oficial parcial/ regular
	29. Vila Proletária da Penha	rede oficial feita pela COHAB e as ruas não urbanizadas utilizavam valas abertas	rede oficial parcial/ regular
	30. Vila Cruzeiro	havia valas abertas e cobertas que lançavam o esgoto em logradouros públicos	rede oficial parcial/ regular
	31. Morro do Cariri (Merendiba)	duas ruas possuíam esgoto canalizado mas no restante havia valas abertas	rede oficial parcial/ regular

1. A maior parte das comunidades de XI R.A. foram pesquisadas e cadastradas pelo IPLAN em 1981. No entanto, há algumas que o foram posteriormente. Neste caso, assinalamos ao lado do nome da comunidade, o ano em que a pesquisa foi realizada

2. A comunidade não foi pesquisada pelo IPLAN em 1981. Estava em processo de urbanização através do PROJETO RIO

Fontes: * Cadastro de Favelas do Município do Rio de Janeiro 1981/1993 (informações relativas à pesquisa de campo em comunidade)

** Assistência Comunitária aos Assentamentos de Baixa Renda do Município do Rio de Janeiro /1993 (dados relativos à atualização do Cadastro por atuação governamental)

QUADRO 12 : Drenagem Pluvial nas favelas da XI Região Administrativa (Penha) - Região da Leopoldina- Município do Rio de Janeiro 1981 e 1991. ¹

BAIRRO	COMUNIDADE	DRENAGEM	
		1981	1991
JARDIM AMÉRICA	1. <i>Rodolfo Chamberland</i>	inexistência de sistema	drenagem natural, não ocorrem inundações
VIGÁRIO GERAL	2. <i>Pq Furquim Mendes</i>	não havia rede de esgotamento pluvial/ quando chovia havia grandes inundações	rede oficial parcial
	3. <i>Bairro Prol do Dick</i>	não existia	drenagem natural
	4. <i>Pq Prol de Vigário Geral</i>	céu aberto	rede oficial parcial
PARADA DE LUCAS	5. <i>Te Contei</i>	céu aberto	drenagem natural
	6. <i>Pq Jardim Beira Mar</i>	corria à céu aberto até o Canal do Rio Meriti	rede oficial parcial
CORDOVIL	7. <i>Cordovil</i>	céu aberto	rede oficial parcial
	8. <i>Chega Mais (1985)</i>	céu aberto	drenagem natural
	9. <i>Bom Jardim de Cordovil (1991)</i>	—	rede oficial
	10. <i>Dourados</i>	drenagem natural, com entupimento das valas	drenagem natural, não ocorrem inundações
	11. <i>Pq Prol de Cordovil</i>	não existia	rede oficial parcial
	12. <i>Pedacinho do Céu (1991)</i>	não cadastrada	drenagem natural, ocorrendo inundações
	13. <i>Serra Pelada</i>	não existia	drenagem natural, não ocorrendo inundações
	14. <i>Parque CHP (1992)</i>	não existia	drenagem natural, não ocorrendo inundações
BRÁS DE PINA	15. <i>Batuta de Cordovil (1986)</i>	não existia	drenagem natural, não ocorrendo inundações
	16. <i>Vila Cambuci</i>	não existia	drenagem natural, não ocorrendo inundações
	17. <i>Brás de Pina</i>	—	rede oficial
	18. <i>Mangueirinha</i>	não existia	drenagem natural, não ocorrendo inundações
PENHA CIRCULAR	19. <i>Morro da Guaíba</i>	não existia	drenagem natural, não ocorrendo inundações
	20. <i>Vila Pequiri (1991)</i>	—	drenagem natural, não ocorrendo inundações
PENHA CIRCULAR	21. <i>Frei Gaspar</i>	não havia	drenagem natural, ocorrem nundações
	22. <i>Centro Social Marcílio Dias</i>	—	rede não oficial

(continua na próxima página)

Quadro 12 (cont...)

BAIRRO	COMUNIDADE	DRENAGEM	
		1981	1991
PENHA CIRCULAR (cont..)	<i>23. Morro da Fé</i>	céu aberto	rede oficial parcial
	<i>24. Caixa D'Água</i>	céu aberto	rede oficial parcial
	<i>25. Morro do Sereno</i>	rede oficial parcial/ regular; em alguns casos os moradores colocaram calhas em suas casas a fim de aproveitar a água da chuva	rede oficial parcial
PENHA	<i>26. Laudelino Freire</i>	não existia	drenagem natural, não ocorrem inundações
	<i>27. Pq Prol do Grotão</i>	céu aberto	rede oficial parcial
	<i>28. Morro do Caracol</i>	não havia	rede oficial parcial
	<i>29. Vila Proletária da Penha</i>	havia canaletas nas escadarias implantadas pela CEHAB mas não davam vazão; no restante da comunidade, corria à céu aberto	rede oficial parcial
	<i>30. Vila Cruzeiro</i>	céu aberto	rede oficial parcial
	<i>31. Morro do Cariri (Merendiba)</i>	céu aberto	rede oficial parcial

1 A maior parte das comunidades de XI R.A. foram pesquisadas e cadastradas pelo IPLAN em 1981. No entanto, há algumas que o foram posteriormente. Neste caso, assinalamos ao lado do nome da comunidade, o ano em que a pesquisa foi realizada

2. A comunidade não foi pesquisada pelo IPLAN em 1981. Estava em processo de urbanização através do PROJETO RIO

Fontes: * Cadastro de Favelas do Município do Rio de Janeiro 1981/1993 (informações relativas à pesquisa de campo em comunidade)

** Assistência Comunitária aos Assentamentos de Baixa Renda do Município do Rio de Janeiro /1993 (dados relativos à atualização do Cadastro por atuação governamental)

QUADRO 8 : Movimento comunitário (iniciativas comunitárias, lutas e reivindicações) nas favelas da XI RA (Penha), região da Leopoldina, município do Rio de Janeiro - 1981.

COMUNIDADE (bairro)	MOVIMENTO COMUNITÁRIO (1981) *				
	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES			INICIATIVAS COMUNITÁRIAS	LUTAS/ REIVINDICAÇÕES
	<1970	1970/1984	1984>		
1. Rodolfo Chamberlland (J. América)	Até 1981, aos moradores achavam que não precisavam de AM, cada se virava como podia.			festa junina e peças de teatro	saneamento básico (não era encarada com uma iniciativa comunitária mas individual)
2. Pq Furquim Mendes (V. Geral)		1974		construção e manutenção da rede de água pelos moradores	rede de esgoto; rede de água; eletreficação; pavimentação de vias, instalação de telefone público
3. Pq Prol do Dick (V. Geral)		1980			eletrificação da favela; canaliização da caixa de água e esgoto; reativação do posto policial; pavimentação de vias; instalação de supermercado e farmácia; posto médico; linha de ônibus direto para Caxias
4. Pq Prol de Vigário Geral (V. Geral)		1961		Comissão de luz fundada em 1968; pré-escolar(66 crianças), vacinações e oferta de serviço médico uma vez p/semana na sede da A.M; limpeza de vias, controle de construção de novas casas; auxílio funerário ao sócios; abertura de vias, rede de esgoto e de água.	rede de água total; rede de esgoto; pavimentação de ruas; telefones públicos, áreas de lazer; aterros (tais reivindicações já haviam sido encaminhadas ao Deputado Pedro Fernando, Aluísio Gama e XI R.A.
5. Te Contei (P. de Lucas)	consta que os moradores já haviam entrado com pedido de filiação na <u>A.M do Jardim Beira Mar.</u>			abaixo-assinado para reivindicar a rede elétrica e de água. As reivindicações que não haviam sido encaminhadas, esperava-se a proximidade das eleições para pedir a Joel Vivas e Edésio Frias.	registro na Fundação Leão XIII; telefone público; caçamba de lixo; caixa de correio
6. Pq Jardim Beira Mar (P. de Lucas)	1966			construção da sede da A.M; instalação da rede elétrica; construção de ponte e posto policial; construção da caixa d'água	esgoto; posto médico; melhoramento e regularização da rede de água; colocação de coletores de lixo; detetização da região(insetos); escola de 1º e 2º graus; luz, pavimentação de vias
7. Cordovil (Cordovil)	1966			implantação e manutenção da rede de água; auxilia na construção de barracos e retirada de documentos; implantação do MOBREAL na favela	relógio domiciliar de luz; esgoto canalizado; calçamento de ruas(reivindicações já haviam sido encaminhadas)
8. Chega Mais¹ (Cordovil)			1985	1985: encaminhamento à Light do pedido de iluminação pública e domiciliar, tendo apenas sido colocados os postes	água, esgoto, melhoria do sistema viário

(cont... Quadro 8)

Apêndice I

COMUNIDADE	MOVIMENTO COMUNITÁRIO (1981) *				
	<i>(bairro)</i>	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES		INICIATIVAS COMUNITÁRIAS	LUTAS/ REIVINDICAÇÕES
		<1970	1970/1984		
9. B. Jd. De Cordovil² <i>(Cordovil)</i>			1986		<i>creche, serviço médico e propriedade da terra</i>
10. Dourados <i>(Cordovil)</i>				<i>mutirão para fazer caminhos; consta que alguns moradores chegaram a se reunir e ir ao POVO NA TV, reclamara a falta de água</i>	<i>propriedade da terra; água; esgoto</i>
11. Pq Prol de Cordovil <i>(Cordovil)</i>		1980		<i>implantação de manutenção da rede de água e luz; controle urbanístico;</i>	<i>luz; canalização de esgoto e rede de água; caçambas de lixo (consta que as caçambas já haviam sido solicitadas e que a COMLURB não havia as providenciado)</i>
12. Pedacinho do Céu³ <i>(Cordovil)</i>			1986		<i>melhoria do sistema viário; luz pública; implantação de linhas de ônibus</i>
13. Serra Pelada <i>(Cordovil)</i>	<i>o cadastro registra que havia uma pressão por parte dos moradores da parte nova da comunidade, no sentido de não haver mobilização comunitária pela propr. da terra ou qualquer outra iniciativa já que temiam as remoções.</i>				<i>posse da terra; rede de esgoto</i>
14. Parque CHP⁴ <i>(Cordovil)</i>			1985		<i>sistema viário, melhoria do esgoto</i>
15. Batuta de Cordovil <i>(Cordovil)</i>					
16. Vila Cambuci <i>(Cordovil)</i>			1987**		<i>água, linha de ônibus; contenção de encosta e drenagem</i>
17. Brás de Pina⁵ <i>(Braz de Pina)</i>					
18. Mangueirinha <i>(Braz de Pina)</i>		1980		<i>calçamento de becos, com colocação de manilhas em um trecho; manutenção da rede de água; encaminhamento de ofício à R.A. pedindo providências a respeito da infra-estrutura da favela.</i>	<i>cabine de luz; rede de água e esgoto; caçamba de lixo</i>

(cont... Quadro 8)

Apêndice 1

COMUNIDADE (bairro)	MOVIMENTO COMUNITÁRIO (1981) *				
	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES			INICIATIVAS COMUNITÁRIAS	LUTAS/ REIVINDICAÇÕES
	<1970	1970/1984	1984>		
19. Morro da Guaíba (Braz de Pina)		1981			registro da comunidade e ligação da luz (encaminhadas à FAFERJ e SMD, respectivamente)
10. Vila Pequiri^b (Braz de Pina)			1989	rede de esgoto feita em sistema de mutirão	água; esgoto e luz domiciliar
21. Frei Gaspar (Penha Circular)	os moradores não se interessavam em criar uma A.M pois não se consideravam uma favela; está registrada uma diferença de setores na localidade- os que se encontram fora do lote são considerados favelados pelos demais.				
22. C. Social Marçílio Dias⁷ (Penha Circular)					
23. Morro da Fé (Penha Circular)		1979		cobertura da vala da R. Maturacá; cimentação de alguns caminhos internos; implantação do sistema de água; implantação da rede subterrânea em sistema de mutirão; encaminhamento das reivindicações à Fundação Leão XIII, FAFERJ e SMDS.	rede de esgoto, rede elétrica, posse da terra.
24. Caixa D'Água (Penha Circular)		1979		campanha de vacinação na comunidade; construção da sede da Associação; instalação de bicas públicas.	canalização e ligação de água servindo toda a favela; eletrificação; abertura da Rua Afonso Costa, ligando-a a Lobo Junior; melhoria nas vias de acesso; criação de áreas de lazer na comunidade.
25. Morro do Sereno (Penha Circular)		1980		construção da sede da A.M.; levantamento da área para a implantação do sistema de iluminação; trabalhos junto à Pastoral de Saúde; promoção de festas juninas; associação junto à Caixa D'Água a fim de implantar o sistema de luz e água; reivindicação junto à SMDS para implantação da rede elétrica e construção de uma escola; reivindicação junto à CEDAE para o sistema de água.	rede de água da CEDAE; rede de energia elétrica; rede de esgoto; posse da terra; creche e escola

(Cont... Quadro 8)

Apêndice I

COMUNIDADE	MOVIMENTO COMUNITÁRIO (1981) *					
	(bairro)	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES			INICIATIVAS	LUTAS/
		<1970	1970/1984	1984>	COMUNITÁRIAS	REIVINDICAÇÕES
26. Laudelino Freire (Penha)	<i>segundo a pesquisa realizada, não houve movimento no sentido de criar uma A.M já que não havia interesse</i>			<i>colocação do sistema de água e de esgoto; construção de uma escada de cimento</i>	<i>implantação da rede de água; calçamento da Laudelino Freire; recolhimento de lixo pela COMLURB</i>	
27. Pq Prol do Grotão (Penha)		1980		<i>pavimentação e manutenção das vias através de mutirão; conserto de uma das caixas d'água; implantação da rede de luz</i>	<i>água, instalação da rede elétrica e da rede de esgoto; creche; posto policial; escola e posto de saúde (já haviam sido encaminhados os pedidos à LIGHT, CEDAE e LBA</i>	
28. Morro do Caracol (Penha)		1971		<i>escola na sede da A.M; esquema viário implantado através do mutirão; canalização do esgoto</i>	<i>construção de uma praça de lazer; ampliação da associação; posto de saúde; colocação de caçambas e melhoria no serviço de coleta de lixo; escola pré-primária no local</i>	
29. V. Prol. da Penha (Penha)	1954			<i>construção da rede de água</i>	<i>esgoto; melhoria no sistema viário; implantação de linhas de ônibus</i>	
30. Vi¹la Cruzeiro (Penha)		1980		<i>implantação de 2 bombas elevatórias; ligações para as moradias em regime de mutirão</i>	<i>água; luz domiciliar e esgoto</i>	
31. Morro do Cariri ou Merendiba (Penha)	<i>em 1981, havia um movimento para formação de uma A.M, sob o incentivo de um Padre da Igreja São Geraldo</i>			<i>implantação e manutenção da rede de água na parte alta da favela; encaminhamento à LIGHT do pedido de eletrificação da favela</i>	<i>luz pública; esgoto e coleta de lixo</i>	

Fontes: Instituto Municipal de Planejamento – Rio de Janeiro, RJ. (*Cadastro de Favelas de 1981; **Cadastro de Favelas Atualizado do Iplan;

Favelas Cariocas: alguns dados estatísticos e *Anuário Estatístico do Município do Rio de Janeiro

¹ Pesquisa realizada em 1985

² Pesquisa realizada em 1991;

³ Pesquisa realizada em 1991;

⁴ Pesquisa realizada em 1992.;

⁵ No cadastro constam apenas as informações indicadas.

⁶ Pesquisa realizada em 1991;

⁷ A favela não foi pesquisada em campo em 1981, estava em processo de urbanização através do Projeto Rio.

Quadro 13: Serviços e Projetos Sociais existentes nas favelas da XI RA (Penha) , região da Leopoldina, município do Rio de Janeiro, 1981.

COMUNIDADE	SERVIÇOS E PROJETOS SOCIAIS * (1981)		
(Bairro)	ESTADO	IGREJA CATÓLICA.	OUTROS
1. <i>Rodolfo Chamberland</i> (J. América)			
2. <i>Pq Furquim Mendes</i> (V. Geral)			
3. <i>Pq Prol do Dick</i> (V. Geral)	CEHAB, 1984: cadastro de domicílios pelo projeto "Cada Família um Lote"		
4. <i>Pq Prol de Vigário Geral</i> (V. Geral)	Marinha: drenagem do Canal Meriti; Light: eletrificação da área através da Comissão de Luz. **1984- CIEP de Vigário Geral (SME/Casa da Criança) 1991- SMDS: creche comunitária		Deputados Aloísio Gama e Pedro Fernando: encaminhamento das reivindicações; drenagem do Canal Meriti com a mediação do Dep. Aloísio Gama.
5. <i>Te Contei</i> (P. de Lucas)			
6. <i>Pq Jardim Beira Mar</i> (P. de Lucas)			
7. <i>Cordovil</i> (Cordovil)	MOBRAL		
8. <i>Chega Mais¹</i> (Cordovil)		advogados da Fund. Leão XIII e Pastoral da Igreja São Geraldo: mediação do processo de remoção da comunidade	
9. <i>B. Jd de Cordovil²</i> (Cordovil)		Padre da Ig. Nosso Senhor do Bonfim: permissão para a instalação da rede de água (informação consta na comunidade de Parque Prolet. de Cordovil)	
10. <i>Dourados</i> (Cordovil)			
11. <i>Pq Prol de Cordovil</i> (Cordovil)		Padre da Igreja Nosso Senhor do Bonfim : permissão para extensão da rede de água; Fundação Leão XIII	

(cont... Quadro 13)

COMUNIDADE	SERVIÇOS E PROJETOS SOCIAIS * (1981)		
<i>(Bairro)</i>	ESTADO	IGREJA CAT.	OUTROS
12. Pedacinho do Céu³ <i>(Cordovil)</i>			
13. Serra Pelada <i>(Cordovil)</i>	<i>Light, em : 1981: consta que havia realizado um levantamento e anunciado a instalação da rede de energia elétrica</i>		
14. Parque CHP⁴ <i>(Cordovil)</i>	<i>CEHAB: cadastro e venda de lotes na época da ocupação</i>		
15. Batuta de Cordovil <i>(Cordovil)</i>			
16. Vila Cambuci <i>(Cordovil)</i>			
17. Brás de Pina⁵ <i>(Braz de Pina)</i>	<i>CEHAB: foram entregues 316 títulos de propriedade em 1985</i> <i>SMD:pavimentação de 3200 m, em 1985</i>		
18. Mangueirinha <i>(Braz de Pina)</i>	<i>projeto de geração de renda e emprego- cartonagem e treinamento de pessoal- 1986 (não consta a instituição); creche - SMDS, 1991</i>	<i>serviços de assistência social pela pastoral de favelas do Vicariato Norte</i>	
19. Morro da Guaíba <i>(Braz de Pina)</i>			
10. Vila Pequiri⁶ <i>(Braz de Pina)</i>	<i>CEHAB: há processo de recebimento de título de propriedade da terra</i>		
21. Frei Gaspar <i>(Penha Circular)</i>			
22. C. Social Marcílio Dias⁷ <i>(Penha Circular)</i>	<i>PROJETO RIO/Processo de Urbanização</i>		

(cont.... Quadro 13)

COMUNIDADE	SERVIÇOS E PROJETOS SOCIAIS * (1981)		
	(Bairro)	ESTADO	IGREJA CAT.
23. Morro da Fé (Penha Circular)	LIGHT: eletrificação: em fase final 1991, SMDS: creche,		
24. Caixa D'Água (Penha Circular)	SME/SMDS: creche escola, em 1988	Ação Comunitária do Brasil: cadastramento exigido pela Light; assessoria a A.M e estudo da área	Dep. Aparício Marinho: material para construção de escadaria; Deputado Estadual Cidinho: licença da CEDAE para construção de bicas públicas
25. Morro do Sereno (Penha Circular)	LIGHT: implantação de relógios em parte dos domicílios 1985, SMO: construção de uma praça	Pastoral de Saúde: trabalhos de prevenção; Pastoral de Favela: debates sobre posse da terra;	A.M do Jacarezinho: participação em reuniões e assembleias
26. Laudelino Freire (Penha)			
27. Pq Prol do Grotão (Penha)	SMDS/A.M: programa de geração de renda e emprego- núcleo de costura, treinamento e material permanente/1981		
28. Morro do Caracol (Penha)		Fundação Leão XIII	
29. V. Prol. da Penha (Penha)	SMDS, creche comunitária, 1991 construção de mini-posto de saúde em 1987		
30. Vila Cruzeiro (Penha)	SMDS, creche comunitária, 1991		
31. Morro do Cariri ou Merendiba (Penha)	SMDS, 1991, creche comunitária; SMDS, 1987, Projeto Saúde Comunitária	Religiosas missionárias de Nossa Senhora das Dores atuavam na favela, desenvolvendo atividades de alfabetização	

TABELA 2 - Crescimento populacional nas favelas e bairros da XI R.A, região da Leopoldina, município do Rio de Janeiro – período 1980/1991.*

BAIRRO	COMUNIDADE	N. de 1980	habitantes 1991	Variação	
				n	%
JARDIM AMÉRICA	1. Rodolfo Chamberland	775	914	139	17,94
subtotal		775	914	139	17,94
VIGÁRIO GERAL	2. Pq Furquim Mendes	884	868	-16	-1,81
	3. Bairro Prol do Dick	2587	3693	1106	42,75
	4. Pq Prol de Vigário Geral	7835	6428	-1407	-17,96
subtotal		11306	10989	-317	-2,80
PARADA DE LUCAS	5. Te Conteí	-	219	219	-
	6. Pq Jardim Beira Mar	10310	10587	277	2,69
subtotal		10310	10806	496	
CORDOVIL	7. Cordovil	1704	1829	125	7,34
	8. Chega Mais	-	326	326	-
	9. Bom Jardim de Cordovil	-	200	200	-
	10. Dourados	248	416	168	67,74
	11. Pq Prol de Cordovil	590	727	137	23,22
	12. Pedacinho do Céu	-	275	275	-
	13. Serra Pelada	306	305	-1	-0,33
	14. Parque CHP	-	333	333	-
	15. Batuta de Cordovil	-	678	678	-
	16. Vila Cambuci	175	488	313	178,36
subtotal		3023	5577	2554	
BRÁS DE PINA	17. Brás de Pina	-	5550	5550	-
	18. Mangueirinha	1308	1471	163	12,46
	19. Morro da Guaíba	262	435	173	66,03
	20. Vila Pequiri	-	538	538	-
subtotal		1570	7994	6424	
PENHA CIRCULAR	21. Frei Gaspar	87	282	195	224,14
	22. Centro Social Marcílio Dias	2420	1304	-1116	-46,12
	23. Morro da Fé	678	2098	1420	209,44
	24. Caixa D'Água	1221	3110	1889	154,71
	25. Morro do Sereno	600	288	-312	-52,00
subtotal		5006	7082	2076	41,47
PENHA	26. Laudelino Freire	87	508	421	483,91
	27. Pq Prol do Grotão	944	1823	879	93,11
	28. Morro do Caracol	2446	1851	-595	-24,33
	29. Vila Proletário da Penha	13564	8029	-5535	-40,81
	30. Vila Cruzeiro	8538	19163	10625	124,44
	31. Morro do Cariri (Merendiba)	4777	4125	-652	-13,65
subtotal		30356	35499	5143	16,94

*Elaborada a partir de dados do IPLANRIO, 1992

APÊNDICE 2

Tabela 7 - Domicílios, por serviços de abastecimento de água, Regiões Administrativas e Bairros da Região da Leopoldina - 1991

LOCAL	Total de Domicílios	Domicílios Particulares Permanentes					
		Total		Abastecimento de Água			
		Nº	%	canalização Nº	interna %	rede geral Nº	%
Município Rio	1 601 282	1 560 338	100	1 507 992	96.6	1 486 768	95.3
LEOPOLDINA	166488	164081	100	158291	96.5	157125	95.8
X Ramos	78 017	76 730	100	73 614	95.9	73 121	95.3
Manguinhos	13 705	13 668	100	13 426	98.2	13 397	98.0
Bonsucesso	16 949	16 084	100	15 405	95.8	15 284	95.0
Ramos	29 002	28 666	100	26 908	93.9	26 785	93.4
Olaria	18 361	18 312	100	17 875	97.6	17 655	96.4
XI Penha	88 471	87 351	100	84 677	96.9	84 004	96.2
Penha	20 394	20 276	100	19 486	96.1	19 440	95.9
Penha Circular	13 474	13 426	100	13 084	97.5	13 059	97.3
Brás de Pina	16 871	16 791	100	16 618	99.0	16 521	98.4
Cordovil	13 970	13 254	100	12 988	98.0	12 897	97.3
Parada de Lucas	6 381	6 338	100	6 017	94.9	5 888	92.9
Vigário Geral	9 821	9 789	100	9 196	93.9	8 921	91.1
Jardim América	7 560	7 477	100	7 288	97.5	7 278	97.3

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Nota: Censo Demográfico, 1991 - Tabulações Especiais Cálculos: IplanRIO/NIG - 1995

Tabela 9 - Domicílios, por de coleta de lixo, segundo Regiões Administrativas e Bairros da Região da Leopoldina- 1991

LOCAL	Total de Domicílios	Domicílios Particulares Permanentes					
		Total		Lixo Coletado			
		Nº	%	total		diretamente	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
Município Rio	1 601 282	1 560 338	100	1 493 040	95.7	1 392 143	89.2
LEOPOLDINA	166488	164081	100	158615	96.7	142302	86.7
X Ramos	78 017	76 730	100	73 180	95.4	63 392	82.6
Manguinhos	13 705	13 668	100	12 838	93.9	11 558	84.6
Bonsucesso	16 949	16 084	100	15 256	94.9	13 899	86.4
Ramos	29 002	28 666	100	27 357	95.4	20 928	73
Olaria	18 361	18 312	100	17 729	96.8	17 007	92.9
XI Penha	88 471	87 351	100	85 435	97.8	78 910	90.3
Penha	20 394	20 276	100	20 173	99.5	17 224	84.9
Penha Circular	13 474	13 426	100	12 968	96.6	12 307	91.7
Brás de Pina	16 871	16 791	100	16 606	98.9	16 388	97.6
Cordovil	13 970	13 254	100	13 007	98.1	11 371	85.8
Parada de Lucas	6 381	6 338	100	6 330	99.9	5 870	92.6
Vigário Geral	9 821	9 789	100	9 026	92.2	8 656	88.4
Jardim América	7 560	7 477	100	7 325	98	7 094	94.9

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Nota: Censo Demográfico, 1991 - Tabulações Especiais

Figura 2:
Depósito de Lixo no Conjunto Habitacional Salsa e Merengue, Complexo da Maré
– Região da Leopoldina , município do Rio de Janeiro - 1997



Figura 3:
Depósito de Lixo no Conjunto Habitacional Salsa e Merengue, Complexo da Maré
– Região da Leopoldina , município do Rio de Janeiro - 1997



Apêndice 2